



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO
DE ENSINO DA EDUCAÇÃO BÁSICA



João Ferreira da Páscoa Filho

FILOSOFIA E MÚSICA:

*uma metodologia interdisciplinar no
contexto de uma escola pública
maranhense*

São Luís
2021



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE
ENSINO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (PPGEEB)



JOÃO FERREIRA DA PÁSCOA FILHO

**FILOSOFIA E MÚSICA: Uma metodologia interdisciplinar no contexto de uma
escola pública maranhense.**

São Luís
2021



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE
ENSINO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (PPGEEB)



JOÃO FERREIRA DA PÁSCOA FILHO

FILOSOFIA E MÚSICA: Uma metodologia interdisciplinar no contexto de uma escola pública maranhense.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Ensino da Educação Básica (PPGEEB) da Universidade Federal do Maranhão como requisito obrigatório para obtenção do título de Mestre em Educação – Gestão de Ensino da Educação Básica.

Orientador: Prof. Dr. Raimundo Nonato Assunção Viana

São Luís
2021

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Páscoa Filho, Joao Ferreira da.

FILOSOFIA E MÚSICA: : uma metodologia interdisciplinar
no contexto de uma escola pública maranhense / Joao
Ferreira da Páscoa Filho. - 2021.
217 p.

Orientador(a): Raimundo Nonato Assunção Viana.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em
Gestão de Ensino da Educação Básica/ccso, Universidade
Federal do Maranhão, São Luís - MA, 2021.

1. Ensino Médio. 2. Interdisciplinaridade. 3.
Metodologia filosófica. 4. Música. I. Viana, Raimundo
Nonato Assunção. II. Título.

JOÃO FERREIRA DA PÁSCOA FILHO

FILOSOFIA E MÚSICA: Uma metodologia interdisciplinar no contexto de uma escola pública maranhense.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Ensino da Educação Básica (PPGEEB) da Universidade Federal do Maranhão como requisito obrigatório para obtenção do título de Mestre em Educação – Gestão de Ensino da Educação Básica.

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Raimundo Nonato Assunção Viana (Orientador)
Doutor em Educação (PPGEEB – UFMA)

Prof. Dr. João Fortunato Soares de Quadros Junior (1º Examinador)
Doutor em Educação Musical (PPGEEB - UFMA)

Prof. Dr. Plínio Santos Fontenelle (2º Examinador)
Doutor em Filosofia (PPGFIL/PROF-FILO-UFMA)

Profa. Dra. Antônio da Silva Mota (1º Suplente)
Doutora em História (PPGEEB- UFMA)

Profa. Dra. Nadja Fonseca da Silva (2º Suplente)
Doutora em Educação (PPGE- UEMA)

A todos aqueles e aquelas que passaram por mim, e de alguma forma me deixaram algo em suas pisadas.

AGRADECIMENTOS

A Deus por mais uma vez nos mostrar que nunca abandona seus filhos. Que está sempre ao nosso lado, mesmo que não o percebamos em algumas ocasiões.

Aos meus pais, pela motivação e estímulo aos estudos. Pelos grandes ensinamentos que estão a me proporcionar.

À minha esposa, Keyssse Daiane, pelo companheirismo e palavras de motivação. Por compreender as ocasiões de afastamento familiar em razão da pesquisa.

Às minhas filhas gêmeas, Pétalla Mariah e Mariah Pérolla, por serem grandes incentivadoras dos meus estudos. E também por me darem tantas alegrias e felicidades.

Ao Meu orientador, professor Dr. Raimundo Nonato Assunção Viana, pela serenidade e sabedoria com que conduziu sua orientação.

Ao Programa de Mestrado profissional (PPGEEB – UFMA), por abrir as portas de oportunidades para nós, docentes que temos o compromisso de contribuir com a melhoria da educação tanto maranhense quanto brasileira, através de nossas pesquisas.

Ao coordenador do Programa de Mestrado profissional (PPGEEB – UFMA), professor Dr. Antônio de Assis Cruz Nunes pelo apoio e incentivo a todos nós, com palavras motivadoras que nos levaram, diante de tantos percalços a não desistirmos, a perseverarmos.

Aos meus colegas de Programa (turma 2019), pelos conhecimentos, experiências e amizades partilhadas nesse período e que continuarão a ser alimentadas por toda a vida.

Aos colegas da turma 2020, por terem me recebido de braços abertos e com gentileza na partilha de conhecimentos.

A instituição escolar U.E José Augusto Barros, sua gestão e os professores que nos deram a oportunidade de nos relacionarmos, mesmo que tenha sido por meio remoto, dando uma contribuição relevante para nossa pesquisa.

Aos colegas de profissão e de instituição escolar pelo apoio ao prosseguimento de nossos estudos.

Aos meus alunos pelos vários ensinamentos e dificuldades que apresentaram durante as aulas de filosofia e que me fizeram buscar formas de tornar as aulas mais atraentes e significativas.

“Uma vida sem exame não é digna de ser vivida”
(Platão, 1957)

RESUMO

A pesquisa se refere aos desafios do ensino de Filosofia e também das possibilidades de construção de uma metodologia interdisciplinar voltada para as aulas de filosofia no contexto do Ensino Médio maranhense, em interface com a Música. A pesquisa tem como perspectiva de contexto o lócus da cidade de São Mateus - MA. Tem como objetivo geral: Vislumbrar as contribuições concretas que a música pode trazer para o ensino de filosofia no nível médio, levando em conta o contexto específico da cidade de São Mateus – MA, os aportes teóricos e, as vozes dos docentes, a partir do contato com o produto da pesquisa – Filosofando com música: experiência metodológica interdisciplinar. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, onde utilizamos como método de procedimento a pesquisa de campo. A pesquisa teve como principal questão norteadora: Como ensinar filosofia no Ensino Médio de maneira significativa, levando em conta o contexto educacional do município de São Mateus -MA? É importante enfatizar que em vista do momento pandêmico, optamos por não realizar encontros com os professores de forma presencial e nem mesmo aplicar o produto com alunos e professores. Neste sentido, o produto é apresentado como uma proposta metodológica. Para alcançar esse objetivo trouxemos a contribuição dos aportes teóricos e dos instrumentos de coletas de dados como a entrevista semi-estruturada e o questionário aplicado por meio remoto. Entre os aportes teóricos que aparecem na pesquisa estão: Gainza (1988); Eisner (1991); Luckesi (1994); Millet (1997); Chauí (2000); Alves (2002); Gontijo e Valadão (2004); Aspis (2004); Fávero et al. (2004); Cauquelin (2005); Aranha (2006); Rocha Jr. (2007); Nobre e Terra (2007); Prendin (2009); Feitosa (2009); Rodrigo (2009); Gallo (2012); Silveira (2012); Neves (2013); entre outros. O produto final da pesquisa está materializado como um caderno metodológico interdisciplinar intitulado - Filosofando com Música: Experiência metodológica interdisciplinar. Traz sugestões de temáticas que possam ajudar no despertar dos jovens para a filosofia. Conta para isso com a contribuição da música. Esta relação interdisciplinar entre filosofia e música deve prestar uma significativa contribuição ao ensino de filosofia no nível médio. Neste sentido, valorizando não somente a filosofia como espaço de construção de saber, mas, a música também ganha destaque em meio a este movimento do espírito.

Palavras-chave: Metodologia filosófica; Ensino Médio; Música; Interdisciplinaridade.

ABSTRACT

The research refers to the challenges of teaching philosophy and also to the possibilities of developing an interdisciplinary methodology for teaching philosophy in the context of high school in Maranhão, at the interface with music. The research has as contextual perspective the place of the public school: C. E. Luís Augusto Barros, in the municipality of São Mateus do Maranhão. Its general objective is to develop new methods for teaching philosophy in public secondary education in a school in Maranhão, combining knowledge of philosophy with knowledge of art, especially music. This is a qualitative research in which we use the case study as a procedural method. The main research question was: what concrete contribution can music make to the construction of a methodology for teaching philosophy? It is important to stress that, given the pandemic moment, we decided not to hold face-to-face meetings with teachers and not even to use the product with students and teachers. In this sense, the product is presented as a methodological proposal. To achieve this goal, we have used theoretical contributions, data collection tools such as non-participant and systematic observation and the questionnaire from a distance. The theoretical contributions that appear in the research include: Gainza (1988); Eisner (1991); Luckesi (1994); Millet (1997); Chauí (2000); Alves (2002); Gontijo and Valadão (2004); Aspis (2004); Fávero et al. (2004); Cauquelin (2005); Spider (2006); Rocha Jr. (2007); Noble and Earth (2007); Prendin (2009); Feitosa (2009); Rodrigo (2009); Gallo (2012); Silveira (2012); Neves (2013); and others. The final product of the research is an interdisciplinary methodological notebook entitled - Philosophizing with Music: Interdisciplinary Methodological Experience. It contains suggestions for topics that can help engage young people in philosophy. It counts for this with the contribution of music.

Keywords: Philosophical methodology; High school; Music; Interdisciplinarity.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Ilustração do mito da caverna platônica	20
Figura 2. Sócrates e o cálice com cicuta	43
Figura 3. Arte urbana	78
Figura 4. Arte urbana	80
Figura 5. Lócus da pesquisa	102
Figura 6. Código de licença.....	119
Figura 7. Capa do Caderno com Orientações Metodológicas	120
Figura 8. Parte I – Reflexões em meio ao mundo da prática	121
Figura 9. Sugestões didáticas	122
Figura 10. Os jovens e a participação política	123
Figura 11. Para saber mais	124
Figura 12. Música de Gabriel, o pensador “Um Só”	125
Figura 13. Atitudes reflexivas	126

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Questionário 1	108
Quadro 2. Questionário 2	112
Quadro 3. Descrição da Parte I – Reflexões em meio ao mundo da prática....	116
Quadro 4. Descrição da Parte II – O que nos move a agir e interagir na sociedade?	117

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	OS DESAFIOS DO ENSINO DE FILOSOFIA NO NÍVEL MÉDIO BRASILEIRO: ONTEM E HOJE.....	17
2.1	Filosofia: aspectos e perspectivas.....	17
2.2	O ensino de filosofia: importância e função.....	23
2.3	O ensino de filosofia: entre o processo formativo e outros desafios.....	28
2.3.1	Entre conversações: Currículo e Filosofia.....	42
2.4	Para que filosofia no Ensino Médio?.....	59
3	A MÚSICA COMO EXPRESSÃO DA ARTE: CONTRIBUIÇÕES METODOLÓGICAS AO ENSINO DE FILOSOFIA.....	69
3.1	Arte: aspectos e perspectivas.....	69
3.2	Filosofia e Arte: diálogos possíveis.....	80
3.3	Filosofia com Música: a caminho de uma metodologia filosófica interdisciplinar.....	86
4	METODOLOGIA DA PESQUISA.....	98
4.1	Tipo de pesquisa.....	100
4.2	Local da pesquisa.....	101
4.3	Sujeitos da pesquisa.....	104
4.4	Instrumentos de coleta de dados.....	105
5	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	107
5.1	Aplicação dos questionários	107
5.2	Descrição do produto da pesquisa.....	115
6	CONCLUSÃO.....	127
	REFERÊNCIAS.....	129
	APÊNDICES.....	140
	ANEXOS.....	213

1 INTRODUÇÃO

Desde a década de 1980, a sociedade brasileira vem passando por um processo político-sócio-cultural que chamamos redemocratização, no qual parcelas da estrutura social, camadas populares que antes não eram inseridas no seio da sociedade com direitos garantidos, agora passam a experimentar tal sensação.

A escola também é afetada por essas mudanças. Até a década de 1970, o ensino secundário não conseguia alcançar a grande maioria dos jovens com idade para esse Nível de Ensino. Nesse período, a disciplina de filosofia era lecionada no ensino secundário para um público que em sua maioria fazia parte de uma classe privilegiada.

Com o limiar de um novo cenário, classes como a trabalhadora e a popular, passam a ser incluídas no ensino secundário de forma considerável. Ocorre aqui um movimento chamado de “massificação”. Processo pelo qual camadas da sociedade que antes estavam parcialmente inseridas na escola, têm agora a oportunidade de adentrá-la de forma considerável.

Tal diagnóstico é feito entre outros autores por Rodrigo (2009), onde enfatiza que a partir da década 1980, o cenário da educação brasileira muda de rumo, outrora, o Ensino Médio estava mais ao alcance da elite do que propriamente das classes menos abastadas como a trabalhadora. Contudo, com mudanças ocorridas neste período de aspectos democráticos, a escola se abre para as classes marginalizadas, transformando-se em uma escola denominada de “escola de massa”.

Este cenário descrito traz consigo uma série de desafios que irão dificultar o ensino de filosofia no Ensino Médio brasileiro, que outrora, estava em maior contato com estudantes da elite, com condições privilegiadas de aprendizagem. O ensino de filosofia requer, de agora em diante, pela mudança de cenário educativo, a construção de novas maneiras, formas de impactarem o processo ensino-aprendizagem dos pressupostos filosóficos, traduzidas como novas metodologias.

A pesquisa tende a enfatizar também outros desafios que transcendem o contexto de dificuldades já destacado, como a questão da formação universitária dos futuros licenciados em filosofia. O retrocesso da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). As leis educacionais que impediram a filosofia de desempenhar um papel

mais ativo diante da Educação Básica. A relação conflituosa entre Currículo e Filosofia no decorrer da história educacional brasileira.

A proposta desta pesquisa parte exatamente deste contexto que impõe desafios à educação brasileira, sobretudo, ao ensino filosófico, onde existe a necessidade de se experienciar ou vivenciar novos meios metodológicos que favoreçam a atividade filosófica, propiciem o encontro do estudante com a filosofia no Ensino Médio.

Neste sentido, temos interesse em nos aprofundar acerca das dificuldades que rondam o ensino de filosofia nesta modalidade de ensino público e, vislumbrar novas possibilidades que podem vir a contribuir com a proposta de encontrar formas metodológicas de aproximar o estudante dos pressupostos filosóficos. De acordo com alguns autores como Rodrigo (2009), é preciso encontrar novas metodologias que correspondam ao novo cenário, pois a forma tradicional de apresentar os pressupostos filosóficos fundamentados em uma história da filosofia, de forma cronológica, se restringindo ao pensamento dos filósofos, narrativas de vida, entre outros aspectos, não conseguem corresponder aos desafios que se apresentam.

A pesquisa também traz discussões em torno do que seja filosofia, sua importância para o processo educativo, para a escola. Traz conceitos do que seja a arte, sua relação com a filosofia. Coloca a música como aquela que pode em uma relação interdisciplinar colaborar, contribuir para a construção de uma metodologia filosófica para o Ensino Médio.

Em nosso entender a Música pode contribuir sobremaneira com o ensino de filosofia. Com uma metodologia filosófica de natureza interdisciplinar. Pois, uma das capacidades da música reside no poder de se comunicar através das temáticas que carrega em suas letras, melodias, levando o ouvinte a se tornar participante direto de novas construções conceituais acerca dos discursos e narrativas que carrega de forma intrínseca em toda sua estrutura. Lopes (2014), sublinha que as canções, suas letras são um importante meio que pode “transportar interrogações da filosofia para os horizontes dos alunos”, agindo como ponto comum, onde é possível o diálogo. Brito (2003), compreende que a colaboração da música com o ensino da filosofia reside em dialogar com os conteúdos de forma mais agradável, no desenvolver da sensibilidade dos alunos, facilitando, dessa forma, a aprendizagem.

Pontuamos também que o objeto desta pesquisa que tencionamos abordar: novas metodologias para o Ensino de Filosofia no Ensino Médio em interface com a

Música, tem uma ligação direta com nossa prática profissional, pois atuando como docente da Educação Básica com experiência no nível médio, sempre nos preocupou a questão do ensino de filosofia e a sua receptividade por parte do estudante deste nível de ensino. As suas dificuldades em compreender de uma forma significativa os conteúdos filosóficos, suas temáticas. Não tão diferente também as dificuldades dos docentes em construir caminhos que favoreçam a assimilação destes conteúdos.

A pesquisa carrega em sua estrutura algumas questões norteadoras: Como ensinar filosofia no Ensino Médio de maneira significativa, levando em conta o contexto educacional do município de São Mateus -MA? É possível dentro do âmbito metodológico uma relação interdisciplinar entre a filosofia e a Música, em benefício do ensino filosófico? Que contribuições a Música pode trazer para o ensino de filosofia no nível médio?

A pesquisa tem como objetivo geral: Vislumbrar as contribuições concretas que a música pode trazer para o ensino de filosofia no nível médio, levando em conta o contexto específico da cidade de São Mateus – MA, os aportes teóricos e, as vozes dos docentes, a partir do contato com o produto da pesquisa – Filosofando com música: experiência metodológica interdisciplinar.

Dentro da proposta da pesquisa foram elencados também alguns objetivos específicos que por conta da Covid 19 tiveram que ser reelaborados. Entre as reelaborações, destacamos: 1 - Realizar uma pesquisa bibliográfica acerca do tema, onde fundamentamos o trabalho com os aportes teóricos que tratam da temática; 2 - Elaborar questionários que serão enviados aos professores participantes da pesquisa com perguntas que tratam de suas relações com o ensino de filosofia. 3 - Desenvolver um produto educacional intitulado - Filosofando com música: experiência metodológica interdisciplinar. Em seguida, apresentá-lo aos docentes participantes da pesquisa, buscando por meio de um questionário (APENDICE C) coletar suas impressões acerca da validade do produto.

Levando em conta o contexto pandêmico que estamos vivenciando e a dificuldade de encontros presenciais, resolvemos por precaução e, seguindo as recomendações sanitárias não aplicar o produto educacional desenvolvido, mas o apresentamos como uma proposta que poderá ser muito útil para os docentes e discentes que vivenciam o contexto específico do ensino médio na cidade de São Mateus – MA.

Esta dissertação está estruturada da seguinte forma: Seção 1 - Trazemos a INTRODUÇÃO, onde apresentamos as motivações da pesquisa, as questões norteadoras e as principais questões que serão refletidas e analisadas no corpo da pesquisa. Na seção 2, intitulada – OS DESAFIOS DO ENSINO DE FILOSOFIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA: ONTEM E HOJE. Dentro da fundamentação desta seção trazemos como estrutura argumentativa as seguintes seções secundárias: O que é a filosofia? O ensino de filosofia: importância e função; O ensino de filosofia: entre o processo formativo e outros desafios. E duas seções terciárias: Entre conversações: Currículo e Filosofia; O ensino de filosofia: entre vozes silenciadas. E outra seção secundária: Para que Filosofia no Ensino Médio? A seção 3, intitulada – A MÚSICA COMO EXPRESSÃO DA ARTE: CONTRIBUIÇÕES METODOLÓGICAS AO ENSINO DE FILOSOFIA. Dentro da fundamentação desta seção trazemos como estrutura argumentativa três seções secundárias: O que é Arte? Filosofia e Arte: diálogos possíveis; Filosofia com Música: a caminho de uma metodologia filosófica interdisciplinar.

Trazemos a seção 4, intitulada – METODOLOGIA DA PESQUISA, onde apresentamos as seguintes seções secundárias: o tipo de pesquisa; O local de escolha da pesquisa e sua caracterização; sujeitos da pesquisa; instrumentos de coletas de dados.

Na seção 5, intitulada – RESULTADOS E DISCUSSÕES, apresentamos os resultados da pesquisa obtidos por meio de entrevistas com a aplicação de questionários aos professores em dois momentos de forma remota: Antes da construção e após a construção do produto. Nesta seção aparece também como seção secundária a descrição do produto da pesquisa como uma proposta metodológica, tendo em vista que não houve aplicação do produto educacional pelos motivos já sublinhados.

Por último, trazemos as Considerações Finais acerca da pesquisa, os principais pontos relevantes que devem ser enfatizados, colocando a importância da pesquisa para nós como pesquisadores e as possíveis contribuições que o produto educacional poderá trazer ao Ensino Médio público maranhense, levando em conta seu *lôcus* específico.

Com a pesquisa tendo como objeto uma metodologia filosófica interdisciplinar para o Ensino Médio, em interface com a música, esperamos contribuir de maneira significativa com as aulas de filosofia.

2 OS DESAFIOS DO ENSINO DE FILOSOFIA NO NÍVEL MÉDIO BRASILEIRO: ONTEM E HOJE

Nesta seção, abordaremos questões que se relacionam com desafios que vem dificultando no decorrer da história educacional brasileira o ensino da filosofia. Prejudicando sua atuação como uma disciplina fundamental para construção, desenvolvimento e manutenção da cidadania e da democracia.

Neste sentido, para alcançarmos nosso objetivo precisamos trilhar alguns passos, como desenvolver uma discussão acerca da conceituação do que seja, ou o significado da filosofia para a humanidade, para o ser humano e para a construção de uma sociedade sedimentada em valores democráticos. Sua importância e significado. Os vários desafios que giram em torno do ensino de filosofia. Sua relação com a instituição escolar, especificamente, com o Currículo. E, por último, por que a filosofia é tão necessária para a escola, para o processo formativo do ser humano nesse cenário específico.

2.1 Filosofia: aspectos e perspectivas

Neste tópico não temos a pretensão de esgotar a discussão que gira em torno da filosofia, pois tal missão requer um longo trajeto, enveredando pela filosofia antiga, medieval, moderna e contemporânea. Pois, para a filosofia os conceitos não são estáticos, como uma “camisa de força”, mas fruto de constantes reflexões que perpassam por interpretações, construção e reconstrução ao nível do pensar. Como ressalta Feitosa (2009), definir o que seja a filosofia não é uma tarefa fácil. Muitos filósofos construíram sistemas em torno desta pergunta que difere de pensador para pensador. Cada um teve uma resposta diferente para essa pergunta. Nosso objetivo aqui é mais de uma apresentação, que para o leitor pode se tornar muito útil como reflexão inicial ou intermediária de uma leitura mais aprofundada no futuro.

Para começo de conversa! Qual o conceito ou definição de filosofia temos em nossa mente? É possível definir o que seja filosofia?

Na obra voltada para o Ensino Médio “Filosofando: introdução à filosofia”, as autoras Aranha e Martins (2009), falam da não possibilidade de definição do que seja a filosofia, nos moldes, na forma como costumamos conceituar outros campos epistemológicos, pois,

[...] a filosofia não está à margem do mundo, nem constitui uma doutrina, um saber acabado ou um conjunto de conhecimentos estabelecidos de uma vez por todas. Ao contrário, a filosofia pressupõe constante disponibilidade para a indagação. Por isso, Platão e Aristóteles disseram que a primeira virtude do filósofo é admirar-se, ser capaz de se surpreender com o óbvio e questionar as verdades dadas. Essa é a condição para problematizar, o que caracteriza a filosofia não como posse da verdade e sim como sua busca (ARANHA, MARTINS, 2009, p. 19).

A filosofia precede de uma existência milenar. É um conhecimento dos mais antigos que deu contribuições significativas para a existência de outros conhecimentos dos quais estão presentes hoje em nossa realidade.

Acerca da temática, destaca Sproul (2002), que

As origens da filosofia ocidental se encontram no antigo mundo em torno do mar Egeu. Os pensadores daquela época não faziam uma distinção clara entre ciência e filosofia. A palavra ciência, em sua etimologia, significa simplesmente “conhecimento”, e o termo filosofia deriva de “amor pela sabedoria”. Quando o homem antigo tentava compreender a si mesmo e o mundo à sua volta, conhecimento e sabedoria eram ideias que se relacionavam. Ele estava interessado na natureza das coisas. A filosofia nasceu da antiga busca da realidade última, a realidade que transcende o que é próximo e comum e define e explica os elementos da experiência. Três preocupações dominavam as reflexões dos primeiros filósofos: a busca da “monarquia”, a busca da unidade em meio à diversidade e a busca do cosmos sobre o caos. Em determinado nível essas três buscas podem ser diferenciadas, mas em outro todas elas implicam a busca de uma resposta metafísica para o mundo físico (SPROUL, 2002, p. 15).

Grosso modo, podemos dizer que a filosofia é um ramo do conhecimento responsável por construir conceitos que nos ajudam, a partir do processo hermenêutico-interpretativo, a buscar entendimento acerca do mundo, da realidade.

Chauí (2000), traz o conceito do que seja filosofia apresentando a etimologia da palavra. Começa dizendo que a palavra filosofia tem heranças gregas e que se divide em duas outras palavras: *philo*: que significa sabedoria; e *sophia*: que significa amizade. Então a palavra Filosofia significa amor à sabedoria. Neste sentido, a Filosofia nos dá indicação de “um estado de espírito, o da pessoa que ama, isto é, deseja o conhecimento, o estima, o procura e o respeita”.

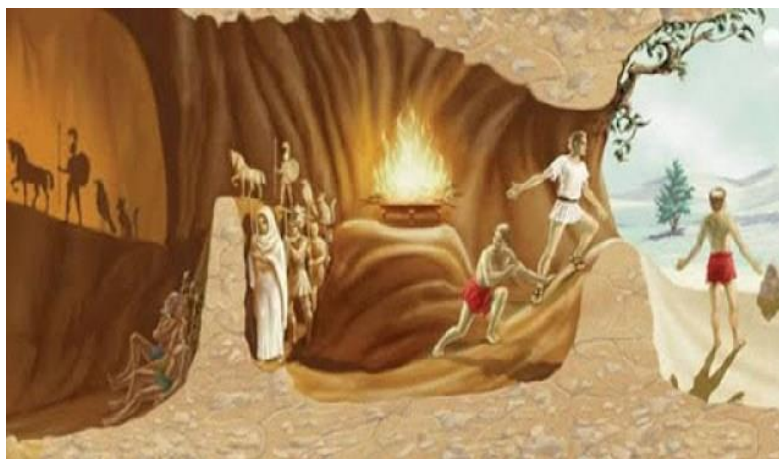
É a partir do desejo, pela procura dos homens pela sabedoria que começam a exercitar o pensamento, a filosofar propriamente. Os autores Mattar e Antunes (2012), comentam que o exercício do filosofar vem a contribuir com o ser humano, a partir do momento em que traz à tona uma realidade que até então estava escondida, oculta. Logo para os autores filosofar,

É um exercício de abrir fissuras no contexto da realidade, que inicialmente parecia compacto. É um exercício de iluminar parcelas ocultas da realidade, de enxergar o mundo de uma maneira mais complexa. Embora possa parecer paradoxal, em alguns casos a filosofia serve para acalmar, para colocar um pouco de ordem no mundo, para organizar a bagunça do real e ajudar você a compreender melhor o sentido e o significado da própria existência. Em alguns casos, a filosofia pode ser a lanterna utilizada para iluminar a realidade, para que você possa enxergá-la melhor. Em outros, serve para embaralhar as coisas, sendo uma razão para você passar mais tempo no escuro, tateando-o e explorando-o de diferentes maneiras, multiplicando os sentidos do escuro. É assim, um exercício e uma ferramenta múltipla. Por tudo o que foi dito até agora, percebe-se que não há limites para o filosofar. Praticamente qualquer problema, qualquer situação, qualquer conceito, qualquer porção da vida e da realidade podem ser tomados como objetos da filosofia (MATTAR; ANTUNES, 2012, p. 8-9).

Na obra “A República”, mais especificamente, no livro VII, Platão (2003), quando narra o Mito da Caverna, fala em um dos momentos sobre prisioneiros que estão presos no subterrâneo e não conseguem ver a luz, somente imagens de seres que passam por ali. Há um outro momento em que um dos prisioneiros se liberta e foge. Mas depois volta para revelar o que viu fora da caverna aos que ficaram. Nesse momento surge um conceito para aquilo que podemos chamar de filosofia. Ela é definida por Platão como ruptura. É o rompimento com a ignorância, com a estagnação, com a alienação, com os pensamentos que impedem a alma de tornar-se livre e completa. A Filosofia é esse modelo de educação que fará o homem alcançar o mundo das ideias e negar o mundo das aparências, da ignorância, da *doxa* (opinião).

Como podemos verificar na Figura 1, que se refere a ilustração do mito da caverna platônica, quando um dos prisioneiros da caverna consegue se desvincular das amarras e contemplar a luz, a verdade.

Figura 1. Ilustração do mito da caverna platônica.



FONTE: FERREIRA, 2012.

Colaborando com a tentativa de conceituar a filosofia, acrescenta Siqueira (2016), que

A filosofia é um modo de saber que lida com enunciados, sem necessariamente precisar recorrer a experimentos que os comprovem ou refutem. Trata-se, portanto, de uma ciência de natureza teórica e sua finalidade reside em si mesma, tendo como maior pretensão alcançar o conhecimento pelo amor à sabedoria. O motivo que leva o homem a filosofar chama-se espanto ou admiração, provocado com a persistência de uma pergunta diante da manifestação dos fenômenos. Ao perceber que não sabe ou não compreende por qual motivo as coisas são como são, o espanto inicia quando o homem aprende a olhar o mundo de uma maneira que ele não costumava ver. O filósofo é aquele capaz de se surpreender com os fatos e com a ausência de explicações em torno da sua existência e das causas, para depois perguntar “o que é isto?” (SIQUEIRA, 2016, p. 23-24).

Prado Jr. (1981), vem colaborar com o conceito do que seja filosofia quando comenta o que ela não é:

A filosofia seria isso mesmo: uma especulação infinita e desregrada em torno de qualquer assunto ou questão, ao sabor de cada autor, de suas preferências e mesmo de seus humores. Há mesmo quem afirme não caber à filosofia “resolver”, e sim unicamente sugerir questões e propor problemas, fazer perguntas cujas respostas não têm maior interesse, e com o fim unicamente de estimular a reflexão, aguçar a curiosidade. [...] Mas esse terreno que a filosofia, ou pelo menos aquilo que se tem entendido por “filosofia”, compartilha com a literatura, não é toda filosofia, nem mesmo, de certo modo, a sua mais importante e principal parte. E nem ao menos, a meu ver, com todo interesse que possa representar, constitui propriamente “filosofia” (PRADO JR., 1981, p. 06).

Silveira e Silva (2019), também enfatizam acerca do significado da filosofia:

Entendemos a atividade filosófica como rigorosa reflexão crítica sobre conceitos relativos aos conhecimentos científicos e a cotidianidade, na busca de uma compreensão sobre a realidade para além do perceptível aparente e imposto. Cabe à reflexão filosófica se dedicar ao estudo da pluralidade de “verdades” disponíveis pela tradição do pensamento humano, na dimensão histórica, econômica, cultural, religiosa, artística e social (SILVEIRA; SILVA, 2019, p. 769).

De acordo com Chauí (2000), a filosofia epistemologicamente não é considerada uma ciência. Nem se encaixa dentro de nenhum ramo do conhecimento imposto pelo método científico moderno. Mas é uma reflexão crítica, sistemática, profunda, radical acerca da realidade. Isso inclui também reflexões, interpretações sobre os diversos ramos do conhecimento que compartilham da tentativa de entender a realidade e seus fenômenos.

As autoras Aranha e Martins (2009) definem a filosofia como reflexão, diferenciando-a das demais, pois para as autoras a reflexão não é exclusiva da filosofia. Neste sentido, na reflexão filosófica se destacam a radicalidade, o rigor e o conjunto, onde ainda explicitam que,

A filosofia é radical [...] porque busca explicitar os conceitos fundamentais usados em todos os campos do pensar e do agir. Os filósofos desenvolvem um pensamento rigoroso, justificado por argumentos, coerente em suas diversas partes. O uso da linguagem rigorosa evita as ambiguidades das expressões cotidianas, o que permite a interlocução com outros filósofos a partir de conceitos claramente definidos. A filosofia é de conjunto, por que é totalizante, examina os problemas relacionando os diversos aspectos entre si. Mais ainda, o objeto da filosofia é tudo, por que nada escapa ao seu interesse (ARANHA; MARTINS, 2009, p. 20-21).

O autor Gallo (2012), enfatiza três características da filosofia que nos dão pistas, contribuem com a construção do conceito do que seja filosofia:

- 1) Trata-se de um pensamento conceitual: enquanto saber, ela é sempre produto de pensamento, é uma experiência de pensamento, é uma experiência de pensamento. Mas o que caracteriza a filosofia, [...], é que ela é uma experiência de pensamento que procede por conceitos, que cria conceitos, à diferença da ciência e da arte;
- 2) Apresenta um caráter dialógico: ela não se caracteriza como um saber fechado em si mesmo, uma verdade dogmática, mas como um saber que se experimenta, que se confronta, consigo mesmo e com os outros, que se abre ao diálogo com outros saberes, um saber aberto e em construção coletiva;

3) Possibilita uma postura de crítica radical: a atitude filosófica é a da não conformação, questionamento constante, da busca das raízes das coisas, não se contentando com respostas prontas e sempre colocando em xeque as posturas dogmáticas e as certezas apressadas (GALLO, 2012, p. 54).

Para Aranha (2006), a filosofia está presente em todos os cenários epistemológicos, prestando um grande serviço através da reflexão crítica, colocando em questão os fundamentos e a ação provindos daí. Neste sentido, a filosofia é um constante perguntar pelos fundamentos da realidade, pelos vários ramos do conhecimento que se prestam também a desvelá-la.

Ainda acrescenta a autora:

[...] Percebe-se que a filosofia não oferece um corpo acabado de conhecimentos nem o filósofo detém um saber que o coloca acima de todos. A filosofia se insere na história, e os temas com que se ocupa mudam de acordo com os problemas que precisa enfrentar. Como seres sensíveis e racionais, estamos sempre dando sentido às coisas. Isso significa que não precisamos ser filósofos profissionais para nos ocuparmos com questões filosóficas (ARANHA, 2006, p. 106).

Segundo o pensamento de Luckesi (1994), a filosofia é uma forma de compreensão que se apresenta ao ser humano com o objetivo de lhe fazer entender a razão de sua existência, seu significado, voltado também para um dever – ser, para forma como devemos agir no mundo em relação com outros seres humanos, rumo a construção de um mundo possível de ser habitável.

Acerca da temática acima, comenta Lorieri (2017), que

A Filosofia é entendida como um grande esforço dos seres humanos para saberem, da melhor maneira possível, de si e da realidade de que fazem parte, buscando especialmente compreender (ou produzir) algum possível significado dessa realidade e da própria existência humana [...] Fazer Filosofia é fazer algo profundamente político, pelo fato de que fazer Filosofia é buscar produzir a sabedoria que “orienta” ou intenciona as práticas humanas: sempre, porém, surgindo nelas, de dentro delas e para elas (LORIERI, 2017, p. 83).

Para Gallo (2012), seguindo a definição de filosofia dada por Deleuze e Guatari, comenta que a filosofia se explica a partir do trato com o conceito. Ou seja, a filosofia é a “arte de criar conceitos”. Ainda para Gallo (2012, p. 55): “O fato de o conceito brotar de problemas, de buscar equacioná-los, é que faz da filosofia essa

‘obra aberta’, uma vez que os conceitos nunca são conclusivos, mas continuam carregando em si os problemas que lhe deram origem”

O autor Saviane (2013), define filosofia a partir da distinção feita em relação a outras disciplinas, onde afirma que

A diferença fundamental que existe entre outras disciplinas do núcleo comum do currículo e a filosofia consiste na forma de abordagem do enfoque filosófico, que reside no tratamento específico, pontuado, global e radical, no sentido de ir às raízes da questão, e que as outras áreas às vezes apenas o fazem de modo geral ou superficialmente (SAVIANE, 2013, p. 55).

De acordo com Feitosa (2009), a filosofia pode ser definida como uma forma diferente de perceber o mundo, de julgar a realidade.

O autor ainda sublinha:

Em primeiro lugar porque é um olhar que pressupõe distanciamento. A excessiva proximidade de um objeto pode interferir na nossa compreensão sobre ele. [...] Agora imagine que a realidade é como uma parede contra a qual nossa face está colada. Tão próximas assim, torna-se difícil apreender o tamanho, extensão, espessura ou até mesmo a cor dessa parede. Olhar filosoficamente a realidade implica um certo afastamento dessa parede que está diante e em torno de nós (FEITOSA, 2009, p. 27).

A partir do que fora discutido, a respeito da filosofia em linhas anteriores, começamos a compreender a necessidade de sua presença dentro do processo educativo para a humanidade e para a construção do ser humano que agirá em sociedade.

Na próxima seção secundária a seguir, aprofundaremos a discussão enfatizando a importância e função do ensino de filosofia.

2.2 O ensino de filosofia: importância e função

Antes de adentrarmos no que se refere a importância e função do ensino de filosofia, devemos entender um pouco desse processo maior chamado “educação” e de sua contribuição para com a humanidade.

De acordo com Lorieri (2017), a educação está entre as práticas mais importantes desenvolvidas pela humanidade. E entre suas funções está a contribuição com a melhora do ser humano, levando em conta a construção de boas relações com a natureza, com o outro e consigo mesmo. A prática educativa segundo o autor é realizada por todos nós o tempo todo, através de nossas relações sociais, de forma não sistematizada ou organizada como é o caso da instituição escolar.

O autor Brandão (2007), comenta que a educação é essa maneira que o ser humano encontrou de tornar comum tradições, costumes, hábitos, conhecimentos dos povos. Acrescenta ainda que,

A educação pode existir livre e, entre todos, pode ser uma das maneiras que as pessoas criam para tornar comum, como saber, como ideia, como crença, aquilo que é comunitário como bem, como trabalho ou como vida. A educação é, como outras, uma fração do modo de vida dos grupos sociais que a criam e recriam, entre tantas outras invenções de sua cultura, em uma sociedade (BRANDÃO, 2007, p. 10).

Lorieri (2017), enfatiza acerca da relação filosofia e educação, a partir do comentário sobre o pensamento de Severino que

Ao tratar da necessidade da filosofia na educação fala em desenvolvimento da “sensibilidade para compreensão da existência” como aspecto necessário da formação humana. Essa formação implica desenvolver seres humanos (ele diz em desenvolver subjetividades) com suas variadas formas de sensibilidade: sensibilidade ou percepção de conceitos; sensibilidade relativa aos valores (em especial aos valores morais, estéticos e políticos). “É toda esta esfera do exercício da dimensão subjetiva da pessoa que nos torna efetivamente humanos” (LORIERI, 2017, p. 93-94).

Para Luckesi (1994), entre Filosofia e Educação existe uma relação que beira a naturalidade. A educação está voltada para a formação de novas gerações que formarão um determinado tipo de sociedade. Nestes termos, cabe a filosofia, questionar os valores, os pressupostos formativos que embasarão a formação destes jovens e, que modelo de sociedade queremos, que tipo de sistema político, econômico serve a esta sociedade.

Partindo deste ponto de vista, fica subtendido que o ensino de filosofia tem uma importante colaboração para a construção e reconstrução de valores, de conceitos que podem contribuir com uma sociedade que tenha como princípios

fundamentais de funcionamento a igualdade, a liberdade, a autonomia e o respeito as diferenças.

Desde sua origem, a filosofia sempre colaborou com a humanidade, colocando questionamentos acerca da realidade, da cotidianidade do ser humano, acima de tudo, na esfera social, a partir de suas várias dimensões como: a criticidade, a reflexão, a constante construção e reconstrução do pensamento, com o objetivo de apresentar pressupostos consistentes para a formação do sujeito crítico, capaz de refletir sobre sua própria prática, sobre suas ações. Pois como asseverava Sócrates, um dos grandes filósofos gregos do período clássico, “uma vida sem exame não é digna de ser vivida” (PLATÃO, 1957, p. 73).

De acordo com Aranha (2006), a filosofia exerce na realidade uma importância fundamental, pois é ela que consegue reunir as várias cosmovisões de mundo, provindas da ciência e que acabam fragmentando o conhecimento acerca da realidade. É pela filosofia que conseguimos ir além da cotidianidade do mundo, do senso comum e, alargar o conhecimento sobre o que entendemos como realidade. A filosofia alimenta a reflexão por meio do constante questionar-se. Ela se propõe a ser um antídoto contra a estagnação mental. É um constante ir além, ir adiante.

A importância da filosofia para a educação básica e, de forma específica, para o nível médio, consiste em possibilitar aos estudantes a construção de uma “crítica radical e sistemática da própria concepção de mundo, do seu pensar, do seu agir no mundo, de seus valores e sentimentos mais profundos” (ALVES, 2002, p. 121-122).

Acerca do exposto acima, sublinha ainda Lorieri (2017) que

[...] não é possível separar filosofia e educação. Se educação é necessidade óbvia, óbvia se torna a necessidade da filosofia que dela não pode se desprender, pois ambas se perguntam pelo ser humano a ser “formado”, e depende de uma interpretação do homem, da sociedade, do seu tempo. Sem essa interpretação, não há educação: sem filosofia não há sentido, direção, para a educação. E nem para a vida (LORIERI, 2017, p. 96).

No entendimento de Rodrigo (2009), não há dúvida da importância do ensino de filosofia para construção de um cidadão e uma sociedade que sejam alicerçados em valores democráticos, pois ela, a filosofia, carrega em sua estrutura constitutiva os meios adequados que podem formar cidadãos para a participação, para o espírito crítico e para o debate público. Dimensões *sine qua non* para a democracia.

Para Nascimento (1986), a filosofia e seu exercício não lida apenas com a arte de fazer perguntas que levam a problemas, mas visa também a solução destes problemas, a partir da construção, do desenvolvimento dos fundamentos teóricos, logo a filosofia,

[...] só poderá contribuir para aumentar o instrumental teórico que o estudante terá em mãos para situar-se no seu contexto social, político, histórico, cultural, de tal modo que o leque de possibilidade, tanto no que diz respeito ao levantamento dos problemas quanto no que se refere às suas soluções, estará efetivamente aumentado (NASCIMENTO, 1986, p. 117).

De acordo com a compreensão de Aspis (2004), o surgimento da filosofia vem como uma possível saída, uma compreensão acerca da realidade que ajudaria o ser humano a responder suas inquietações e resolver seus problemas concretos. Neste sentido, as aulas de filosofia têm a intenção de apresentar processos criteriosos, filosóficos para que assim os estudantes consigam fazer julgamentos, questionamentos que correspondam com a veracidade da realidade. Não somente questionar a realidade, mas através do pensamento autônomo e livre propor resoluções a seus problemas.

Acrescenta ainda a autora que,

Pensamos que o justo seria educar, hoje, para que o aluno seja outro e não o mesmo, um mesmo que qualquer modelo, ou seja, que ele seja ele. O justo é educar para oferecer condições para o educando conquistar pensamento autônomo. O pensamento que conhece suas razões, que escolhe seus critérios, que é responsável, consciente de seus procedimentos e consequências e aberto a se corrigir. Pensamento criativo, capaz de rir de si mesmo, buscador de compreensão, sempre atento ao seu tamanho justo. Esse pensamento não se permite obediência à regra inquestionável do consumo automático, infundado e sem fim. Esse pensamento não se permite tornar-se ação baseada nos critérios da indústria. Ele não se permite o preconceito, não se permite coisificar. É, de alguma forma, uma ferramenta de libertar-se, libertação no sentido nietzschiano, libertar-se das opiniões, da preguiça e do medo. Afirmamos que o ensino de filosofia como experiência filosófica pode desenvolver esse pensamento (ASPIS, 2004, p. 309).

Para Cerletti (2009), o ensino de filosofia é compreendido como o “ensinar a filosofar”. Não basta apenas o professor de filosofia ter domínio da história da filosofia, mas, é estritamente necessário para que o ensino de filosofia seja significativo, a provocação, o convite a pensar, vislumbrar aquilo que nos afeta na realidade, tentar compreendê-lo. O ensino de filosofia não se dá simplesmente como transmissão de conteúdo, mas como um desbravar os meandros do aprender a

pensar por si mesmo, de forma livre e autônoma. Dessa forma, deve ter como principal missão o ensinar a pensar.

Para Sproul (2002), a filosofia é vista como pensamento fundamental. Nos leva a pensar diferente da maioria. A ter um olhar de curiosidade que pode nos encaminhar a uma criticidade quanto ao que nos parece normal, neste sentido,

A filosofia nos obriga a pensar em termos de fundamentos. Com fundamentos quero dizer os primeiros princípios ou verdades básicas. A maioria das ideias que moldam nossa vida é aceita (pelo menos no começo) sem muita crítica. Não criamos um mundo ou ambiente do zero e depois vivemos nele. Entramos num mundo e numa cultura que já existem e aprendemos a interagir com eles. Por exemplo: poucas pessoas hoje em dia debatem as virtudes do imposto de renda escalonado ou por faixas, em que um grupo de pessoas paga não somente quantias maiores, mas também um percentual maior do que ganha [...] raramente alguém questiona se esse esquema é justo, porque está em vigor muito tempo. É uma realidade que se aceita. Quando foi instituído, porém, esse sistema foi alvo de enormes controvérsias (SPROUL, 2002, p. 12-13).

Acrescenta Gallina (2004, p. 368), que “a atividade filosófica ocupa-se com as condições que permitem a formulação de problemas, e nisso consiste a aprendizagem em filosofia”.

Colaborando com a discussão Aspis (2004), voltada para o contexto propriamente educativo, enfatiza que as aulas de filosofia têm a intenção de apresentar processos criteriosos, filosóficos, para que assim, os estudantes consigam fazer julgamentos, questionamentos acerca de suas ações.

Ampliando a discussão Gallo (2012), menciona a importância do exercício da filosofia, mas, acima de tudo, enfatiza o papel do professor de filosofia neste processo ensino-aprendizagem como aquele que deve estar preparado para fazer essa mediação entre os pressupostos filosóficos e o aluno, pois para ele

O professor de filosofia, então, é aquele que faz a mediação de uma primeira relação com a filosofia, que instaura um novo começo, para então sair de cena e deixar que os alunos sigam suas próprias trilhas. Sem Sócrates, Platão não teria feito o movimento de um novo começo, produzindo, ele mesmo, filosofia. O professor de filosofia é aquele personagem que, a um só tempo, sabe e ignora; com isso, não explica, mas media a relação dos alunos com os conceitos, saindo de cena em seguida para que a relação com os conceitos seja feita por cada um e por todos (GALLO, 2012, p. 164).

A filosofia e seu ensino vêm, como já exposto, justificando sua importância dentro da realidade, e em específico, para o contexto educacional. No entanto, nunca foi fácil exercitar o pensamento filosófico em meio aos vários contextos de aprendizagem.

Na seção secundária seguinte, abordaremos exatamente alguns dos desafios que giram em torno da formação de professores de filosofia e que se somam ainda a outros desafios.

2.3 O ensino de filosofia: entre o processo formativo e outros desafios

A partir de 1980, a sociedade brasileira vem passando por um processo político-sócio-cultural conhecido como redemocratização, no qual parcelas da estrutura social, camadas populares que antes não eram contempladas no seio da sociedade com direitos garantidos, agora passam a experimentar tal sensação.

A instituição escolar também é afetada por essas mudanças. Até a década de 1970, o ensino secundário absorvia em sua maioria as camadas mais abastadas da sociedade, entre elas, destacam-se a classe média e a elite que por essa razão tinham uma relação mais próxima com a filosofia.

Acerca da questão levantada, enfatiza Rodrigues (2012), que

A concepção de Filosofia difundida na educação escolar brasileira historicamente esteve ligada a saberes abstratos e racionalistas, ligados à formação das elites. [...] No Brasil Colônia, o ensino de Filosofia foi ofertado em reduzido número de Colégios, onde a escolástica era a base do ensino, pela vinculação religiosa dos jesuítas, responsáveis pela educação à época. Até meados do século XX, essa modalidade do ensino da Filosofia esteve presente na escola brasileira, com fortes repercussões nos currículos. Com a Reforma Capanema, em 1942, torna-se obrigatório o ensino da Filosofia, de modo especial nas escolas religiosas, que atendiam às elites sociais e econômicas do país (RODRIGUES, 2012, p. 63).

Com o limiar de um novo cenário, classes como a trabalhadora e a popular, passam a ser incluídas no ensino secundário de maneira considerável. De acordo com Rodrigo (2009), ocorre um movimento chamado de “massificação”. Processo pelo qual camadas da sociedade que antes estavam fora da escola, têm agora a oportunidade de adentrá-la.

No entanto, não se trata de uma justaposição. Tal mudança requer também reflexões ao nível educativo, formativo, disciplinar e didático-metodológico, envolvendo diretamente o ensino filosófico. Propiciando uma ampla discussão que abre espaço a outros campos do saber que podem dar contribuições valiosas, pois o público do ensino médio e o cenário, agora são outros, carregam consigo, desafios e limitações.

Acrescenta ainda Rodrigo (2009) que,

Até meados de 1970, a filosofia era ministrada em uma escola secundária elitizada. Nessas três décadas em que esteve total ou parcialmente ausente, o ensino médio passou por um processo de massificação crescente, incorporando estratos sociais menos privilegiados, que antes não tinham acesso a ele, uma clientela muito diversa da anterior: em sua maioria encontra-se em escolas públicas com precária qualidade de ensino, sendo portadora de graves deficiências educativas, tanto do ponto de vista linguístico como em relação a referências culturais de caráter mais amplo (RODRIGO, 2009, p. 01).

Colaborando com o assunto, comenta Ceppas (2010) que,

Da década de 1970 (quando a filosofia parou de ser ensinada na maioria dos colégios de nível secundário do país) a 2008 (ano em que foi aprovada a lei que estabelece a obrigatoriedade do ensino disciplinar da filosofia em todo território nacional), o Brasil passou por um processo de modernização das forças produtivas – do milagre brasileiro à globalização da economia – que transformou de modo radical nossa sociedade, a cultura e a educação. No intuito de recortar aqueles aspectos que, dos jesuítas aos dias de hoje, nos parecem mais significativos para repensar o ensino de filosofia e suas finalidades no Ensino Médio, precisamos indicar o eixo problemático que nos serve de pano de fundo, qual seja: o fato de que a estabilidade econômica e a quase universalização do Ensino Fundamental, recentemente alcançadas, convivem com níveis inaceitáveis de desigualdade social, condições de vida e aproveitamento escolar. Apesar de todas as conquistas democráticas, econômicas e sociais, é como se mudássemos tudo para continuar como estava (CEPPAS, 2010, p. 171-172).

Acerca do enfatizado em linhas anteriores, sublinha Rodrigo (2009) que

No período em que a filosofia esteve parcial ou completamente ausente, o ensino secundário sofreu grandes mudanças em relação ao período anterior. Coincidindo com a Reforma de 1971, assistiu-se a um crescente processo de massificação, pelo qual o ensino médio ampliou significativamente seu raio de ação, passando a receber estratos sociais menos privilegiados que antes não tinham acesso a ele. Na época, muitos atribuíram a queda da qualidade ao ingresso das classes populares, como se houvesse inevitável contradição entre quantidade e qualidade e o preço a pagar pela expansão quantitativa fosse o rebaixamento da qualidade de

ensino. Até hoje, muitos professores lamentam a qualidade perdida pelo nosso sistema público de ensino e sonham recuperá-la. Esse saudosismo é inútil, porque aquela qualidade era inerente a uma escola elitista que não existe mais (RODRIGO, 2009, p. 09).

O ensino de filosofia no decorrer da história educacional esteve imerso em desafios. Sempre foram encontrados falsos motivos para barrar suas atividades, seus exercícios voltados para o processo educativo.

Dentro do currículo, aliado ao contexto político e econômico, o ensino de filosofia sempre foi visto como complementação de carga horária de outras disciplinas, sendo seus conteúdos lecionados sem muito critério, rigor ou domínio. Com uma carga horária que pouco permite ao profissional desta área realizar um trabalho que seja consolidado com qualidade. Sendo visto como aquele ensino que não serve aos objetivos financeiros, aos fins econômicos ou mesmo como ineficiente qualificador de mão-de-obra voltada para o mercado de trabalho.

A filosofia e seu ensino vêm sofrendo oscilações: ora presente, ora ausente do currículo oficial, relacionado diretamente a questões de ordem política. Especificamente, políticas de governo. Acrescenta Rodrigo (2009), que pelo fato de a filosofia ter passado um longo tempo excluída do currículo oficial, tornou sua inserção no Ensino Médio prejudicada.

Acerca do mencionado, enfatiza Vizzotto (2019), que

Atualmente, nós, professores de Filosofia, que atuamos no contexto da escola de ensino médio, temos encontrado dificuldades em trabalhar a Filosofia enquanto disciplina do currículo, pois, além da mesma ter sido, por longo período, negada enquanto parte do elenco das disciplinas obrigatórias, acresce a essa situação, a inexistência de uma cultura de apreço e interesse por esta área de saber. Em decorrência, o que se percebe é a afirmação de que a mesma, em muitos momentos, é entendida como atividade de ensino monótona, “chata” e sem utilidade prática para a vida. A atividade filosófica demanda leitura atenta, paciência, interpretação, concentração, reflexão, problematização, produção conceitual, e ao mesmo tempo, sabemos que o que subjaz a cultura contemporânea geralmente nos encaminha para o sentido oposto, ou seja, velocidade e superficialidade das informações e da comunicação (VIZZOTTO, 2019, p. 101).

Assinala Gallina (2004), que existe dificuldade em entender o que seria a atividade filosófica dentro da perspectiva de seu ensino. Será que os conteúdos filosóficos traduzem sua missão? A filosofia como ensino tem tido a tendência de partir da história da filosofia para expressar a missão do ensino da filosofia. No entanto, focar apenas neste ponto como atividade filosófica seria no pensar da

autora um equívoco que ofuscaria algo de fundamental na atividade filosófica: a construção de conceitos, o surgimento do novo.

Nos menciona Danelon (2010), que o ensino de filosofia está além de uma questão histórica, autobiográfica, informativa, é preciso que os anseios dos jovens do ensino médio sejam levados em conta, logo

A atividade reflexiva se manifesta nas aulas de filosofia durante a leitura de textos filosóficos, na formulação de argumentos e no debate de ideias filosóficas e na produção de textos de cunho filosófico, de forma que os textos de filosofia sejam os subsidiadores e a atividade reflexiva seja o específico do filósofo no enfrentamento do texto de filosofia. Constitui-se um contraponto a esta especificidade da filosofia as práticas pedagógicas que versam sobre a transmissão de informação, ou seja, legisla contra a atividade reflexiva da filosofia o professor de filosofia que transmite passivamente informações conceituais da história da filosofia, como se a filosofia fosse cabedal de nomes, datas, conceitos e ideias que o aluno do Ensino Médio deve memorizar para adquirir conhecimentos de filosofia. Ao contrário disso, a filosofia é tensional, pois nos tira do lugar comum num chamamento para a inquietude (DANELON, 2010, p. 191).

Outro desafio que se coloca diante do ensino de filosofia está no processo formativo. As universidades ainda têm dificuldades em separar uma formação para o professor de filosofia que atue na educação básica e para o pesquisador em filosofia. Em sua grande maioria formam pesquisadores, especialistas e não profissionais que atuem com sucesso na educação básica.

Acerca da formação universitária destacam Pedro e Perez (2012) que,

As faculdades de Filosofia formam poucos profissionais e muitos não têm a intenção de trabalhar em sala de aula. Professores de outras disciplinas estão ministrando as aulas de Filosofia no Ensino Médio. Quando isso acontece, a tendência é trabalhar mais a história da Filosofia e alguns conceitos do que propriamente dar elementos aos estudantes para a formação do espírito crítico (PEDRO; PEREZ, 2012, p. 7).

Colaborando com a discussão, relata Nobre e Terra (2007) que,

[...] para ser professor do ensino médio, precisamos antes pensar no ensino de filosofia universitário. E, antes ainda, qual o professor universitário que queremos formar. Na universidade, formam-se tanto o professor universitário como o do ensino médio. E a formação do professor universitário deve estar ancorada na ideia de que é essencial falar para mais gente, não apenas para os pares, pois o filósofo tem essa dupla função: falar para os pares acadêmicos – não só da filosofia, mas também das outras ciências, das artes etc. – e para um espectro mais amplo da população (NOBRE; TERRA, 2007, p. 103).

De acordo com Nobre e Terra (2007), é preciso pensar o ensino de filosofia tanto na universidade quanto no ensino médio de forma integrada, ligada a cultura, de forma interdisciplinar com outros campos do conhecimento. Somente dessa forma a filosofia e seu ensino poderão superar o “tédio” e a “indiferença”.

Nos ressalta Gallo no prefácio do livro “Filosofia em sala de aula”, de Lídia Maria Rodrigo (2009), que a formação voltada para o professor de filosofia quando acontece é graças ao esforço e mérito de professores universitários de disciplinas como “metodologia do ensino de filosofia” e/ou “prática de ensino em filosofia/estágio supervisionado”, de forma isolada nas instituições em que trabalham. Ou então acabam ficando a vontade do próprio universitário, que, quando se vê em sala de aula, acaba agindo de forma intuitiva, tendo como modelos a serem imitados e modelos a serem recusados seus professores, sua própria experiência de ensino universitário.

Seguindo com a discussão, Cerletti (2009), considera que a formação docente de modo geral, aqui de forma específica voltada para o professor de filosofia, é algo complexo, que demanda uma série de fatores. Comenta ainda que a formação do professor de filosofia vai além tão somente da aquisição dos conteúdos específicos ou pedagógicos. O ser professor começa bem antes, como alunos, quando sofremos influências de nossos professores e, às vezes, acabamos replicando-os na prática da sala de aula.

Acrescenta ainda Cerletti (2013), a sua fala anterior a respeito do trajeto específico do professor de filosofia, que a preponderância das experiências muitas vezes pode colaborar para um mau ou bom professor, sem uma dada sistemática que poderia ser fornecida pela formação universitária, pois esse espaço formativo por excelência, não consegue ainda dar conta da tão sonhada formação voltada para esse profissional específico com um preparo para prática da sala de aula. Ainda comenta que

Todos somos produtos de um longo processo de aprendizagens institucionais que têm início ao entrarmos na primeira sala de aula. Durante esse trajeto, fomos adquirindo com o tempo uma quantidade significativa de conhecimentos e hábitos que nos subjetivaram em nossa relação com a transmissão formal do saber. Aqueles que se dedicam à filosofia percorrem, igualmente, um trajeto específico como aprendizes dos conteúdos próprios da filosofia. Isto é, conhecem e vivem em sua própria experiência o que todos os seus professores de filosofia consideraram ser a filosofia e também

o que supuseram ser ensiná-la e aprendê-la, ainda que talvez nunca tenham atentado para isso. Por meio dessa experiência como alunos, foram configurando, em geral de maneira bastante acrítica, uma ideia do que significaria ser um “bom” ou um “mal” professor. No processo de seu aprendizado, foram formando-se como estudantes, mas também como especialistas em um saber e como docentes, já que, de maneira consciente ou inconsciente, ao lado de alguns conteúdos de filosofia, “aprenderam” diversas formas de ensiná-la (que foi o que seus professores ou mestres fizeram em suas aulas). O fato de as concepções de filosofia e de ensino, que foram incorporadas, sejam matizadas ou pouco variadas, estimulantes ou frustrantes, dará à experiência de formação uma maior ou menor riqueza (CERLETI, 2013, p. 175-176).

Em relação ao contexto geral da formação universitária, Tardif (2000), enfoca que os conhecimentos universitários (teóricos) ainda estão muito aquém de condizerem com a realidade dos saberes profissionais (práticos) dos professores mobilizados em sala de aula.

Os documentos oficiais já vêm a algum tempo discutindo a problemática da formação do profissional de filosofia voltado, especificamente, para o nível médio. As OCNs (Orientações Curriculares Nacionais) para o Ensino Médio afirmam que:

[...] Ademais, pensar a disciplina Filosofia no ensino médio exige também uma discussão sobre os cursos de graduação em Filosofia, que preparam os futuros profissionais, e da pesquisa filosófica em geral, uma vez que, especialmente nessa disciplina, não se pode dissociá-la do ensino, da produção filosófica e da transmissão do conhecimento (BRASIL, 2016, p. 16).

As universidades em sua grande maioria formam pesquisadores, especialistas e não profissionais da educação que atuem com sucesso no ensino médio.

Acerca da problemática posta, considera Rodrigo (2009) que,

Tanto a formação específica, como a formação pedagógica, revelam deficiências do ponto de vista da preparação do professor para enfrentar uma sala de aula. Em relação à formação específica, podemos, *grosso modo*, assinalar o predomínio de dois modelos de graduação: um construído com base em cursos monográficos que privilegiam a formação do especialista ou pesquisador, tratando a licenciatura como uma espécie de apêndice ao bacharelado; outro construído com base na pulverização dos conteúdos filosóficos num grande número de disciplinas, ministradas com base em manuais e bibliografia secundária (RODRIGO, 2009, p. 68).

Para Nascimento (2021), professor da Universidade Federal de Sergipe (UFS), por ocasião do I ciclo de debates do fórum maranhense em defesa da

filosofia, ocorrido no dia 10 de junho de 2021, e transmitido pelo canal do PGCult – UFMA, no *Youtube*, há um problema quanto ao fomento dos professores de filosofia da educação básica quanto a participarem, serem convidados a participar das edições das semanas filosóficas, onde segundo o professor seria um momento oportuno para aprender, saber o está acontecendo de melhor e também quais dificuldades os docentes enfrentam no contexto da educação básica, a partir de seus relatos de experiência.

Acrescenta Gallo (2012), acerca da formação filosófica, partir de sua própria experiência anterior como universitário que,

O problema consiste no fato de que os filósofos dão pouca ou nenhuma importância à questão do ensino. Os cursos preocupam-se em ensinar filosofia, transmitir o legado de sua história, às vezes preparando o pesquisador especializado nesse campo” (GALLO, 2012, p. 11-12).

Para Nobre e Terra (2007), é importante que a formação universitária venha a colaborar com esse outro profissional que não atuará somente como pesquisador, mas será essa ponte na Educação Básica entre os pressupostos filosóficos e o estudante, logo

Não faz sentido formar um professor de filosofia que seja apenas um especialista, porque, em primeiro lugar, ele será totalmente ineficaz no ensino médio. Em segundo lugar, será improdutivo, porque se conseguir ensinar algum aluno, não conseguirá produzir o intelectual que está preocupado com a inserção da cultura na sociedade da perspectiva que é própria da filosofia (NOBRE; TERRA, 2007, p. 69).

Na opinião de Guimarães (2010), é provável que a formação do profissional licenciado em filosofia que não é nem especialista nem pesquisador, exija da formação questões mais complexas, pois

Talvez a formação do docente de EM seja até mais difícil que a formação do pesquisador. Porque ele precisa ser capaz de realizar esta ponte, digamos, entre esta tradição, na qual se espera que seja o mais bem formado possível, que ele tenha condições de continuar se formando, mas fazer a ponte desta tradição com a experiência, as questões, as ansiedades, as angústias dos adolescentes, que são o seu público, não é fácil, de fato (GUIMARÃES, 2010, p. 34).

A questão nuclear aqui é que o ensino de filosofia na educação média tem suas especificidades, e não pode ser simplesmente a transposição do ensino universitário simplificado e/ou diminuído.

Fávero et. al (2004), a pedido da UNESCO, fizeram uma pesquisa que tinha como objetivo mapear as condições do ensino de filosofia no país em seus diversos níveis, chegando a algumas conclusões:

1º – Uma parcela considerável dos estados brasileiros não incluía a filosofia em seus currículos;

2º – Mesmo tendo alguns Estados inserido a filosofia no currículo, a demanda de concursos que a incluíam é pequena;

3º – Em consequência, mostra a desvalorização frente a legislação;

4º - Isso gera professores atuando na disciplina de filosofia sem habilitação.

Consequentemente, a disciplina de filosofia, tematizada como ética, por exemplo, será lecionada por profissionais de outras áreas, sem preparação adequada;

5º – Na prática, dentro dessas condições, o ensino de filosofia não se efetiva.

Entre as conclusões citadas, o 4º ponto de conclusão demonstra que os profissionais que atuam no ensino de filosofia ainda são em sua grande maioria provindos de outras áreas, como a pedagogia e a história. Sobre isso Marilena Chauí (2010), defende a necessidade de evitar-se a distribuição de aulas de filosofia aos não graduados em filosofia para tentar um processo autêntico e mais cuidadoso por parte dos graduados na área junto aos estudantes do ensino médio.

Acerca do exposto, acrescenta Alves (2002), a partir de sua experiência no curso de filosofia outrora como estudante que,

Todavia, a professora que assumiu as aulas de filosofia não tinha formação específica na área; sua formação era em pedagogia, o que comprometeu significativamente o andamento do curso. Isso frustrou nossas expectativas em relação à disciplina, pois esperávamos um estudo mais sistemático e aprofundado da filosofia, o que acabou não acontecendo (ALVES, 2002, p. 03).

Sobre o assunto, comenta Nascimento (2021), que “a cada dois professores que lecionam filosofia no Brasil inteiro, um não é da área específica”. Essa afirmação demonstra uma grande lacuna quanto a formação do professor de filosofia voltado

para a Educação Básica e o espaço que o professor desta área específica tem perdido no decorrer do tempo.

Em relação a questão, destaca Gomes (2017), que

Uma matéria publicada recentemente pela *Folha de S. Paulo*, no dia 23/01/2017, aponta que “quase 50% dos professores não têm formação na matéria que ensinam”. Os dados do censo escolar de 2015 indicam que 46% dos docentes do Ensino Médio no Brasil ministram aulas sem graduação específica na matéria que lecionam. A disciplina de filosofia ocupa o segundo pior índice do *Ranking*, com apenas 23% dos professores formados na área. Os números são preocupantes, tanto em termos de questionamento sobre a qualidade das aulas de filosofia no Ensino Médio, ministradas por professores leigos, quanto em relação à evidente situação de desvalorização do profissional e da área de filosofia, que parece não ter mais sentido ou espaço de atuação na formação de professores, crianças e jovens. Afinal, para que filosofia na educação? (GOMES, 2017, p. 118-119).

Neste sentido, é importante para que o ensino de filosofia possa contribuir com a formação dos estudantes do ensino médio, seja ministrado por docentes formados e licenciados especificamente neste componente curricular, pois, terão um maior preparo para trabalhar uma série de conteúdos e indagações filosóficas que serão apresentadas aos discentes e que os discentes apresentarão aos docentes. O professor formado no curso de filosofia deverá estar preparado para desenvolver com os alunos um pensamento crítico, dando-lhes espaço para construir raciocínios, dialogar acerca de ideias e de construir um pensamento que leve a autonomia sobre as teorias e os problemas a eles propostos e, ainda desenvolver seus textos individuais.

Enfatiza Rodrigo (2009), que outra problemática desafiadora ao ensino de filosofia é o público atendido pela Educação Básica, em sua grande maioria provinda das classes menos favorecidas socialmente, trazendo consigo problemas de teor educativo que acabam interferindo diretamente no processo ensino-aprendizagem. Entre esses problemas destacam-se: Baixo nível de leitura, dificuldades em interpretação de textos, dificuldades em ler textos em voz alta, etc.

Ainda comenta a autora que,

Os professores de filosofia frequentemente se queixam que o estudante do nível médio não possui as qualificações requeridas para a apropriação dessa forma de saber. De fato, as deficiências culturais dos alunos socialmente menos privilegiados são de tal ordem que, muitas vezes, eles sequer conseguem ler e compreender textos simples e corriqueiros, que dirá textos filosóficos. Mas, enfim, seja qual for a razão, se o aluno não

possui esses requisitos, é preciso, juntamente com os conteúdos filosóficos, investir na sua aquisição, ou seja, na capacidade de ler, interpretar, abstrair, argumentar, redigir, etc (RODRIGO, 2009, p. 22-23).

Para Pimenta e Lima (2009), no que diz respeito a este cenário, mesmo agora, um grande desafio quanto a resolução dessa problemática se coloca, principalmente, em razão de práticas ultrapassadas ainda serem utilizadas pelos professores na forma de como conceberem a realidade social e escolar. Onde acrescentam que,

A prática como imitação de modelos tem sido denominada por alguns autores “artesanal”, caracterizando o modo tradicional da atuação docente, ainda presente em nossos dias. O pressuposto dessa concepção é que a realidade do ensino é imutável e os alunos que frequentam a escola também o são. Idealmente concebidos competiria à escola ensiná-los, seguindo a tradição. Não cabe, pois, considerar as transformações históricas e sociais decorrentes dos processos de democratização do acesso, a qual trouxe para a escola novas demandas e realidades sociais, com a inclusão de alunos até então marginalizados do processo de escolarização e dos processos de transformação da sociedade, de seus valores e das características que crianças e jovens vão adquirindo. Ao valorizar as práticas e os instrumentos consagrados tradicionalmente como modelos eficientes, a escola resume seu papel a ensinar; se os alunos não aprendem, o problema é deles, de suas famílias, de sua cultura diversa daquela tradicionalmente valorizada pela escola (PIMENTA; LIMA, 2009, p. 36).

Antes da ampliação do ensino médio, as classes menos favorecidas, a escola atendia uma parcela dos filhos da elite, que por terem hábitos familiares e convivências mais próximas do conhecimento e de sua apreensão, chegavam a escola e ao encontro com o ensino da filosofia mais “orientados”.

Acerca disso, considera Rodrigo (2009), que

Mais que em outros tempos, torna-se crucial a criação de estratégias didáticas que facilitem a superação da distância existente entre as exigências teórico-epistemológicas do saber filosófico e as deficiências educacionais de boa parte dos alunos oriundos de segmentos sociais menos favorecidos. Quanto maior a distância entre o ponto de partida cultural do aluno e as exigências inerentes ao saber filosófico, maior é a importância das mediações a serem instituídas por instrumentos didáticos adequados (RODRIGO, 2009, p. 31).

É preciso entender a importância da filosofia neste contexto, o qual traz ao profissional docente complexos desafios que o fazem refletir sobre seu papel e o papel da filosofia na escola.

A esse respeito, comenta Aspís (2004), que

É bastante possível que aquele que se dedica a dar aulas de filosofia para jovens no Brasil, hoje, sentirá a necessidade de pensar seriamente no que isso significa antes de sentir-se em condições de decidir o que fazer em suas aulas e como fazê-lo. O contexto que envolve o ensino de filosofia para jovens, na escola, é complexo já que há tantos possíveis objetivos educacionais que podemos atribuir a filosofia, tantos fins filosóficos e as possíveis formas de alcançá-los (ASPÍS, 2004, p.306).

Acompanhamos em 2008, após uma ampla discussão no Congresso Nacional e noticiada pela mídia, a reinserção da disciplina filosofia no rol daquelas que passariam naquele momento, após ser sancionada pelo Presidente da República, a caráter de obrigatoriedade no Ensino Médio. No entanto, muita coisa havia mudado desde 1971, quando a filosofia e seu ensino, por força de lei passou a vigorar no nível médio como disciplina optativa. De 2008 a 2021, já se passaram treze anos. O que tem sido feito nesse meio tempo em sala de aula para aproximar o aluno dos pressupostos filosóficos? Que metodologia tem sido praticada?

Estas indagações não são fáceis de serem respondidas, mesmo porque é encontrado no país um número restrito de pesquisas sobre essa temática. Pouco a respeito de metodologias propriamente filosóficas tem sido foco de pesquisas e reflexões ao nível da formação de professores em filosofia. E muito menos em relação às pesquisas voltadas para o conhecimento das metodologias que vem sendo praticadas no Ensino Médio durante esse tempo.

Tendo em vista está problemática comenta Perencin (2017),

Constati a escassa produção sobre o ensino de filosofia por parte dos pesquisadores brasileiros à medida que nem um por cento dos artigos e/ou textos analisados nos 16 periódicos dedicou-se a discutir a temática em questão. Da revisão dos mais relevantes periódicos de Filosofia, de Educação e de Educação e Filosofia em circulação no Brasil, que totalizaram 9242 artigos e/ou textos revisitados, apenas 64 – 0,69% da produção geral – traziam por tema o ensino de filosofia com seus diferentes enfoques e deste número geral, apenas 40 – 0,43% da produção geral – tratavam-no com vistas às problemáticas brasileiras (PERENCIN, 2017, p. 35).

Mesmo não tendo encontrado um número significativo de pesquisas a respeito do ensino de filosofia, é perceptível a constatação de problemas que se relacionam com ela e seu ensino, pois o estudante do Ensino Médio, de forma geral, tem muita dificuldade em se relacionar com os pressupostos filosóficos. Da mesma forma, os professores de filosofia deste nível de ensino também sentem muita dificuldade em realizar seu ofício.

Acerca do exposto, sustenta Fávero et al., (2004), que

O pequeno número de instâncias de formação continuada, a ausência de suportes didáticos mais bem definidos e a eventual formação deficiente, somadas à ausência de instâncias que estimulem um trabalho crítico-reflexivo sobre a prática, tudo isso conspira para obstaculizar um trabalho efetivamente filosófico dos professores junto aos estudantes (FÁVERO et al., 2004, p.247).

Sobre tais posições, surgem outras indagações: Será que somente o domínio sobre o conteúdo da disciplina ou matéria é suficiente? E qual o contexto social e político escolar que se apresenta ao ensino da filosofia? Acerca disso, muitos desafios se mesclam.

Refletindo um pouco mais sobre a possibilidade da autossuficiência do conhecimento, mediante o processo ensino-aprendizagem posta na primeira pergunta acima, Pimenta (1999), comenta que pensar desta maneira seria um erro, ou mais especificamente, no seu dizer, uma “ilusão”, pois dominar conteúdos não é garantia de sucesso no que diz respeito ao processo ensino-aprendizagem, não significa transferência direta ao aluno, mas requer processos de ensino – mediadores entre o docente e o discente.

No caso do conhecimento filosófico não seria diferente. É necessário também haver mediadores que consigam realizar de forma eficiente o processo ensino-aprendizagem. Tais mediadores podem estar também em outros campos epistemológicos.

Acerca da temática acima, acrescenta Cerletti (2013), que

A tarefa de ensinar filosofia não consiste meramente em recortar um domínio do saber para passá-lo de um professor a uns alunos, mas antes de construir um espaço compartilhado em que possa ser possível filosofar. É um convite a pensar juntos. [...] Não há, pois, uma única forma de ensinar bem filosofia. É possível ser um bom professor ou professora de filosofia de muitas maneiras. Mas cada um tem que encontrar sua maneira de sê-lo. O ensino de filosofia é, basicamente uma construção subjetiva, apoiada em

uma série de elementos objetivos e conjunturais. Um bom professor ou uma boa professora de filosofia será aquele ou aquela que puder levar adiante essa construção, de forma ativa e criativa (CERLETTI, 2013, p. 174-175).

Acrescenta Rodrigo (2009), que

O interesse pela reflexão filosófica, assim como por qualquer outro assunto, só poderá ser despertado se os conteúdos se revelarem significativos para o sujeito da aprendizagem, quer dizer, além de serem objetivamente significativos, eles devem sê-lo também subjetivamente, inscrevendo-se num horizonte pessoal de experiências, conhecimentos e valores. [...] Sendo assim, para que o saber filosófico se torne pessoalmente significativo, motive e desperte interesse, é preciso conceber estratégias didáticas capazes de estabelecer alguma forma de relação entre esse saber e as referências culturais e experiências de que os estudantes já são portadores ao ingressar na escola (RODRIGO, 2009, p.38).

Existe ainda uma pergunta que ultrapassa todas as outras, no que se refere ao ensino de filosofia, e ao modo como se deve levá-la ao público do nível médio: Por que é necessária a filosofia para a educação e para este nível de ensino?

Os autores Gontijo e Valadão (2004), comentam que

A presença de várias disciplinas é, muitas vezes, natural nas escolas, mas a presença da Filosofia, normalmente, não foge da tão propagada questão: Para que estudar Filosofia? Qual a utilidade desta disciplina na formação de alunos e alunas? (GONTIJO; VALADÃO, 2004, p. 288).

Segundo Aranha (2006), por ser a filosofia uma reflexão de ordem radical, rigorosa e de conjunto, enredada por questões do dia-a-dia, da ordem da existência é “inevitável que entre esses problemas estejam os que se referem a educação”. É função, neste sentido, da filosofia refletir também acerca da ideia de ser humano que guia a prática pedagógica.

Seguindo com a reflexão, Luckesi (1994, p. 32), considera que “A filosofia fornece a educação uma reflexão sobre a sociedade na qual está situada, sobre o educando, o educador e para onde esses elementos podem caminhar”.

Ainda sobre as questões anteriores defende Aspis (2004), que a filosofia e seu ensino tem muito a contribuir com a educação neste nível de ensino, pois

Pensamos que o justo seria educar, hoje, para que o aluno seja outro e não o mesmo, um mesmo que qualquer modelo, ou seja, que ele seja ele. O justo é educar para oferecer condições para o educando conquistar

pensamento autônomo. O pensamento que conhece suas razões, que escolhe seus critérios, que é responsável, consciente de seus procedimentos e consequências e aberto a se corrigir. Pensamento criativo, capaz de rir de si mesmo, buscador de compreensão, sempre atento ao seu tamanho justo. Esse pensamento não se permite obediência à regra inquestionável do consumo automático, infundado e sem fim. Esse pensamento não se permite tornar-se ação baseada nos critérios da indústria. Ele não se permite o preconceito, não se permite coisificar. É, de alguma forma, uma ferramenta de libertar-se, libertação no sentido nietzschiano, libertar-se das opiniões, da preguiça e do medo. Afirmamos que o ensino de filosofia como experiência filosófica pode desenvolver esse pensamento (ASPIS, 2004, p. 309).

Acerca desta assertiva nos relata Alves (2002), que

Estudar filosofia no ensino médio da educação básica comporta dois momentos distintos, mas relacionados: num primeiro instante, possibilita aos educandos o acesso a algumas das produções teóricas e culturais elaboradas pela humanidade, como as ciências, as artes etc.; outro momento é o da crítica a esse cabedal cultural em seus fundamentos, bem como a crítica a esse momento atual, à presente realidade: social, econômica, política, cultural, religiosa etc (ALVES, 2002, p. 120).

Rodrigo (2009), também menciona que o ensino de filosofia no “ensino médio de massa” é necessário e vale o esforço em busca de “dispositivos facilitadores da aprendizagem dos não iniciados”. O exercício filosófico de forma geral busca o desenvolvimento da humanidade do homem, a partir do pensamento racional, levando-o a uma relação consigo, com o outro e com o mundo, concretizando-se em uma cidadania democrática.

Partilhando da discussão acerca de metodologias filosóficas apropriadas ao nível médio, comenta Alves (2002) que,

Devemos buscar elaborar, então, uma proposta de “ensino” da filosofia apropriada ao nível da “aprendizagem” dos jovens e adolescentes do ensino médio, com uma metodologia própria e diferenciada da que é usada nos cursos de graduação em filosofia nas universidades (ALVES, 2002, p. 125).

De acordo com Feitosa (2009), a prática filosófica requer paciência. O cenário que se apresenta é acelerado. Com um grande volume de informações que exigem de nós decisões acertadas em menor tempo possível. Há uma sobreposição de imagens que acabam atrapalhando um olhar mais apurado acerca da realidade.

A esse respeito, enfatiza Incontri e Brigheto (2010), que

O intento de deflagrar um processo filosofante, porém, se faz ainda mais problemático – diríamos quase dramático -, quando consideramos que o nosso público é de adolescentes e jovens imersos em uma cultura de massa, bombardeados por imagens que engolem apressados, sem nenhuma reflexão. A nossa sociedade, rápida, descartável e consumista, não propicia a concentração mental necessária ao ato filosófico então, como vencer esse abismo e fazer o jovem leitor se interessar pela filosofia? Como impedir que esta seja apenas letra morta, mas que tenha um significado existencial, suscitando questionamentos em relação a nossa sociedade, desinteressada em refletir sobre si mesma? (INCONTRI; BRIGHETO, 2010, p. 3-4).

Acrescenta Feitosa (2009), a sua própria reflexão anterior que,

Para se praticar o olhar filosófico é preciso muita paciência. Vivemos em uma época em que nossas atividades estão muito aceleradas. O volume de informações a que estamos submetidos é gigantesco e somos exigidos a gerenciar todos os dados em um piscar de olhos, promovendo conexões e decisões rápidas. A linguagem do videoclipe é adequada a esse tipo de olhar: cortes bruscos, enredo fragmentado, fusões e sobreposições de imagens. [...] estamos perdendo nossa capacidade de contemplar demorada e desinteressadamente o mundo. Somente quando praticamos um olhar não violento sobre as coisas, sem forçar classificações ou inter-relações, deixando elas serem o que são, é que o real pode se mostrar em toda sua complexidade e beleza. O olhar filosófico é lento, não tem pressa de chegar a lugar algum, pois sabe que é essencial ater-se aos detalhes (FEITOSA, 2009, p. 31).

Neste sentido, percebemos a partir das palavras dos vários autores mencionados, a função e importância do ensino de filosofia. Onde é, a partir dos pressupostos filosóficos, da reflexão enredada pela crítica, radicalidade e o rigor que podemos construir cidadãos que consigam ir além do apresentável, da realidade que se nos apresenta pronta.

A partir daqui, abordaremos a relação conflituosa que existe entre Currículo e Filosofia. Tendo como resultado dessa relação as várias oscilações que vem marcando a presença da filosofia e seu ensino na Educação Básica.

2.3.1 Entre conversações: Currículo e Filosofia

Muito tem-se discutido sobre o conceito do que seja Currículo. Existem autores que defendem a impossibilidade de conceitua-lo de forma unívoca e

consensual. Para estes autores, Currículo carrega em sua estrutura semântica uma carga de significados que foram se constituindo dentro de um processo histórico.

O que não se pode negar é sua importância dentro do processo formativo, na esfera educacional, no fazer pedagógico. Pois é nele – Currículo, que está centrado o arcabouço que auxilia de forma significativa os passos que devem ser dados para a formação do ser humano.

No que trata a filosofia e seu ensino, sempre foi vista por uma parte da sociedade a partir de um olhar de desconfiança. Podemos perceber tal diagnóstico desde a condenação de Sócrates, em diálogos específicos de Platão (2002), como em sua obra Apologia de Sócrates, onde relata a condenação de Sócrates, um dos mais famosos filósofos de sua época – a clássica - que foi “convidado” a tomar um cálice de veneno. Ali, um dos argumentos fundamentais de sua condenação foi o de que os ensinamentos filosóficos repassados por Sócrates estariam corrompendo a juventude grega/ateniense.

Abaixo vemos a Figura 2, onde Sócrates no momento que toma o cálice com cicuta.

Figura 2. Sócrates e o cálice com cicuta.



Fonte: Nunes, 2012.

De lá para cá, de uma forma sorrateira e perspicaz, esse mesmo argumento travestido de outros dizeres vem sendo transmitido a posteridade, e sendo usado como instrumento ou recurso para esse objetivo, o currículo.

Mesmo que essa relação entre currículo e filosofia venha no decorrer do processo histórico sendo traduzida mais como distanciamento do que como aproximação, a filosofia e seu ensino nunca deixaram de mostrar sua importância dentro do processo formativo do ser humano, futuro cidadão.

Em vários períodos de nossa história brasileira vimos a filosofia e seu ensino tendo suas vozes silenciadas por concepções de educação tradicional, conservadora que não aceitavam que seus valores fossem colocados em “xeque”. O Currículo ainda hoje é usado como escudo de contenção contra a filosofia e outras demandas da sociedade como as das minorias.

Algo que deve ficar claro, é que gira em torno do Currículo toda uma gama de concepções, ideias, ideologias que ultrapassam os muros do simples olhar da neutralidade, nos levando a percebê-lo como sinônimo de poder, controle, exclusão. Assim como em outras esferas do social, sobre o currículo também imperam questões de ordem política.

No que trata de sua definição, Pacheco (2005), compreende o currículo como algo conflituoso, problemático:

Devido à sua natureza e dimensão pouco consensual, qualquer tentativa de definir currículo converte-se numa tarefa árdua, problemática e conflitual. Aliás, cada definição não é neutra, senão que nos define e situa em relação a esse campo. Insistir numa definição abrangente de currículo poder-se-á tornar extemporâneo e negativo, dado que, apesar da recente emergência do currículo como campo de estudos e como conhecimento especializado, ainda não existe um acordo totalmente generalizado sobre o que verdadeiramente significa (PACHECO, 2005, p. 35).

Ainda dentro da perspectiva sublinhada, Lopes e Macedo (2011), vão na mesma direção comentando que,

Nossa premissa na construção deste livro é de que não é possível responder “o que é currículo” apontando para algo que lhe é intrinsecamente característico, mas apenas para acordos sobre os sentidos de tal termo, sempre parciais e localizados historicamente (LOPES; MACEDO, 2011, p. 19).

Acrescenta Pacheco (2005), que toda construção curricular provém de uma relação social, por isso, nasce na e da história, sendo seu desenrolar preso a diversas condições e interesses conflitantes.

A esse respeito comenta Goodson (2007, p. 243), que “os conteúdos do currículo são definidos com uma estreita relação com o poder e com os interesses dos grupos sociais, tornando-o um mecanismo de reprodução das relações de poder existentes na sociedade”.

O currículo tem uma importância fundamental para a educação, pois sem ele o processo educativo ficaria alijado. Um currículo que exerce sua verdadeira função busca a construção da autonomia e emancipação do estudante, futuro cidadão. Neste sentido, acrescenta Santomé (1995), que

Uma das finalidades fundamentais de toda intervenção curricular é a de preparar os/as alunos/as para serem cidadãos/ãs ativos/as, críticos/as, membros solidários e democráticos de uma sociedade solidária e democrática. Uma meta desse tipo exige, por conseguinte, que a seleção dos conteúdos do currículo, os recursos e as experiências cotidianas de ensino e aprendizagem que caracterizam a vida nas salas de aula, as formas de avaliação e os modelos organizativos promovam a construção dos conhecimentos, destrezas, atitudes, normas e valores necessários para ser bom/boa cidadão/ã (SANTOMÉ, 1995, p. 159).

O currículo em sua função emancipatória tem uma importância fundamental no que diz respeito ao entendimento das consideráveis contribuições que a filosofia pode dar ao processo educativo brasileiro. E saber o que significa o conhecimento filosófico, suas características, é muito relevante nesse processo.

É importante aqui, levarmos em conta a história da ausência/presença da filosofia no nível médio para compreendermos melhor o momento atual pelo qual passa a filosofia.

No decorrer da história brasileira, em se tratando de currículo e espaço epistemológico, a filosofia sempre esteve a margem, sendo desvalorizada, tendo sua voz calada por um currículo conservador que sempre tentou menosprezá-la. Durante algumas fases da história foi esvaziada de sentido, sendo considerada apenas serva (*ancilla*) da teologia, disciplina complementar, quando não suprimida do currículo.

Iniciamos nossa empreitada trazendo o período colonial que transpõe de Portugal o modelo educacional da Companhia de Jesus.

Os autores Mattar e Antunes (2012), asseveram acerca desse contexto que,

No período colonial, a filosofia portuguesa é que dava as cartas no Brasil. O ensino e a filosofia dos jesuítas portugueses estavam subordinados a uma teologia que defendia o catolicismo ortodoxo como reação à Reforma Protestante. Eles seguiam as ideias de Tomás de Aquino, o que impediu a

abertura da filosofia portuguesa às ideias da filosofia moderna de outras correntes europeias. Durante esse período, não existiam estímulos para a produção intelectual. Como consequência, o pensamento brasileiro permaneceu por praticamente três séculos alheios aos efeitos da filosofia moderna (MATTAR; ANTUNES, 2012, p. 13).

As autoras Aranha e Martins (2010), no intuito de contribuir com a temática supracitada, comentam sobre o domínio da teologia sobre a filosofia, no contexto jesuítico:

No Brasil, desde o século XVI, a filosofia já fazia parte do chamado curso de artes oferecido pelos jesuítas aos filhos de colonos que concluíam o primeiro nível de letras humanas. Apenas alguns colégios dispunham desse curso, voltado exclusivamente para a elite colonial portuguesa. A base do ensino de filosofia era a tradição escolástica; e mesmo durante os séculos seguintes, manteve-se distante das conquistas das ciências modernas (ARANHA; MARTINS, 2010, p. 7).

De acordo com dados de Cartolano (1985), a companhia de Jesus foi fundada em 1534, e teve como fundador o espanhol Inácio de Loyola. Seus ideais foram influenciados por modelos militares. Aos padres jesuítas foram delegadas algumas funções como a instrução e a catequese dos povos que habitavam as colônias.

No contexto brasileiro a educação jesuíta era realizada em colégios e seminários e se desenvolviam em graus de ensino. Sobre isso nos relata Cunha (1980) que,

O curso elementar, de duração não definida, possivelmente um ano, consistia no ensino das “primeiras letras” (ler, escrever e contar) e da doutrina religiosa católica; o curso de humanidades, de dois anos de duração, abrangia o ensino da gramática, da retórica e das humanidades, sendo realizado todo em latim. No curso de artes, também chamado de curso de ciências naturais ou curso de filosofia, ensinava-se, durante três anos, lógica, física, matemática, ética e metafísica. Aristóteles era, como em todos os colégios, o principal autor estudado (CUNHA, 1980, p. 27).

Os estudos jesuíticos eram estruturados mediante o *Ratio Studiorum* que era definida como Plano de Estudos. Esse plano de estudos provinha da metrópole portuguesa e era elevado às colônias controladas por Portugal. Neste contexto, o ensino era organizado em dois graus: um grau inferior e outro, grau superior.

A filosofia estava inserida no grau superior do plano de estudo jesuítico. Sobre isso, enfatiza Cunha (1980) que

O curso de filosofia levava três anos, onde Aristóteles era o autor estudado: no primeiro ano, lia-se A lógica; no segundo, De Coelo, De Generatione e Meteoros; no terceiro, continuava-se com De Generatione, acrescentando-se De Anima e a Metafísica; paralelamente a essas obras principais, lia-se, na cadeira de moral, a ética e, na de Matemática, a Geometria (CUNHA, 1980 p. 25-26).

Aqui, a filosofia e seu ensino estavam garantidos como nos assevera Alves (2002):

A filosofia aparece, no contexto do plano pedagógico da Companhia de Jesus, no *studia superiora*, que correspondiam ao curso de filosofia e de teologia. Mas não se estudava qualquer filosofia, e sim aquela que interessava aos projetos da Companhia. A filosofia ensinada na colônia estava impregnada tanto na forma quanto no conteúdo, pela “concepção de mundo” (ideologia, dos jesuítas) (ALVES, 2002, p. 10).

É importante enfatizar que os cursos que estavam incluídos na *studia superiora* como é o caso da filosofia não estavam ao alcance das classes marginalizadas. Sobre isso, acrescenta Cartolano (1985) que

Os cursos que permitiam um grau mais elevado de cultura, formação e profissionalização, os *studia superiora* que compreendiam os cursos de filosofia e de teologia, estavam reservados aos filhos dos ‘senhores ricos e proprietários’ da colônia. Só eles tinham acesso e direito a educação, de nível superior, dirigida pelos jesuítas (CARTOLANO, 1985, p. 20).

Entramos agora em um outro período, conhecido como pombalino, onde mesmo os jesuítas sendo expulsos nesse período tanto da metrópole de Portugal, quanto das colônias, a filosofia continuava garantida como disciplina pelo currículo, no entanto, uma outra ótica a seu respeito era implementada. A filosofia nesse período passou a ser vista como “ciência natural” com um caráter pragmático, utilitário.

Acerca do exposto, ainda relata Alves (2002), que

O processo inaugurado por Pombal não tarda a refletir-se nas colônias, que sofrem os efeitos (nem sempre positivos) da política da metrópole. Com a expulsão dos jesuítas, Pombal empreende uma reforma político-pedagógica de caráter amplo, organizando a educação na Metrópole portuguesa em outras bases: laica e liberal, e as colônias deveriam adaptar-se à nova orientação (ALVES, 2002, p. 15).

O ensino escolar no período pombalino passa a não mais ser influenciado pela *Ratio Studiorum* defendida e executada na época pelos jesuítas e seus principais teóricos como Aristóteles e Tomás de Aquino, mas o estudo agora está aberto a outras novidades literárias. Alves (2002), comenta ainda que

Pombal e as reformas por ele empreendidas, em especial no campo educacional, representaram, também, do ponto de vista ideológico, o momento de abertura de Portugal às ideias iluministas e liberais, hegemônicas em quase toda a Europa nesse período (ALVES, 2002, p. 13).

Entramos agora no Período Imperial, onde a filosofia também foi contemplada, esteve presente na educação escolar. Entretanto, era mais uma disciplina preparatória para que os alunos alcançassem os patamares mais altos de conhecimento em outros níveis de ensino como o superior. A filosofia tinha a missão de preparar os estudantes para ingressarem no ensino superior em cursos como o de direito, como salienta Cunha (1980)

Os exames preparatórios para o ingresso num curso de direito, por exemplo, exigiam aprovação nos exames de línguas latina e francesa, retórica, filosofia racional e moral, aritmética e geometria. No caso específico da filosofia, a filosofia racional forneceria ao estudante meios de pensar, aquilatar o acerto ou erro das proposições; a filosofia moral seria o primeiro degrau para o estudo do direito natural, a base da jurisprudência (CUNHA, 1980, p. 112).

Como ficou claro nos períodos expostos acima, a disciplina de filosofia sempre esteve presente, entretanto, sendo vista mais como um curso preparatório para o ingresso no ensino superior, principalmente nos cursos como o direito e a teologia.

Agora entramos em outros períodos da história da educação brasileira em relação direta com a filosofia. Períodos que compreendem da Primeira República ao Golpe Militar de 1964, onde a filosofia teve uma presença indefinida.

Em 1890, com a reforma Benjamim Constant através do decreto n. 981 de 8 de novembro, deixa a filosofia pela primeira vez ausente do currículo. De acordo com Alves (2002), dentre as várias justificativas para sua exclusão, existe uma de teor ideológico, pois após a instauração da República não poderia se correr o risco de perder a hegemonia cultural que dava suporte teórico ao regime, e a filosofia seria uma grande ameaça, pois de acordo com os republicanos positivistas os

conhecimentos filosóficos continham ideologia da Igreja Católica e da Monarquia que se ganhasse espaço poderia colocar tudo a perder.

Outro motivo que levou a filosofia a ficar ausente do currículo teve uma influência direta do positivismo. Sobre isso, salienta comenta Alves (2002) citando Cartolano (1985)

[...] a filosofia, segundo a orientação positivista, não figurava como matéria doutrinal. Além da intenção de fundamentar na ciência a formação da escola secundária, rompendo assim uma antiga tradição humanista clássica, a reforma de Benjamim Constant pretendia também que todos os níveis de ensino se tornassem formadores e não apenas preparadores às escolas superiores (CARTOLANO, 1985, p. 35, apud ALVES, 2002, p. 28).

Outra justificativa para a ausência da filosofia do currículo da época é o embate entre duas concepções: a das “humanidades literárias versus as humanidades científicas”. Logo a filosofia estava compreendida dentro das humanidades literárias clássicas, não servindo ao propósito dos positivistas, que visavam a uma questão utilitária de ciência. As reformas que vão se estender de Benjamin Constant (1890) até a de Rocha Vaz (1925), que estarão imersas neste embate irão produzir uma inconstante presença da filosofia no currículo (ora incluída, ora excluída).

Em 1901, a reforma Epiácio Pessoa traz de volta a filosofia através do conteúdo de lógica. Em 1911, a reforma Rivadavia Corrêa tornou a retirar a filosofia do currículo do ensino secundário em nome de um currículo mais prático. No ano de 1915, a Reforma Carlos Maximiliano reintroduz a filosofia no currículo em um curso facultativo.

No pós 1931, com Getúlio Vargas no poder como presidente do país, tendo como contexto que motivou as reformas educacionais a de Francisco Campos (1932), e a reforma Gustavo Capanema (1942), o crescente aumento da demanda de mão-de-obra qualificada para satisfazer exigências da industrialização. Em ambas as reformas a disciplina de filosofia esteve presente. Na reforma Francisco Campos a filosofia começou a fazer parte do currículo como ciclo complementar como história da filosofia e lógica. Este ciclo compreendia dois anos e era preparatório para entrar nas escolas de direito, medicina e engenharia.

Já na reforma Gustavo Capanema (1942), a filosofia era obrigatória como disciplina e buscava a formação intelectual. Deveria atuar em caráter obrigatório na 2ª e 3ª series do curso clássico.

Em meio a essas reformas curriculares, a filosofia mesmo sendo reduzida a sua carga horária, se manteve inserida (obrigatória) no currículo escolar da época.

No ano de 1951, de acordo com Cartolano (1985), citado por Alves (2002), iniciou-se um processo que resultaria em anos posteriores na extinção da disciplina filosofia como obrigatória. Neste ano, chega a diminuição gradativa das aulas de filosofia. O ensino clássico que tinha em 1945, 4 aulas semanais na 2ª série e no 3ª científico, duas aulas semanais no 3º clássico, chega no ano de 1954, a duas horas por semana nas séries do clássico, e uma hora por semana no científico.

Com o pontapé inicial exposto, o próximo passo de extinção da filosofia como disciplina viria com a Lei n. 4.024 do ano de 1961, que descentralizou o ensino, dando possibilidades às escolas de escolherem seus currículos (BRASIL, 1961). Neste contexto, a estrutura do ensino secundário ficou sem mudanças. Continuou em dois ciclos: ginásial e colegial. O currículo foi dividido em disciplinas que seriam obrigatórias e em disciplinas que seriam optativas. Entre as optativas estava a filosofia que aparece agora como lógica.

O período ditatorial, pós –1964, trouxe a ausência definida da filosofia do currículo da educação básica. O contexto visava a formação de mão-de-obra barata nas empresas multinacionais que estavam se instalando no país. O modelo educacional escolhido para essa missão foi o tecnicista que tinha o objetivo de formar indivíduos que executariam ideias criadas por outros sem discussão, vindas de fora. Este contexto não contribui para a filosofia permanecer no currículo.

A esse respeito, comenta Alves (2002), que

Neste cenário, a filosofia passou a ter cada vez menos importância, seja por não servir aos objetivos tecnicistas da reforma em andamento, ou porque não se coaduna também com os objetivos ideológicos, condensados na DSND. Estava-se no auge da “guerra fria”, isto é, “guerra ideológica”, que dividiu o mundo em dois blocos político-ideológicos: os capitalistas, de um lado, e os socialistas ou comunistas, de outro. [...] A natureza do ambiente escolar, de trabalhar fundamentalmente com “ideias”, ou com a veiculação de ideias, teorias, etc., levou os aparelhos repressivos do Estado a “vigiar” de perto o que se passava nas escolas. [...] A filosofia, disciplina naturalmente voltada para a discussão de ideias, sistemas, teorias, etc., logo ganha a antipatia dos ideólogos do poder constituído, e a sua retirada do currículo passa então a ser cogitada como uma necessidade, em nome da segurança nacional (ALVES, 2002, p. 37-38).

Acrescenta Carvalho e Santos (2010, p. 15), que “nesses pouco mais de 50 anos, o ensino de filosofia causou diversas polêmicas. No período da ditadura, foi julgado nefasto à formação dos jovens, porque poderia levar ao pensamento crítico, este associado ao comunismo pelos militares”.

A ausência da filosofia dos currículos escolares do nível secundário se dará em 1971, com a lei de Diretrizes e Bases de n. 5.692 (BRASIL, 1971). Ainda aqui, Cartolano (1985), citado por Alves (2002), comenta que,

[...] Será a lei de Diretrizes e Bases, de agosto de 1971, lei, n. 5.692, que reestruturou o ensino de 1º e 2º graus (antigos primário, ginásio e colégio), que desfechará o “golpe de misericórdia” por assim dizer, contra a filosofia, definindo a sua ausência dos currículos escolares do nível secundário, até os finais do regime ditatorial no Brasil (CARTOLANO, 1985, p. 75 apud ALVES, 2002, p. 39-40).

A década de 1980, foi muito significativa para a filosofia e seu ensino, pois o país passava por um processo de redemocratização, impulsionado pelos movimentos sociais que lutavam por mais direitos, autonomia e liberdade de expressão. Pontos que foram perdidos com a implantação do Regime Militar de 64.

Com a pressão da sociedade civil, movimentos organizados que lutavam pela volta da filosofia aos currículos, como o Centro de Atividades Filosóficas (SEAF), a Sociedade Brasileira de Cultura (CONVIVIO), o Conjunto de Pesquisa Filosófica (COMPEFIL), a Coordenação Nacional dos Departamentos de Filosofia (CNDF), Associação Brasileira de Filósofos Católicos (ABFC), o Instituto Brasileiro de Filosofia (IBF), ajudaram a escrever um outro capítulo na história da educação brasileira.

Nesse período, a filosofia timidamente começa a aparecer nos currículos de alguns Estados como no Rio de Janeiro de forma controlada, pois o regime militar ainda estava presente.

Acerca do exposto, relata Silveira (1991), que

A filosofia foi reintroduzida no Rio de Janeiro como ‘noções de filosofia’, pelo parecer CEE n. 49, de 21 de janeiro de 1980, por solicitação do secretário Niskier. Ao estabelecer as normas para sua implantação, percebe-se que há muita preocupação do Estado de Segurança Nacional (ESN) com o controle sobre a disciplina, isto é, a filosofia poderia voltar, desde que ‘fosse devidamente vigiada’ (SILVEIRA, 1991, p. 160).

O controle sobre a filosofia nesse contexto se deu também sobre os seus pressupostos, o modelo ou um tipo específico de filosofia que era controlado pelo Estado de Segurança Nacional. Não era qualquer filosofia que poderia ser lecionada nas escolas de segundo grau, mas aquela que poderia servir aos objetivos do grupo que estava no poder. Sublinha Alves (2002, p. 44), que “a filosofia aceita no contexto da época era a filosofia desinteressada, inútil, voltada para problemas metafísicos e morais, tida como ‘adequada ao país’, conforme a visão do Estado de Segurança Nacional (ESN)”.

A década de 1990, é aquela que dará abertura para uma nova política ser implantada no país. São as políticas neoliberais, voltadas para o mercado, para a iniciativa privada e para a implantação do Estado mínimo que vieram com força nos governos de Fernando Collor de Melo e de Fernando Henrique Cardoso. Nesse contexto será aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 9394 (BRASIL, 1996).

Para Alves (2002, p. 63), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional é “a expressão do embate histórico entre o público e o privado na política educacional brasileira, tema recorrente, que constitui, ainda, a razão fundamental dos muitos conflitos em nossa área educacional”.

A aprovação da LDB 9394 (BRASIL, 1996), serviu mais aos interesses do mercado, do que propriamente aos interesses da educação. Onde, agora, a partir dos interesses do mercado, é vista como salvação. A esse respeito Ressalta Alves (2002), que

A educação é colocada como grande ‘redentora’ do momento presente; é através da educação que se alcança a capacitação ‘necessária’ para conquistar ‘um lugar ao sol’ na sociedade do mercado ou chegar ao ‘paraíso’ (para usar uma metáfora religiosa), sendo as condições econômicas e políticas (dos indivíduos ou dos países) apenas reflexo disso (ALVES, 2002, p. 65-66).

Foi na LDB de 1996, que a filosofia juntamente com a sociologia ganharam status de obrigatoriedade. Entretanto, perdendo seu caráter disciplinar em troca de se tornar “temas transversais”. Acerca dessa assertiva nos assevera Gallo no prefácio do livro de Lídia Maria Rodrigo (2009), que

O substitutivo Darci Ribeiro, porém, que seria aprovado como lei n. 9.394/96, em seu espírito flexibilizador e “minimalista”, optou por afirmar conhecimentos de filosofia e sociologia como obrigatórios, mas sem definir seu caráter disciplinar. O ministério da educação, durante a gestão de Paulo Renato de Souza, claramente optou por seu ensino na forma de “temas transversais” (RODRIGO, 2009, p.02).

Para Apple (2005), existe uma grande política cultural no currículo. Um forte embate ideológico que faz escolhas em detrimento de outras. Complementando o autor comenta:

[...] “Que tipo de conhecimento vale mais?”. Embora pareça, a pergunta não é nada simples, pois os conflitos acerca do que deve ser ensinado são agudos e profundos. Não se trata “apenas” de uma questão educacional, mas de uma questão intrinsecamente ideológica e política. Quer reconheçamos ou não, o currículo e as questões educacionais mais genéricas sempre estiveram atreladas à história dos conflitos de classe, raça, sexo e religião [...] (APPLE, 2005, p. 39).

Ainda no intuito de contribuir com a discussão Santomé (1995), acrescenta que,

Quando se analisam de maneira atenta os conteúdos que são desenvolvidos de forma explícita na maioria das instituições escolares e aquilo que é enfatizado nas propostas curriculares, chama fortemente a atenção a arrasadora presença das culturas que podemos chamar de hegemônicas. As culturas ou vozes dos grupos sociais minoritários e/ou marginalizados que não dispõem de estruturas importantes de poder costumam ser silenciadas, quando não estereotipadas e deformadas, para anular suas possibilidades de reação (SANTOMÉ, 1995, p. 161).

Uma outra crítica feita a LDB – 9394/96, diz respeito ao art. 36 parag. 1º, inciso III, que se refere ao final do ensino médio, em que o estudante deve ter adquirido conhecimento de filosofia e de sociologia, fundamentais ao exercício da cidadania. De acordo com Alves (2002), é preciso que algumas questões sejam esclarecidas:

Se ‘os conhecimentos de filosofia’ são ‘necessários ao exercício da cidadania’ como indica a lei supracitada, então, a filosofia está com seu lugar garantido no currículo do ensino médio? A primeira vista parece que sim, mas à medida que paramos para pensar nisto, percebemos que a coisa não é bem assim. Primeiramente, a lei é muito genérica, vaga e imprecisa quanto à presença da filosofia nesse nível de ensino. Fala-se que os educandos devem demonstrar ‘domínio dos conhecimentos de filosofia’, mas não está claro como isso ocorrerá concretamente. Em nenhum

momento se diz que a filosofia deve ser uma disciplina do currículo, por exemplo. O importante, parece é trabalhar o ‘filosofar’. Se para isto termos ou não a disciplina filosofia no currículo parece não importar muito. A julgar pela ‘letra’ e o ‘espírito’ da lei, além da filosofia continuar como disciplina optativa no ensino médio, o que em si já é motivo para muitas discussões, abriu-se o precedente, inédito, de que a presença da filosofia nesse nível de ensino não precisa se dar necessariamente na forma de uma disciplina (ALVES, 2002, p. 69).

A esse respeito Gallo (2012), faz críticas ao posicionamento daquilo que coloca o (PCNEM) como função da filosofia no nível médio, comentando que,

Desde Aristóteles a filosofia se define como fim em si mesmo, e não como um meio para atingir um objetivo determinado. Justificar um espaço para a filosofia nos currículos da educação básica apenas de modo instrumental – isto é, a filosofia a serviço de algo, como a cidadania – é, portanto, essencialmente antifilosófico. Considerando a argumentação presente nos PCNEM – que vê na filosofia uma preparação abrangente do indivíduo, fazendo parte de sua introdução no universo da cultura e das técnicas par aí transitar -, prefiro apostar no ensino de filosofia como um fim em si mesmo, para além de qualquer tutela, seja ela cidadã ou moral. [...] dizendo de outro modo, reivindico a possibilidade de afirmarmos: “conheço filosofia e sou cidadão”, em vez de “sou cidadão porque conheço filosofia” (GALLO, 2012, p. 22).

A partir do exposto neste tópico, dá para compreendermos o poder que gira em torno do currículo e o que pode acontecer quando ele cai em mãos erradas. Foi exatamente esse “cair em mãos erradas” que acabou dificultando a autêntica participação da filosofia e seu ensino no decorrer da história no currículo escolar do país.

O currículo não é neutro, pois é controlado por forças externas, a serviço do poder vigente, como sublinha Alves (2002):

O ensino escolar no Brasil sempre teve a sua estrutura e o seu papel condicionados ao modelo econômico e político vigente em cada momento da história nacional; conseqüentemente, a cada redirecionamento político e econômico havia uma nova reestruturação do ensino escolar, para adaptá-lo aos interesses dos “novos senhores” do poder; as mudanças na política educacional instauradas após 1964 são apenas mais um capítulo dessa história (ALVES, 2002, p. 35).

O atual cenário educativo está a nos mostrar que essas forças, outrora, contrárias ao ensino de filosofia estão mais vivas do que nunca. Movimentos de desmonte da LDB 9394/96 (BRASIL, 1996), que deu possibilidades ainda que inócuas e não tão claras para disciplinas como a filosofia exercer seu ofício com um

pouco de liberdade, espaço e eficiência está ameaçada de ficar fora do currículo da educação básica, semelhante ao que aconteceu no ano de 1971, com a lei de Diretrizes e Bases de n. 5.692 (BRASIL, 1971), pois de acordo com o contexto político presente, o ensino acerca dos fundamentos filosóficos não correspondem ao cenário econômico/ financeiro/cultural do momento.

Com a Medida Provisória de número 746 de 22 de setembro de 2016 (BRASIL, 2016), em suas várias facetas danosas à educação nacional, já ensaiava fragilizar a obrigatoriedade da filosofia no currículo do Ensino Médio, que veio a se concretizar um ano depois com a Lei nº 13.415/2017 (BRASIL, 2017), que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e estabeleceu uma mudança na estrutura do ensino médio. A filosofia foi lançada à grande área das ciências humanas, agora com caráter optativo. Tendo a possibilidade de sua ênfase disciplinar diluída.

Acerca da problemática levantada, nos assevera os autores que,

Não diferentemente de contextos sociopolíticos anteriores, no Brasil atual, em que a disciplina de Filosofia é componente curricular obrigatório desde 2008, a questão de sua permanência na Educação Básica ainda é pauta de discussão no âmbito de políticas educacionais nacionais. A Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, evidencia essa realidade ao deliberar sobre a reformulação do Ensino Médio e gerar incertezas sobre a permanência da Filosofia na matriz curricular, visto que o documento não faz menção à sua obrigatoriedade, mas dispõe sobre conteúdos filosóficos em seu Art. 3º, no § 2º, onde consta que: “*A Base Nacional Comum Curricular referente ao ensino médio incluirá obrigatoriamente estudos e práticas de educação física, arte, sociologia e filosofia*” (BRASIL, 2017, p. 1, grifos nossos). Essa determinação abre precedentes para uma nova retirada da disciplina do currículo, assim como admite a retomada da abordagem de conteúdos filosóficos como *conjunto de temas transversais* (SILVEIRA; SILVA, 2019, p. 769-770).

A BNCC, fruto de muita discussão e muitas críticas em suas três versões, nos foi apresentada como um currículo inovador, progressista, em relação direta com o direito a aprendizagem, no entanto, a partir de uma leitura mais apurada, percebemos, na verdade, um currículo conservador, que como aconteceu em alguns períodos da história educacional brasileira isola a filosofia sem permitir que exerça sua autonomia epistemológica. A filosofia foi relegada a grande área das ciências humanas com caráter optativo. Não existe mais obrigatoriedade em seu ensino, a partir da aprovação da BNCC. Não só a filosofia foi relegada ao isolamento, outras

pautas sociais muito importantes e que poderiam ser ampliadas suas discussões com a ajuda da filosofia, também tiveram o mesmo tratamento.

Clareando o pensamento acerca das questões prejudiciais ao processo democrático que estão imersas na BNCC, por conta da influência do ESP, Macedo (2017), nos assevera que

Esse conjunto de demandas conservadoras do ESP em relação ao “conteúdo” da BNCC é bastante pontual e aponta menos para o que deve fazer parte do currículo do que para o que deve ser excluído, para que a escola possa “atender a todos”. As exclusões citadas explicitamente se referem a demandas político-partidárias, raciais, de gênero e de sexualidade. O potencial dessas exclusões para deslocar as articulações sobre a BNCC é preocupante, na medida em que elas focam diretamente demandas de grupos minoritários — de raça, gênero e sexualidade — que, ainda timidamente, têm conquistado algum espaço (MACEDO, 2017, p. 517).

Acerca do supramencionado, na década de 1980, Nielsen Neto (1986), já enfatizava o engodo que eram as reformas educacionais que haviam ocorrido dentro da história da educação brasileira, pois estas serviam apenas para privilegiar a classe elitizada em detrimento das classes subalternas. Nunca houve com as reformas educacionais nenhum interesse real pela mudança de cenário opressor pelo qual passavam a classes menos favorecidas.

Assim como ocorreu na década de 1980, quando a filosofia não poderia exercer sua função com um teor crítico, mas somente aquela filosofia autorizada, onde era vigiada pelo Estado de Segurança Nacional (ESN). Ocorre neste momento com a atual gestão presidencial e com a aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), uma situação semelhante, pois, professores não podem desenvolver suas aulas levando em conta pressupostos críticos, reflexivos sobre o atual momento. Já foram até ameaçados de serem gravados, processados e punidos. Essa é ideologia encabeçada pelo Movimento Escola sem Partido que tenta adentrar os documentos oficiais voltados para a educação do país.

De acordo com Macedo (2017), o movimento “Escola Sem Partido” surge,

Em 2014, ele se define como “uma iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao superior. Sua principal estratégia foi, inicialmente, a judicialização da relação entre professores e alunos, tendo, em seguida, passado a pressionar as assembleias estaduais e municipais por projetos de leis que legitimassem suas ideias, processo

que vem se intensificando. Como resultado dessa pressão, tramitam na Câmara e no Senado Federal, desde 2015 e 2016, respectivamente, projetos de lei que alteram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de modo a nela inserir um “programa escola sem partido”. Os vínculos dos projetos com o movimento são explicitados nos próprios projetos de lei e a aposta numa relação antagônica entre professores e alunos e pais segue sendo a tônica dos documentos. Em ambos os projetos, incita-se as secretarias de educação a criarem “um canal de comunicação destinado ao recebimento de reclamações relacionadas ao descumprimento desta lei, assegurado o anonimato (MACEDO, 2017, p. 508).

Existe alguma semelhança com o que ocorreu na Ditadura militar em se tratando do ensino de filosofia e o que ocorre hoje com a aprovação da BNCC e a tentativa da neutralização da filosofia?

A partir das palavras de Alves (2014), há uma grande possibilidade dos mesmos objetivos de outrora estarem sendo colocados em prática hoje, pois o comentário do autor nos revela que,

Nesta reforma [Lei nº. 5.692/71 - grifo nosso] - a filosofia foi relegada para a parte diversificada, não figurando mais dentre as disciplinas do “núcleo comum obrigatório”. A filosofia passou a figurar como uma das opções de disciplinas de “educação geral” previstas na legislação. Assim, ao contrário do que se pensa, a filosofia não foi “excluída” do currículo e sim foram criados mecanismos que inviabilizavam a sua inclusão, mas formalmente não havia impedimento legal algum para a sua inclusão como disciplina. Um destes mecanismos foi a criação de outras disciplinas como obrigatórias supostamente equivalentes ao conteúdo filosófico de forma que não havia razão para incluir a filosofia e sobrecarregar o currículo com disciplinas equivalentes. Trata-se das disciplinas: E.M.C. (Educação Moral e Cívica), O.S.P.B. (Organização Social e Política Brasileira), e no ensino superior foi criada a E.P.B. (Estudo de Problemas Brasileiros). Registre-se, de passagem, que ocorreu a mesma coisa com a Sociologia para também impedir a sua inclusão como disciplina (ALVES, 2014, p.55).

A BNCC, não torna a filosofia obrigatória como outrora ocorrera em 2008, nem mesmo a retira ou a exclui do currículo do ensino médio, no entanto, a enfraquece quando a torna de caráter optativo. Usa de mecanismos para silenciá-la no currículo.

A filosofia encontra-se hoje com um grande desafio pela frente: provar mais uma vez que seus conhecimentos, seu ensino, são de fundamental importância para a garantia de direitos, para a construção de uma sociedade regida pelos fundamentos democráticos, e acima de tudo, para a construção do conhecimento, fincado no rigor, na crítica, na reflexão, e no respeito a diferença.

Sem dúvidas, o currículo e a filosofia podem juntos colaborar com o processo formativo, autônomo e emancipatório do país. Mas, o que temos visto durante todo o processo educativo brasileiro é um distanciamento de ambos.

O currículo carrega em seus “ombros” toda uma carga ideológica, política que torna sua missão e função extremamente conflituosa, desconsiderando e silenciando em muito as múltiplas vozes que fazem parte de sua estrutura, e que dependem de sua decisão acertada para ganharem espaço. Não pode ser visto a partir de um simples olhar, como apenas um espaço que de forma neutra autoriza e desautoriza epistemologias dentro de um contexto escolar, educativo. Toda escolha epistemológica dentro do currículo vem carregada de intenções políticas e ideológicas, que tem o poder para desenvolver as vozes, ativá-las ou silenciá-las.

O conhecimento filosófico tem sido uma dessas vozes que foram sendo silenciadas no decorrer do tempo. Hoje, em pleno século 21, continua a tentativa de silenciá-lo.

A terceira versão da BNCC (Base Nacional Comum Curricular), traz em sua estrutura curricular toda uma carga ideológica que transmite para as múltiplas vozes que a compõe o silêncio, a padronização, o desrespeito a pluralidade e a diferença. O ajustamento à valores a muito ultrapassados. Menosprezando epistemologias como a filosofia que a séculos vem contribuindo com a discussão de que sociedade queremos. Que sujeitos queremos formar, construir.

Branco et al. (2018), comentam a respeito dos ideais da (BNCC) com relação ao sentido da educação que,

O cenário que se apresenta conduz a formação do cidadão por caminhos contrários à emancipação do sujeito, de tal modo que a formação crítica e emancipatória perdeu espaço no campo educacional. Por outro lado, a formação de indivíduos que atendam aos interesses mercadológicos, suprimindo a mão de obra flexível e barata, necessária para a mais valia, tem se consolidado vertiginosamente. Nesse pressuposto e diante da crise do capital e da situação financeira que o país e o mundo atravessam, urge para os empresários a reforma educacional brasileira, desde que atenda aos seus interesses. Nesse contexto, situa-se a implantação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a reforma do Ensino Médio, tendo suas bases na Lei nº 13. 415/2017 e na participação de organizações financeiras, instituições nacionais e internacionais e do empresariado nas discussões, debates e tomadas de decisão (BRANCO, et al., 2018, p. 48).

Diante de todo esse cenário desafiador em que está envolvido o futuro da educação e de disciplinas como a filosofia que vem mantendo uma relação conflituosa com o currículo e com documentos oficiais, qual a postura do professor de filosofia? O que fazer para continuar resistindo dentro da sala de aula?

Gallo (2012), fala em uma sociedade do controle, onde temos a sensação de liberdade, que estamos no controle e não sendo controlados. Dentro desse contexto coloca a importância do professor de filosofia,

Professores de filosofia, precisamos acreditar no mundo e gerar acontecimentos. Usar nossas aulas como trincheiras, como espaços de resistência. Fazer da sala de aula, esse espaço de solidão, um agenciamento coletivo capaz de promover articulações e a circulação de conceitos, produzindo autonomia, que é a única coisa que permite o enfrentamento da máquina de controle (GALLO, 2012, p. 32).

Para Danelon (2010), o ensino de filosofia deve ser mais que estudar temas filosóficos e seus filósofos de forma histórica, muitas vezes sem nenhuma relação com a realidade atual do aluno do ensino médio.

É preciso que a voz do respeito à pluralidade e a diferença ecoe. Que o currículo permita que as discussões sejam travadas no campo da sensatez e do pensamento reflexivo. Aqui, a filosofia pode contribuir sobremaneira. Para isso, existe a necessidade da abertura ao pensamento filosófico que deve ser dado dentro do âmbito curricular e dos documentos oficiais como, no caso, a BNCC.

Dentro daquilo que se expôs acerca da filosofia e seu ensino, de desafios e importância, sua relação com o currículo, é importante tentar responder a pergunta: por que filosofia na escola?

2.4 Para que Filosofia no Ensino Médio?

Como vimos, a inclusão de forma integral e autônoma da filosofia e seu ensino na educação básica tem sido um grande desafio, pois quando foi reinserida no currículo na LDB 9394/96, com caráter “disciplinar” e obrigatória em 2008, pensava-se que nesse momento a filosofia e seu ensino teriam autonomia e seria reconhecida sua importância para a construção das bases de um sujeito e uma

sociedade fincados em valores democráticos, entretanto, o que se viu foi a diluição destas conquistas apresentadas na BNCC.

Acerca da problemática supracitada, assevera Gallo (2012), que

A presença da filosofia na escola não é um empreendimento tranquilo. Muitos são os obstáculos a serem superados para que essa presença seja possível; sobretudo porque, quando uma instituição opta por incluir filosofia em seu currículo ou quando uma política educacional dispõe sobre a inclusão da filosofia nos currículos escolares, isso se faz em nome de uma certa filosofia e em nome de certas intenções para com a filosofia. Dizendo de outra maneira, quando está na escola, a filosofia ali está para atender a determinados interesses, para cumprir uma necessidade “ideológica”. Como, por exemplo, no caso brasileiro contemporâneo, que explicita suas intenções na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (GALLO, 2012, p. 27).

Então, agora, se faz necessário que a filosofia enfatize sua importância e necessidade mais uma vez perante o “mais do mesmo”, de um currículo que se traduz em conservadorismo e negação da diferença.

Os documentos oficiais como as Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (OCNEM), enfatizam a importância do ensino de filosofia no nível médio afirmando que,

O objetivo da disciplina Filosofia não é apenas propiciar ao aluno um mero enriquecimento intelectual. Ela é parte de uma proposta de ensino que pretende desenvolver no aluno a capacidade para responder, lançando mão dos conhecimentos adquiridos, as questões advindas das mais variadas situações. Essa capacidade de resposta deve ultrapassar a mera repetição de informações adquiridas, mas, ao mesmo tempo, apoiar-se em conhecimentos prévios. Por exemplo, caberia não apenas compreender ciências, letras e artes, mas, de modo mais preciso, seu significado, além de desenvolver competências comunicativas intimamente associadas à argumentação. Ademais, sendo a formação geral o objetivo e a condição anterior até mesmo ao ensino profissionalizante, o ensino médio deve tornar-se a etapa final de uma educação de caráter geral, na qual antes se desenvolvem competências do que se memorizam conteúdos (BRASIL, 2006, p. 29).

A filosofia se faz importante neste nível de ensino por vários motivos. Entre eles destaca-se sua capacidade de construir com os estudantes a criticidade acerca do mundo, da realidade. Desvelando outros mundos possíveis, desconstruindo e reconstruindo valores.

Acerca da temática levantada, comenta Cesar (2012), que

[...] o ensino de Filosofia mostra-se ainda mais importante, pois os alunos do ensino médio encontram-se em um momento de consolidação de suas personalidades, de muitas dúvidas e anseios, e a Filosofia possibilita que o jovem possa buscar a compreensão do que se passa em sua realidade, possibilitando também na percepção de si. A filosofia, entre outras coisas, desenvolve “habilidades de pensamento”, que proporciona ao aluno argumentar melhor, analisar questões, enfim, desenvolver um pensamento crítico. No entanto, não é responsabilidade exclusiva da Filosofia desenvolver no aluno uma consciência crítica, seria muita pretensão afirmar isto. Todas as outras disciplinas têm a mesma responsabilidade. A consciência crítica não é algo que se “deposita” no aluno, ela se desenvolve e isso leva um determinado tempo; em três anos (duração do ensino médio hoje) provavelmente o aluno não sairá da escola “completo”, totalmente crítico, autônomo, mas ele estará no caminho para isto. O ideal seria que essa iniciativa de formar consciências críticas fosse, efetivamente, aplicada em todas as etapas da educação (CESAR, 2012, p. 10-11).

A pergunta por que ensinar filosofia no ensino médio é precedida por outra: o que seria esse ensinar filosofia? Acerca desta assertiva Gallo (2012), assevera que,

Em suma, ensinar filosofia é um exercício de apelo à diversidade, ao perspectivismo que anunciava Nietzsche; é um exercício de acesso a questões fundamentais para a existência humana; é um exercício de abertura ao risco, de busca da criatividade, de um pensamento sempre fresco; é um exercício da pergunta e da desconfiança da resposta fácil. Quem não estiver disposto a tais exercícios, dificilmente encontrará prazer e êxito na aventura que é ensinar filosofia, e também aprender filosofia (GALLO, 2012, p. 45).

Segundo Cotrim (1988), a filosofia exerce na educação e nas escolas uma função importante, pois a partir dos pressupostos filosóficos pode-se,

Desenvolver no estudante o senso crítico, que implica a superação das concepções ingênuas e superficiais sobre os homens, a sociedade e a natureza, concepções estas forjadas pela “ideologia” social dominante. Para isso, é necessário que o ensino da Filosofia estimule o desenvolvimento da reflexão do estudante e forneça-lhe um conjunto de informações sobre reflexões já desenvolvidas na história do pensamento filosófico. O resultado desse processo é a ampliação da consciência reflexiva do estudante, voltada para dois setores fundamentais: * a consciência de si mesmo: crítica de si próprio enquanto pessoa e de seu papel individual e social (autocrítica); * a consciência do mundo: compreensão do mundo natural e social e de suas possibilidades de mudança (COTRIM, 1988, p. 19).

Para Murcho (2002), a Filosofia e o exercício filosófico são um conhecimento, campo de saber que ajuda, colabora com a construção do desenvolvimento do pensamento voltado para a autonomia, pois,

[...] contribui para o estudante pensar com mais clareza, sabendo traçar distinções, sabendo detectar e evitar erros de raciocínio, sabendo avaliar

opiniões opostas e a tomar decisões informadas e refletidas. Isto é de importância fundamental para a vida pública e cultural de qualquer sociedade [...] (MURCHO, 2002, p.15).

Para Alves (2002), a filosofia se faz importante no Ensino Médio em razão de sua capacidade de construir com o aluno formas efetivas destes agirem na realidade, transformando-a, na medida em que também são transformados.

O autor ainda acrescenta que,

Estudar filosofia no ensino médio da educação básica comporta dois momentos distintos, mas relacionados: num primeiro instante, possibilita aos educandos o acesso a algumas das produções teóricas e culturais elaboradas pela humanidade, como as ciências, as artes etc.; outro momento é o da crítica a esse cabedal cultural em seus fundamentos, bem como a crítica ao momento atual, á presente realidade: social, econômica, política, cultural, religiosa, etc (ALVES, 2002, p. 120).

Acerca do já exposto, acrescenta Rodrigo (2009), que

O objetivo central, para o qual devem convergir os esforços e a metodologia a ser implementada, consiste em introduzir o aluno à filosofia, quer dizer, leva-lo para dentro ou inseri-lo numa forma específica de saber, em duplo aspecto: em relação a determinado conteúdo e a certos procedimentos concernentes à aquisição desse conteúdo (RODRIGO, 2009, p. 24).

O jovem do ensino médio é aquele que está a sofrer várias influências. A carga de deveres para com a sociedade é imensa. O que quero ser? Que curso superior escolher? Expectativas pelo primeiro emprego, alimentadas pelo círculo familiar e social.

Neste sentido, a filosofia vem como conhecimento norteador para tais questionamentos que ocorre através de análise, reflexão e postura crítica. Esses passos realizados permitem ao estudante do ensino médio perguntar por questões como: Em que sociedade estamos vivendo? O que ela exige de mim? E por que? Por que escolho esse curso em detrimento de outro? Por que a formação profissional e técnica está acima da formação integral, humana?

O ensino de filosofia deve se aproximar cada vez mais da vida cotidiana dos jovens, seus desafios, das questões que lhe afetam. Pedro e Perez (2012), chama a atenção para a importância de se trabalhar os pressupostos filosóficos por meio de temas que fazem parte do cotidiano do jovem do Ensino Médio,

O professor de Filosofia deve fomentar esse lado transgressor do jovem. Temas atuais como o chamado kit Gay, o mensalão, a corrupção, a coisa pública, o papel do jovem, as drogas podem acompanhar facilmente o pensamento filosófico. O jornal pode ser o melhor livro didático em sala de aula. [...]. Quando estamos no dia a dia da sala de aula, a prática exige que nos afastemos um pouco do modo acadêmico de pensar as aulas. Não estou ministrando aula para pessoas interessadas no assunto, com disposição de entrar no mundo das ideias. Meu público é outro. A visão acadêmica fica bem dentro da academia. Quando se está diante de uma sala com 40 jovens à sua frente, é preciso primeiro saber como estabelecer a comunicação com eles (PEDRO; PEREZ, 2012, p. 8).

Para Greter (2010), a filosofia tem um papel fundamental para a transformação, construção de uma sociedade alicerçada em dimensões reflexivas e críticas, muito além do mercado de trabalho. Acrescenta ainda que,

A educação escolar, principalmente do Ensino Médio, não pode ter o seu papel reduzido a mero preparo para o mercado de trabalho; com isso não estaremos formando nem profissionais nem cidadãos [...] assim sendo, é nesse ponto que entra a Filosofia como disciplina do Ensino Médio; e dentro de uma concepção de educação integral e histórico-crítica, certamente a Filosofia tem o seu lugar garantido no currículo do Ensino Médio (GRETER, 2010, p. 9).

Comentam Incontri e Bigheto (2009), que

Em Sócrates, portanto, o ato filosófico é um ato pedagógico, não no sentido de transmissão de conteúdos, mas de tentativa de despertar uma consciência, não doutrinando-a nesta ou naquela certeza, mas engajando-a na sua própria construção. Assim, entende-se que apenas o educador que se engaja numa atitude filosofante, pode tornar o ensino da filosofia, uma forma de deflagrar um processo de pensar e não apenas um engolir de conteúdos estéreis. Um dos parâmetros necessários para a realização desse intento é que o educador se comunique com o educando, de modo que ele entenda o que está sendo dito e que isso tenha algum significado para ele. A Filosofia, quando é excessivamente posta em 5 termos técnicos, tende a ser uma tortura enfadonha para as mentes juvenis, pouco habituadas ao jargão da área. E a Filosofia desligada da realidade de quem dela se aproxima pode parecer uma divagação sem nexos. Sem banalizações, respeitando as profundidades dos mares filosóficos, é preciso navegar com clareza pelos conceitos e pelas épocas, pelos autores e pelos problemas, sempre com uma forte ligação com o aqui e agora (INCONTRI; BIGHETO, 2009, p.4-5).

Contribuindo com a discussão acerca da filosofia no nível médio, Gallo (2012) comenta acerca do posicionamento de Fernando Savater, professor de filosofia espanhol, onde salienta que,

A perspectiva de Savater é a de que o ensino do processo de filosofar aos jovens deve ser feito por meio de grandes temas, como a morte, a liberdade, o tempo, a beleza, a convivência, para citar apenas alguns, que devem ser tratados problematicamente. Para dizer de outra forma, esses temas devem ser tratados como problemas filosóficos, que enfrentamos em nosso cotidiano, e que vêm recebendo diferentes equacionamentos ao longo da história. Assim, ao mesmo tempo em que os jovens são levados a pensar sobre esses problemas – que em maior ou menor medida todos experimentamos, em diferentes momentos da vida -, também tomam contato com diferentes filósofos que, nas mais diversas épocas, incomodaram-se com esses mesmos problemas e procuraram construir formas de equacioná-los, as quais, se não nos dão uma resposta definitiva, ajudam-nos a compreendê-los melhor, assim como nosso mundo e a nós mesmos (GALLO, 2012, p. 42).

O autor Lorieri (2017), citando Gallo e Kohan (2000), vem enfatizar também os motivos da presença da filosofia no Ensino Médio comentando que,

[...] é importante que todo jovem, ao ter contato com a filosofia, possa desenvolver experiências de pensamento, aprendendo a reconhecer e a produzir, em seu nível, conceitos, a fazer a experiência da crítica e da radicalidade sobre a sua própria vida, a desenvolver uma atitude dialógica frente ao outro e ao mundo e, fundamentalmente possa aprender uma atitude interrogativa frente ao mundo e a si mesmo. Pensamos que uma educação para a autonomia, no sentido da formação de indivíduos que possam escolher por si mesmos em que mundo querem viver, só pode ser tal se nela tiver lugar a filosofia (GALLO; KOHAN, 2000, p. 195 apud LORIERI, 2017, p. 95).

Ainda dentro do assunto, acerca da importância da filosofia para o processo educativo, Gomes (2017), comenta que a filosofia é extremamente importante para o atual cenário, se faz necessária, inclusive nos espaços escolares. Justifica sua fala em uma matéria publicada no Jornal britânico *The Guardian* com o título “A filosofia pode ensinar o que o *Google* não pode”, onde comenta que

Em um mundo onde o conhecimento é cada vez mais restrito, as habilidades e a confiança para percorrer disciplinas será recompensada. Precisaremos de pessoas que estejam preparadas para perguntar e responder às perguntas que não são encontradas no Google, como: Quais são as ramificações éticas das automações das máquinas? Quais são as consequências políticas do desemprego em massa? Como devemos distribuir a riqueza em uma sociedade digitalizada? Como sociedade nós precisaremos estar mais familiarizados com a Filosofia para discutirmos tais questões (GOMES, 2017, p. 119).

Para Valério (2010), mesmo a filosofia competindo com outros veículos de informação nestes tempos, não inviabiliza sua função formativa no ensino médio, logo

O ensino filosófico tem o papel principal de voltar-se para as novas realidades, ligar-se ao mundo econômico, político, cultural e ser um baluarte contra a exclusão social. Mesmo considerando a imensa oferta dos meios de comunicação social extraescola, de meios informacionais, ainda assim há lugar para o ensino da Filosofia na e para sociedade, pois esse ocupa funções que não são providas por nenhuma outra instância; trata-se de uma síntese entre a cultura experienciada que acontece na cidade, nos pontos de encontro, nos meios de comunicação, na família, no trabalho etc. O ensino filosófico é uma continuação do desenvolvimento das competências cognitivas, pois o discente é orientado a desenvolver o seu senso crítico e a interpretar a informação que recebe diariamente. O significado da educação filosófica é singular. Seu papel na vida do ser humano é único, pois é responsável por formar um cidadão trabalhador capaz de interferir criticamente na realidade para transformá-la e não apenas formar para integrar o mercado de trabalho. É uma educação que ajuda o ser humano a transformar-se num sujeito pensante, de modo que aprenda a utilizar seu potencial de pensamento na construção e reconstrução de conceitos, habilidades, atitudes, valores, etc (VALÉRIO, 2010, p. 05).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNEM) publicados em 2008, na parte de filosofia, enfatizam as competências e habilidades que os estudantes desse nível de ensino devem desenvolver, demonstrando assim, a importância da componente filosofia dentro do currículo do ensino médio,

- Ler os textos filosóficos de modo significativo;
- Ler de modo filosófico, textos de diferentes estruturas e registros;
- Articular conhecimentos filosóficos e diferentes conteúdos e modos discursivos nas ciências naturais e humanas, nas artes e em outras produções culturais;
- Contextualizar conhecimentos filosóficos, tanto no plano de sua origem específica quanto em outros planos: o pessoal-biográfico; o entorno sócio-político, histórico e cultural; o horizonte da sociedade científico-tecnológica;
- Elaborar, por escrito, o que foi apropriado de modo reflexivo;
- Debater, tomando uma posição, defendendo-a argumentativamente e mudando de posição face a argumentos mais consistentes (BRASIL, 2006, p. 64).

Os autores Mattar, Tomazetti e Danelon (2013), falam da importância da reafirmação da presença da filosofia no Ensino Médio, enfatizado nas (OCNEM-Filosofia). Dizem ainda, a partir do documento que não basta somente garantir a presença da filosofia no ensino médio. Para esta desenvolver sua função com eficácia requer a melhoria de outras áreas, onde,

[...] Consta, pois, a emergente visibilidade da Filosofia em nosso contexto brasileiro. Entretanto, não manifesta ingenuidade ao reconhecer que não basta tornar a Filosofia disciplina obrigatória no Ensino Médio, mas que é preciso avançar na efetivação da qualidade da Escola Básica em geral. Tal qualidade almejada, enfatizamos, somente terá condições de efetivar-se se ocorrer o reconhecimento do ofício de professor, a melhoria de suas condições de trabalho, de seu salário, assim como das condições materiais da escola e de todos os recursos necessários, como bibliotecas, materiais didáticos, aliados às novas Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) (MATTAR; TOMAZETTI; DANELON, 2013, p. 131-132).

É preciso que haja como critérios de melhoria para a filosofia e seu ensino, além dos já citados, que ela seja vista como uma disciplina específica nas escolas e com seus respectivos profissionais licenciados especificamente na área.

Quanto a metodologia para se trabalhar a filosofia no ensino médio, as Orientações Curriculares Nacionais (OCNEM – Filosofia), não dão nenhuma receita, mas algumas indicações, como comentam os autores,

O documento não traz nenhuma indicação dogmática, nenhum receituário acerca de tal metodologia, mas chama a atenção para a defesa da aprendizagem significativa do aluno, do seu envolvimento na aula, da aprendizagem de habilidades próprias do fazer filosófico, da concepção de aula de filosofia estabelecendo conexões com a vida juvenil, com o entorno social, com as outras disciplinas escolares e seus diferentes discursos. Tais princípios foram colocados de forma clara e justificada no documento e, conseqüentemente, a metodologia considerada mais adequada deveria contemplar essa multiplicidade de conexões. A capacidade, portanto, de escuta do professor ao que é manifestado de diferentes formas pelos alunos na aula é uma condição importante, como ponto de partida para a aula (MATTAR; TOMAZETTI; DANELON, 2013, p. 137-138).

Para Aspis (2004), estamos vivendo em uma sociedade que atrapalha nossas possibilidades de nos tornar humanos. Interfere na construção de nossas subjetividades, a partir da negação de uma prática reflexiva. E em meio a essa turbulência causada por uma interpretação de sociedade, ganha o ensino de filosofia uma importância considerável, pois segundo a autora,

A vocação formativa da filosofia faz com que ela possa contribuir para a formação de subjetividades que sejam metassubjetividades pois têm tal consciência de si mesmas que podem estar sempre em processo de transcendência de si mesmas, de criação de si e do mundo. Assim, por intermédio da experiência filosófica educamos o outro para ser outro. A educação filosófica deve gerar a manutenção da pluralidade, do diverso, do singular. Uma ação pedagógica não deve promover a reprodução do mesmo. A formação de seres humanos autênticos rejeita a busca de consenso, ela requer o desejo de conseguir administrar o dissenso de forma que este crie sempre novas perspectivas e horizontes para a (trans)formação constante de cada um. Por meio da intenção e dos

instrumentos de uma educação para o pensamento autônomo, estaríamos criando a possibilidade de amor ao diferente, ao outro. E poderíamos aí nos banquetear com a convivência criativa dos ímpares. A filosofia educa para o pensamento original (ASPIS, 2004, p. 313).

Considera Aranha (2006), que a forma como o mundo está organizado, sua dinâmica nas mais diversas relações, não contribui para que a filosofia seja vista como importante. Não torna sua presença útil a sociedade. No entanto, a filosofia continua sendo relevante na construção de uma sociedade fincada em valores democráticos, como nos afirma a própria autora:

O mundo contemporâneo é pragmático, voltado para as coisas práticas, interessado na aplicação imediata dos conhecimentos. Por isso, a filosofia não encontra muitos adeptos, sendo frequentemente repudiada como uma ocupação inútil. Contudo, a filosofia é necessária. [...] É a reflexão filosófica que permite ao homem adquirir outra dimensão além daquela que é dada pelo agir imediato, na qual estamos mergulhados no dia-a-dia. É a filosofia que garante o distanciamento para a avaliação dos fundamentos dos atos humanos e dos fins a que eles se destinam, levantando, conseqüentemente, o problema dos valores (ARANHA, 2006, p. 107).

Para os autores Mattar, Tomazetti e Danelon (2013), mesmo com uma presença inconstante no currículo da educação brasileira, a filosofia permanece por um legado que vem ajudando o mundo e as gerações mais novas a situar-se no mundo em relação consigo e com outros, onde nas palavras dos autores,

A presença da disciplina Filosofia nos currículos da Escola Básica brasileira é, sem dúvida, algo da maior relevância. A pertinência de sua obrigatoriedade, sobretudo no Ensino Médio, é cada vez mais incontestável entre os movimentos político-pedagógicos no País. Somente o legado deixado pela tradição filosófica que ainda se faz vivo e ativo no mundo e em nosso país, por si mesmo, poderia justificar essa presença, mas há ainda uma importância mais forte: cada vez mais na atualidade nos deparamos com a necessidade de oferecermos às gerações mais novas instrumentos cognitivos/conceituais para exercerem a atividade filosófica (MATTAR; TOMAZETTI; DANELON, 2013, p. 113).

De acordo com Valério (2010),

É importante que se tenha a percepção de que conhecer quer dizer estabelecer o significado do mundo. Entende-se que a educação filosófica tem essa função, isto é, a função de formar pessoas para ter ou passar a ter o significado da realidade. Quem é educacionalmente formado, pode ter uma visão universal de si mesmo, dos outros e da própria educação. Pergunta-se muito sobre o sentido da vida. Com a educação filosófica se pode ter uma visão mais ampla desse sentido. Daí, a ideia da indispensabilidade da educação filosófica no ensino médio (VALÉRIO, 2010, p. 5-6).

Sustenta Alves (2002), que a filosofia se justifica no ensino médio, a partir também do que está escrito na LDB 9394/96 (BRASIL, 1996):

De acordo com os objetivos e fins atribuídos à educação básica na nova LDB (art. 22), dentre as muitas atribuições conferidas a esse nível de ensino uma delas é estar em consonância com a demanda atual do mercado de trabalho (art. 35, inciso II); a outra é garantir 'o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico' (art. 35, inciso III). Isso implica, segundo as novas diretrizes, possibilitar ao educando, sobretudo da escola pública, a construção de competências e habilidades necessárias à sua formação (ALVES, 2002, p. 110-111).

Ressaltam os autores Incontri e Bigheto (2009), sobre a importância da educação filosófica, na educação básica, citando o Ensino Médio, que é necessário que se tenha o cuidado de usar das mais atraentes metodologias, tentando dessa forma, aproximar o cotidiano dos estudantes dos pressupostos filosóficos na perspectiva de construir reflexões filosóficas. Acrescentam ainda que,

A Filosofia é uma necessidade do ser humano enquanto ser pensante, para que não viva apenas vegetativamente, mas consiga atribuir sentido à sua existência. Assim não se trata de considerá-la e ensiná-la como uma série de sistemas de pensamento mais ou menos interessantes, a serem mostrados num ensino passivo, em que o aluno assista a uma variedade de filósofos, conceitos, épocas e escolas, como se estivesse presenciando um desfile de ideias mortas. Esse o cuidado que devemos ter: o de não matarmos a Filosofia pelo excesso de sistematizações abstratas, distantes da realidade do indivíduo, herméticas e indigestas (INCONTRI; BIGHETO, 2009, p. 3).

Dentro daquilo que se expôs acerca da filosofia e seu ensino, de desafios e importância, nos encaminhamos agora para as possíveis contribuições da arte, na tentativa de uma possível construção metodológica interdisciplinar voltada para o ensino de filosofia no nível médio, contando para isso com a interface da Música.

3 FILOSOFIA E MÚSICA: CONTRIBUIÇÕES METODOLÓGICAS AO ENSINO DE FILOSOFIA

Nesta seção, procuramos, antes de adentrarmos diretamente na música, refletir sobre a arte. Trazendo para a discussão, pontos de reflexão, aspectos e características que se relacionam diretamente a com a Arte. Refletindo também sobre a possibilidade de diálogo entre filosofia e arte. Por último, trazemos a possibilidade da música contribuir de forma metodológica e interdisciplinar com as aulas de filosofia no Ensino Médio.

É importante esclarecer ao leitor que não temos a intenção de fazer uma ampla e complexa discussão acerca do termo arte e nem mesmo acerca da música, mas somente situar, de forma específica, a importância e contribuição desta última para o processo educativo e para as aulas de filosofia.

3.1 Arte: aspectos e perspectivas

De acordo com o dicionário de filosofia Abbagnano (2000),

A arte designa todo um conjunto de regras capazes de dirigir uma atividade humana, podendo ser dividida em dois grupos ou áreas de conhecimento, a judicativa que consiste em apenas conhecer e a dispositiva ou imperativa, que simplesmente dirige determinada atividade do conhecimento (ABBAGNANO, 2000, p. 81).

Na obra *Arte-educação contemporânea: consonâncias internacionais* (2005), Ana Mae Barbosa apresenta etimologicamente a palavra arte que provém do latim *ars*, tendo origem na cultura grega, e apresentando-se como arte manual, obra, habilidade, ofício. De forma geral, demonstra “um conjunto de regras que conduzem à atividade humana”.

Para os autores Kraemer e Sasse (2010), a arte é um dos conhecimentos dos mais antigos que remontam a tempos mais antigos. Neste sentido, comentam que,

A arte é uma das manifestações que acompanha o homem desde a antiguidade mais remota. Na Grécia Arcaica, antes do surgimento da

filosofia e de outros modos de conhecimento, a arte já era parte fundamental na educação. No modelo de educação que os gregos da antiguidade praticavam, pode-se reconhecer a importância das três dimensões humanas no processo de formação dos homens, sendo elas: a dimensão epistêmica (conhecimento), dimensão ética (moral) e a dimensão estética (beleza e arte) (KRAEMER; SASSE, 2010, p. 410).

Abrindo espaço para refletir acerca da arte dentro do contexto filosófico, Reale e Antiseri (1990), comentam que para Platão (427/428 a.c.), a arte é vista como distanciamento da verdade.

A esse respeito, os autores acrescentam ainda que,

Mais precisas são as concepções de arte expressas por Platão no livro décimo de A República. Em todas as suas expressões (poesia, arte pictórica e plástica), a arte constitui, do ponto de vista ontológico, uma “mimesis”, uma “imitação” de realidades sensíveis (homens, coisas, fatos e acontecimentos diversos). Ora, sabemos que as coisas sensíveis representam, sob o aspecto ontológico, uma “imagem” do eterno “paradigma” da Ideia e, por isso, se afastam do verdadeiro à medida que a cópia dista do original. Se arte, por sua vez, é imitação das coisas sensíveis, consequentemente, será “imitação de imitação” e, por conseguinte, permanecerá “três vezes distante da verdade” (REALE; ANTISERI, 1990, p. 150).

Acrescenta Feitosa (2009), a partir da concepção de arte platônica que

A arte estimula as paixões, os afetos e as emoções, tais como a alegria, a tristeza ou a raiva, que deixadas sem controle podem conduzir em última instância à guerra e a catástrofe. A arte só deveria ser praticada por crianças, mulheres, escravos ou loucos, enfim, somente aqueles que não têm nada a perder. Um cidadão livre corre sérios riscos, ao contrário, de se perder no contato com a arte. A boa convivência em sociedade depende de uma certa *a-pathia* (em grego “ausência de *pathos*” = afeto, paixão, sentimento). Por isso os artistas não são apenas luxo, mas também lixo, devendo ser expulsos da cidade, para que esta possa continuar a ser uma sociedade justa e feliz (Cf. A República, 606^a) (FEITOSA, 2009, p. 116).

Mencionam Reale e Antiseri (1990) que Aristóteles discorda em partes acerca do pensamento de seu mestre, onde

Platão havia censurado fortemente a arte precisamente porque é mimese, isto é, imitação de coisas fenomênicas, que, como sabemos, são por seu turno imitações dos eternos paradigmas das Ideias, de modo que a arte se torna cópia de cópia, aparência de aparência. Aristóteles se opõe claramente a esse modo conceber a arte, interpretando a “mimese artística” segundo uma perspectiva oposta, a ponto de fazer dela uma atividade que longe de reproduzir passivamente a aparência das coisas, como que recria as coisas segundo uma nova dimensão como ele diz de modo exemplar nesta passagem: “A função do poeta não é a de dizer as coisas

acontecidas, mas sim as que poderiam acontecer e suas possibilidades, de acordo com a verossimilhança e a necessidade. A dimensão segundo a qual a arte “imita”, portanto, é a dimensão do “possível” e do “verossímil”. E é precisamente essa dimensão que “universaliza” os conteúdos da arte, elevando-os a nível “universal” (REALE; ANTISERI, 1990, p. 220).

Ressalta Feitosa (2009) que Aristóteles diferente de Platão consegue visualizar funções importantes da arte que contribui entre outras coisas para a edificação do equilíbrio entre a comunidade, pois

Aristóteles considera a arte necessária porque ela provoca um efeito benéfico denominado “catarse”, um termo oriundo da medicina e que significa literalmente o processo de purgação dos elementos perniciosos presentes no corpo. Através da música, do teatro e da poesia o espectador é incentivado a sentir fortes emoções, tais como o medo, a piedade ou o entusiasmo, sem cair em descontrole ou desrespeito. Após a catarse vem o alívio e a sensação de equilíbrio. [...] A catarse contribui para fortalecer o sentimento de comunidade na plateia. Para Aristóteles, a boa convivência entre os habitantes da cidade ideal não seria nunca obtida com a mera *apathia* (ausência de paixões) platônica, mas somente através de uma boa medida entre razão e afetividade. Enfim, a arte não apenas é capaz de nos trazer saber, ela tem também uma função edificante e pedagógica (FEITOSA, 2009, p. 123).

Ainda sobre a obra de arte pensada por Aristóteles, acrescenta Nunes (2008), que

Aristóteles valoriza a obra de arte em função de sua semelhança com o real. Aceita-a como aparência mesmo. Ela não é nem completamente real, verdadeira, nem cabal ilusão. Está a meio caminho da existência e da inexistência, apoiada nesse termo médio da realidade, que Aristóteles chama verossimilhança (NUNES, 2008, p. 40).

A respeito da arte, Ferreira (2014) comenta que esta tem se apresentado a partir de dois modos:

“Arte” remete a, ao menos, dois conceitos básicos: um é mais restrito, pois trata da arte como “obra de arte”, circunscrita na história da arte, feita por artistas e na maioria das vezes localizada em instituições artísticas; o outro é mais amplo, pois concebe a arte como o conjunto de atos criadores ou inovadores presentes em qualquer cultura humana. Chamaremos o primeiro conceito de “restrito” porque ele emerge em um contexto histórico-social mais delimitado espacialmente e temporalmente. O segundo conceito chamaremos de “amplo”, porque tem a mesma escala de conceitos primordiais, como humanidade, história, sociedade ou cultura. É evidente que, a rigor, poderíamos apontar muitos conceitos de arte; propomos esses dois como uma divisão mais básica, a partir da qual outras concepções poderiam ser especificadas (FERREIRA, 2014, p. 22).

De acordo com Ferraz e Fusari (2010), existem três formas de definir a arte. Uma diz respeito a arte como fazer. A segunda trata da arte como conhecimento. E a terceira traz a arte como expressão. Acrescenta os autores que,

Estas diversas concepções ora se contrapõem e se excluem umas às outras, ora, pelo contrário, aliam-se e se combinam de várias maneiras. Mas permanecem, em definitivo, as três principais definições de arte. Na antiguidade prevaleceu a primeira: a arte foi entendida como técnica, como um fazer em que era, explícita ou implicitamente, acentuado o aspecto executivo, fabril, manual. Mas o pensamento antigo pouco se preocupou com teorizar a distinção entre arte propriamente dita e o ofício ou a técnica do artesão. Com o romantismo, prevaleceu a terceira, que fez com que a beleza da arte consistisse não na adequação a um modelo ou a um cânone externo de beleza, mas na beleza da expressão, isto é, na íntima coerência das figuras artísticas com o sentimento que as anima e suscita. Mas, em todo decurso do pensamento ocidental, é também recorrente a segunda concepção, que interpreta a arte como conhecimento, visão, contemplação, em que o aspecto executivo e exteriorizador é secundário, senão supérfluo, entendendo-a ora como a forma suprema ora como a forma ínfima do conhecimento, mas, em todo caso, como visão da realidade: ou da realidade sensível na sua plena evidência, ou de uma realidade metafísica superior e mais verdadeira, ou de uma realidade espiritual mais íntima, profunda e emblemática (FERRAZ; FUSARI, 2010, p. 102).

Para Azevedo Júnior (2007), acerca das possibilidades e variedades conceituais, a arte pode ser expressa como uma experiência que diz respeito ao humano por meio de conhecimentos estéticos, que tanto transmitem como refletem ideias e emoções projetadas em um objeto artístico que se dará, por exemplo, em desenhos, pinturas, esculturas, arquiteturas, etc.

O autor ainda contribui com o conceito enfatizando que,

Dentre os possíveis e variados conceitos que a arte pode ter podemos sintetizá-los do seguinte modo – a arte é uma experiência humana de conhecimento estético que transmite e expressa ideias e emoções na forma de um objeto artístico (desenho, pintura, escultura, arquitetura etc.) e que possui em si o seu próprio valor. Portanto, para apreciarmos a arte é necessário aprender sobre ela. Aprender a observar, a analisar, a refletir, a criticar e a emitir opiniões fundamentadas sobre gostos, estilos, materiais e modos diferentes de fazer arte (AZEVEDO JUNIOR, 2007, p.07).

A arte tem o poder de provocar no observador variadas sensações como: a reflexão, a fruição, a sensibilidade, imaginação, análise, produção, admiração, entre outros afetos.

No entendimento de Modinger (2012), a arte nos leva em direção ao conhecimento e a compreensão de aspectos que dizem respeito a nossa história e a nossa cultura, nos sensibilizando, a partir dos artefatos que são produzidos no mundo; nos mobiliza a executar trabalhos que nos afetam por meio do encantamento, da realização e produção de saberes.

As artes em suas formas variadas trazem consigo conteúdos que falam de existência, falam da vida, das concepções de mundo, estados de ser, do que queremos, de quem somos, de nossos sentimentos mais profundos. As artes conseguem dialogar com o próprio ser humano, a partir de conteúdos gerais que falam da consciência humana.

Neste sentido, enfatiza Seidel (2016), que

A arte é uma atividade fundamental ao ser humano, pois quando o homem produz, ele interage com o mundo em que vive e consigo mesmo. Ela é necessária para que o ser humano se torne capaz de conhecer e assim poder mudar algo. É capaz de comover a alma, pois expressa sentimentos. Tem a função de estimular o pensamento humano, de fazer pensar sobre o mundo em que se está inserido e sobre a própria forma de vida, tudo isso porque a arte é um conhecimento, uma expressão humana muito forte, é um grito que provém da alma. Através da arte podemos criar e recriar tudo, dar um novo sentido a nossa existência, retratar o presente da nossa própria maneira, para que este colabore com a história; história na qual cada um se faz presente, deixando assim marcada a nossa época, o nosso hoje, a nossa contemporaneidade (SEIDEL, 2016, p. 53-54).

Na opinião de Oliveira (2013), as artes nos dão a possibilidade de entrar em contato com o pensamento e o sentimento de toda a humanidade, pois o mundo e os sujeitos que nele habitam vem produzindo obras de arte no decorrer da história por meio de vários estilos, como a fotografia, pintura, desenhos, etc. Isso graças a capacidade que temos de aprender e replicar o que aprendemos.

Para Azevedo Junior (2007), a arte também é uma forma de saber, conhecer. Neste sentido,

Devemos, antes de mais nada, saber que a arte é conhecimento. A arte é uma das primeiras manifestações da humanidade como forma do ser humano marcar sua presença criando objetos e formas (pintura nas cavernas, templos religiosos, roupas, quadros, filmes etc.) que representam sua vivência no mundo, comunicando e expressando suas ideias, sentimentos e sensações para os outros. Desta maneira, quando o ser humano faz arte, ele cria um objeto artístico que não precisa nos mostrar exatamente como as coisas são no mundo natural ou vivido e sim, como as coisas podem ser, de acordo com a sua visão. A função da arte e o seu valor, portanto, não estão no retrato fiel da realidade, mas sim, na

representação simbólica do mundo humano (AZEVEDO JUNIOR, 2007, p. 06).

No entendimento de Ferreira (2014), sobre o conceito de arte, ela é resistência, rompe com a programação imposta pela sociedade, a partir de uma leitura de Flusser, comenta que

No pensamento de Flusser, por outro lado, a arte sempre comporta um elemento de resistência contra a sociedade programada. Porque a poiesis é a abertura ao novo, é a criação de situações e de modelos diferentes. Ela não é necessariamente, como diria Adorno, uma negação dialética da realidade empírica, pois em uma sociedade compatível com a criatividade, ela não seria oposição, mas simplesmente ampliação da realidade. No entanto, em uma sociedade dominada por aparelhos que visam programar todo o comportamento e pensamento humano, transformar o homem em um parafuso dentro da máquina, em uma pecinha na engrenagem que tende a transformar tudo e todos em valor de troca – nessa sociedade, que é a nossa, todo ato poético é um ato de resistência. Porque, ao inserir o novo e o criativo, o homem nega o modus operandi básico da sociedade da repetição. Ele nega o automatismo dos modelos nos quais tornou-se possível viver; nega a programação automática da sociedade que assimila tudo o que lhe é diferente e torna-o semelhante a si, que tende a converter a vida em algo amorfo, sem substância, sem experiências transformadoras (FERREIRA, 2014, p. 37-38).

Barbosa (1998), comenta ainda sobre a importância da arte como linguagem e conhecimento que contribui com o entendimento de uma cultura, povo e sociedade quando diz que,

Através das artes temos a representação simbólica dos traços espirituais, materiais, intelectuais e emocionais que caracterizam a sociedade ou o grupo social, seu modo de vida, seu sistema de valores, suas tradições e crenças. A arte como uma linguagem representacional dos sentidos, transmite significados que não podem ser transmitidos através de nenhum outro tipo de linguagem, tais como as linguagens discursivas e científicas. Não podemos entender a cultura de um país sem conhecer sua arte. Sem conhecer as artes de uma sociedade. Só podemos ter conhecimento parcial da sua cultura (BARBOSA, 1998, p. 16).

Comenta ainda Nunes (2008), a respeito da arte, sua importância e função que

O valor da arte é aferido pelos efeitos que ela produz, efeitos esses que dependem da qualidade do que ela representa. Em geral, devem as artes representar o que é belo, tanto no sentido estético quanto no moral – os belos corpos e as belas ações – para que o espírito, estimulado pelo prazer derivado da contemplação do que é perfeito e excelente, sinta-se inclinado a prática das virtudes e ao conhecimento da verdade (NUNES, 2008, p. 21).

Colaborando também com o entendimento do que seja arte, Boguea (2008), sublinha que

Enquanto linguagem e expressão material, a arte se apresenta enquanto um meio pelo qual o homem transforma o mundo através do conhecimento. Quando algum artista pratica a arte, ele tem, por pretensão, transmitir algo novo, suas ideias e pensamentos. Deduz-se, então, que a importância da arte se insere na sua capacidade de proporcionar uma forma diferenciada de comunicação ao homem e de dispersar seus modos e culturas pelo mundo, em um processo dinâmico e contínuo. Esse processo está para além da limitação do próprio campo artístico, pois abrange os campos religioso, político e econômico (BOGEA, 2020, p. 70).

Chauí (2010), comenta que a arte é vista como espetáculo, tem em si “valor de exposição ou de visibilidade, isto é, existe para ser contemplada e fruída”.

A Arte não se prende a um único estilo. Não está somente nas obras de Picasso, ou Tarsila do Amaral, mas ganha, ocupa espaço além das Artes visuais e plásticas, como música, dança, teatro, televisão, cinema, entre outras manifestações artísticas e culturais que temos acesso em nosso cotidiano, como o Bumba-meu-boi, grafite, estêncil, quadrilhas juninas etc.

Acerca da função que a arte exerce na humanidade Coli (1995), enfatiza

A arte tem assim uma função que poderíamos chamar de conhecimento, de ‘aprendizagem’. Seu domínio é o do não-racional, do indizível, da sensibilidade: domínio sem fronteiras nítidas, muito diferente do mundo da ciência, da lógica, da teoria. Domínio fecundo, pois nosso contato com a arte nos transforma. Porque o objeto artístico traz em si, habilmente organizados, os meios de despertar em nós, em nossas emoções e razão, reações culturalmente ricas, que aguçam os instrumentos dos quais nos servimos para apreender o mundo que nos rodeia. Entre a complexidade do mundo e a complexidade da arte existe uma grande afinidade (COLI, 1995, p. 109).

A função da arte pode ser observada no decorrer da história, a partir de cinco vieses ou pontos, como nos assevera Azevedo Junior (2007),

Função pragmática ou utilitária: a arte serve como meio para se alcançar um fim não artístico, não sendo valorizada por si mesma, mas pela sua *finalidade*. Segundo este ponto de vista a arte pode estar a serviço para finalidades pedagógicas, religiosas, políticas ou sociais. **Função naturalista:** o que interessa é a representação da realidade ou da imaginação o mais natural possível para que o *conteúdo* possa ser identificado e compreendido pelo observador. A obra de arte naturalista mostra uma realidade que está fora dela *retratando* objetos, pessoas ou lugares. **Função formalista:** atribui maior qualidade na *forma* de

apresentação da obra preocupando-se com seus significados, valores e motivos estéticos. A função formalista trabalha com os princípios que determinam a organização da imagem – os elementos e a composição da imagem. Esta função baseia-se que a obra deve sustentar-se por si mesma e que o juízo da arte pode ser isolado de outras considerações tais como as éticas e sociais. **Função interativa:** já na metade do séc. XX muitos artistas de vanguarda questionavam os motivos e valores estéticos produzidos em suas obras e, com o advento das tecnologias de comunicação em massa, as facilidades em obtenção de materiais e o avanço tecnológico de produção, fez com que os criadores repensassem seu papel na sociedade e a maneira de como o observador não fosse um expectador passivo, mas sim participante e integrante da arte, em algumas vezes tornando-se até mesmo colaborador criativo e ativo (AZEVEDO JUNIOR, 2007, 8-10).

Combatendo o pensamento daqueles que professam a arte apenas como abstração, Villaça (2014), enfatiza que essa definição está incompleta, pois, na verdade, a arte ocupa-se com a concretude. Trabalha com ideias, sensações, emoções, crenças e outros conceitos abstratos, mas redefine tudo isso, transforma em algo concreto: cores, tintas, traços, gestos, palavras... se relacionam concretamente com a realidade, criando, a partir daí, artefatos artísticos ou obras de arte que contribuem com o sentido e o significado que o mundo tem para nós.

Ainda sobre a temática levantada, comenta Azevedo Junior (2007), que

O mundo da arte é concreto e vivo podendo ser observado, compreendido e apreciado. Através da experiência artística o ser humano desenvolve sua imaginação e criação aprendendo a conviver com seus semelhantes, respeitando as diferenças e sabendo modificar sua realidade. A arte dá e encontra forma e significado como instrumento de vida na busca do entendimento de quem somos, onde estamos e o que fazemos no mundo (AZEVEDO JUNIOR, 2007, p. 05).

Colaborando com a temática, enfatiza Nunes (2008), que

[...] a Arte excede, de muito, os limites das avaliações estéticas. Modo de ação produtiva do homem, ela é fenômeno social e parte da cultura. Está relacionada com a totalidade da existência humana, mantém íntimas conexões com o processo histórico e possui a sua própria história, dirigida que é por tendências que nascem, desenvolvem-se e morrem, e as quais correspondem estilos e formas definidos. Foco de convergência de valores religiosos, éticos, sociais e políticos, a arte vincula-se a religião, a moral e a sociedade como um todo, suscitando problemas de valor (axiológicos), tanto no âmbito da vida coletiva como no da existência individual, seja esta a do artista que cria a obra de arte, seja a do contemplador que sente os seus efeitos (NUNES, 2008, p. 15).

Tendo suscitado, a partir da concepção de alguns autores o que seja arte e seu significado para o ser humano, passamos agora a enfatizar como se comportam as artes atualmente dentro de um panorama contemporâneo.

De acordo com Ferrari et al. (2016), mais que em outros cenários históricos, na contemporaneidade, a arte ganha variados formatos criativos. Semelhante aos seres humanos, a arte está em constante movimento, mudança, devir. Ainda acrescenta a autora que

Na contemporaneidade, as maneiras de criar arte são ainda mais variadas. Assim como as pessoas, a cultura está em constante movimento, em fluxos de pensamentos, valores e gostos. Ao longo dos tempos, criamos diferentes modos de fazer arte, por razões diversas. O papel da arte não é o mesmo em cada época, lugar ou cultura. A maneira como nos relacionamos com a arte também está sempre em mudança (FERRARI, et al, 2016, p. 17).

O que seria esta arte que trazemos para o lado da filosofia como contribuição metodológica? Seria algo classificado como pós-moderno? O que dizer a respeito da arte em tempos atuais?

Millet (1997), se referindo as indagações acima, comenta que

No início do século XX, Apolinário defende os cubistas, falando ainda de arte moderna. Mas nos anos 60, para Pierre Restany, crítico de arte e defensor dos novos realistas, esses que olham a < a rua “como um quadro”, que dela extraem os *pin-up* em cartão de anúncios de *ambre solaire* ou que dela arrancam pedaços de cartazes publicitários, são os “artistas contemporâneos”. A arte tornou-se contemporânea, falando-nos da nossa vida de todos os dias. Ela tornou-se contemporânea, quando começou de uma certa forma, a realizar o projecto moderno, em que o entendia Baudelaire (MILLET, 1997, p. 19).

Observa-se na Figura 3 a Técnica do estêncil, que retrata o descaso com as crianças de rua.

Figura 3. Arte urbana.



Fonte: LEVATI, 2016.

Na mesma direção, com a intenção de contribuir com a discussão enfatizada em linhas acima, Cauquelin (2005) menciona que,

De fato, os trabalhos que tentam justificar as obras de artistas contemporâneos são obrigados a buscar o que poderia torná-los legíveis fora da esfera artística, seja em 'temas' culturais recolhidos em registros literários e filosóficos – desconstrução, simulação, vazio, ruínas, resíduos e recuperação -, seja ainda em uma sucessão temporal – classificada de 'neo', 'pré', ou trans-lógica, de evolução bem difícil de manter (CAUQUELIN, 2005, p. 12).

Acerca do comentado, acrescenta Ferrari e outros autores (2016), que

Museus, galerias, teatros, casas de espetáculo para dança e música, centros culturais, pontos de cultura etc. são os locais determinados para se encontrar arte. Entretanto, será apenas nesses espaços o lugar da arte? Tais lugares são extraordinários para termos contato com a arte, é muito importante frequentá-los, mas a arte pode estar mais perto do que imaginamos. Andando pelas ruas, podemos encontrar obras arquitetônicas históricas ou contemporâneas, esculturas, mosaicos, pinturas em grafites...Hoje as cidades oferecem espaços para espetáculos de rua nas linguagens da dança, do teatro, da música e das artes visuais, abertos a toda a população. Podemos ter acesso a acervos virtuais de museus e galerias do todo navegando pela internet, no computador mais próximo, em celulares e tablets. Há muitos espaços da arte dentro e fora de instituições culturais (FERRARI, et al, 2016, p. 21).

Seidel (2016), discute a arte no contexto contemporâneo como rebeldia, do desejo de surpreender, do desejo pelo original. Esse desejo faz parte de todas as

culturas. É a partir da arte que construímos e reconstruímos o sentido da existência, da visão de mundo.

Chauí (2001), faz menção a arte contemporânea, a partir do processo histórico, especificamente, em meados do século XX, onde ocorre segundo ela o abandono da concepção de juízo de gosto que até então era usado como critério de apreciação e avaliação das obras de arte. Agora o que importa são outras perspectivas como a emoção e o desejo, a interpretação e análise crítica da realidade social. A atividade criadora leva em conta agora outros procedimentos e objetos, rumo a construção e compreensão da obra de arte.

A arte no cenário contemporâneo não segue regras, nem mesmo critérios da arte tradicional. É radical, transgressora. Faz um movimento quase que dialético em termos de compreensão do que ela seja. Quando pensamos que entendemos, voltamos ao ponto inicial. Ela é incompreendida, pois causa rupturas com a normalidade.

Acerca disso, enfatiza Seidel (2016), que

A arte contemporânea transfigura a realidade para que tenhamos acesso verdadeiro a ela, mostra o que já sabemos, mas não éramos capazes de saber que já sabíamos, desequilibra o que está estabelecido, cria dúvidas, responde perguntas com outras perguntas, e abre sempre mais questionamentos. Seus trabalhos artísticos, por serem totalmente diferente do considerado normal (pintura figurativa), muitas vezes são mal vistos, são prejudgados como sendo feios e sem importância; mas na verdade, eles procuram mostrar não a beleza para os olhos e sim para a alma. É preciso ver e rever, a arte contemporânea quer do espectador uma segunda olhada, fazendo assim mais uma interrogação em seu pensamento e mostrando o quanto ela interage na sociedade e na vida de seu espectador (SEIDEL, 2016, p. 61).

Observa-se na Figura 4 a instalação artística, que retrata a relação da arte com o ambiente de forma interativa.

Figura 4. Arte urbana.



Fonte: LEVATI, 2016.

Neste sentido, a arte inserida no contexto contemporâneo coaduna-se com as características da filosofia. Não se contenta com o “mais do mesmo”, mas é esse constante construir e desconstruir. É desvelar aquilo que olhamos, mas não vemos. É a busca pelo desvelamento da verdade.

3.2 Filosofia e Música: diálogos possíveis

O conhecimento artístico/musical, junto ao conhecimento filosófico estão relacionados às humanidades, ou Ciências Humanas. Por isso, são considerados áreas de conhecimento afins, trabalham com conceitos que se coadunam, mantêm uma relação de proximidade. Atualmente temos visto falar muito a respeito do termo interdisciplinaridade. Este termo contempla tanto as áreas afins, quanto as transcende, vai ao encontro de outras epistemologias, de outros campos de saber.

No século XVII, a ciência começa a se desenvolver, ganhar *status* de autonomia. Daí em diante, cada vez mais irá se fragmentar, especializar-se em vários campos do conhecimento. Cada campo com seu objeto específico, partindo do método científico para alcançar seus resultados. Isso, partindo do princípio de que a realidade é complexa e, para de fato, compreendê-la, é necessário dividi-la para depois juntá-la.

Acerca da temática, comentam Marques e Rosa (2017) que

Apesar do aprofundamento da fragmentação disciplinar ter marcado o século XIX, a divisão crescente do saber só se transformou numa hiperespecialização disciplinar em meados do século XX, com o crescimento e a complexidade dos conhecimentos, pela multiplicação e sofisticação das tecnologias. [...] Especialidades disciplinares cada vez mais delimitadas foram sendo geradas, cada uma delas travando uma luta permanente para manter sua identidade e independência. Isso fez surgir o que Japiassu (2006) denomina como “ilhas racionalidade” [...] (MARQUES; ROSA, 2017, p. 11908).

Entretanto, há muito que se vem discutindo sobre o insucesso da fragmentação ou compartimentalização da ciência, pois estudos vêm mostrando que a compartimentalização da realidade não diz o que ela é. O mundo não é fragmentado. É preciso, pois, haver uma visão de conjunto que ligue os aspectos diferentes, integrando-os.

Entra em cena o termo interdisciplinaridade. Para Japiassu (1976), a interdisciplinaridade é uma relação dialógica entre disciplinas que fazem parte do currículo. É um envolvimento das áreas que compõem o currículo com o intuito de explicar um determinado fenômeno.

Neste sentido, explica Fazenda (2002), que

A interdisciplinaridade é uma nova atitude diante da questão do conhecimento, de abertura à compreensão de aspectos ocultos do ato de aprender e dos aparentemente expressos, colocando-os em questão [...]. A interdisciplinaridade pauta-se numa ação em movimento. Pode-se perceber esse movimento em sua natureza ambígua, tendo como pressuposto a metamorfose, a incerteza (FAZENDA, 2002, p. 180).

É uma necessidade hoje imposta pela complexa realidade em que estamos inseridos, uma postura dentro do ambiente escolar da interdisciplinaridade, pois não é mais permitido uma educação fragmentada, uma ditadura disciplinar. O isolamento dos campos epistêmicos, suas especializações, não conseguem dar conta de uma complexa realidade. Por isso, promover a interdisciplinaridade é sempre um desafio.

Marques e Rosa (2017), enfatizam que

O contexto educacional, como espaço e lugar legítimo de aprendizagem, produção e reconstrução de conhecimentos, cada vez mais precisará acompanhar as transformações do mundo contemporâneo, pensar na possibilidade de adotar e apoiar projetos educacionais numa perspectiva

interdisciplinar, os quais possam embasar o conhecimento interconectando saberes existentes (MARQUES; ROSA, 2017, p. 11910).

Para Fazenda (2008), a atitude interdisciplinar está além de aproximar, objetivos, conteúdos e metodologias. É preciso, além disso, ter convicção, acreditar naquilo que se está fazendo, pensando, pois muitas vezes há uma aproximação disciplinar apenas por mera conveniência. Sem realmente entender com profundidade a intenção e a finalidade. A interdisciplinaridade deve ultrapassar a justaposição e a generalização de disciplinas.

Contribuindo com a discussão, Guimarães de Paula e Kochhann (2020), comentam que

É elementar que o professor ao planejar sua prática pedagógica interdisciplinar pense nos riscos que está correndo e nas possibilidades de superação, pelo objetivo maior que é a aprendizagem. Não existe uma disciplina mais ou menos interdisciplinar, ou um currículo mais ou menos interdisciplinar. Os atores das disciplinas e dos currículos são quem devem pensar e agir de forma interdisciplinar. Logo, um projeto interdisciplinar somente dará certo se seus atores pensarem e agirem interdisciplinarmente (GUIMARAES DE PAULA; KOCHHANN, 2020, p. 94).

Em se tratando do ensino de filosofia, arte do conceito, torna-se um desafio ainda maior sua atividade perante esse novo tempo em que predomina a “escola de massa” e seus desafios. Neste sentido, as artes e, entre elas, a música, podem contribuir, sobremaneira, com o ensino de filosofia. A música pode dar uma contribuição significativa como possível suporte metodológico, que corresponda com as expectativas impostas ao atual contexto de aprendizagem.

De acordo com Prendin (2009) o ensino de filosofia usando de uma metodologia que prima pelo suporte do diálogo, consegue manter um elo com outros campos do conhecimento.

Acerca do mencionado, acrescenta Zanette e Favreto (2021) na apresentação do livro intitulado Encontros filosóficos: ensaios sobre método, educação e ensino, que

A interdisciplinaridade, portanto, move todo o processo de encontro de saberes, gerando novas questões e novas propostas de investigação das coisas do mundo. A filosofia pode ser pensada como um guia para esta interdisciplinaridade, haja vista a sua natureza de buscar compreender o todo, mas não deve ser considerada a única forma de abordagem dos problemas. Os conceitos filosóficos, as funções científicas e os

afetos/perceptos artísticos se complementam na geração de um sentido mais amplo para os fenômenos, melhorando cada vez mais a nossa relação com o mundo, com o outro e com nós mesmos (ZANETTE; FAVRETO, 2021, p.6).

Neste sentido, a linguagem artística, partindo de referências que contemplam: expressão, história, temáticas e, estando relacionada diretamente a Estética, apresenta uma relação direta com a Filosofia. Assim sendo, é de suma importância cultivar a aproximação entre Arte e Filosofia, manter uma relação de proximidade, pois no que trata ao processo ensino-aprendizagem, ambas só têm a ganhar, tornando o processo mais significativo, enriquecedor pelas vias da crítica e da sensibilidade.

Ainda sobre o assunto, nos comenta Prendin (2009), que

Metodologias que traduzam estes olhares da Filosofia e da Arte no âmbito da educação formal [...], podem aproximar as possibilidades do pensar, construído pelo refletir, e as formas de expressão. Estas duas áreas, distanciadas em alguns momentos, pelo próprio currículo, pela formação dos profissionais e por práticas pedagógicas, possuem afinidades conceituais, e pensadores de educação preocupam-se em uni-las num resgate da formação integral, em parcerias ou propostas interdisciplinares e, utilizando um termo em comum, criativas (PRENDIN, 2009, p. 5123).

A arte de modo geral, pode prestar um grande serviço a esse respeito, pois torna nossa vida mais agradável, interpreta a realidade embasada na criatividade, na imaginação e na fantasia. Aguça no ser humano a emoção, a sensibilidade e a inspiração, a partir daí, levando o indivíduo também a posturas crítico-reflexivas. Ampliando um pouco mais os horizontes acerca deste pensamento nos afirma Gallo (2012), que,

As três potências do pensamento são a arte, a ciência e a filosofia [...] embora sejam, completamente distintas e independentes, essas três potências do pensamento se interpenetram, se atravessam e se transversalizam. Cada uma delas precisa das outras para criar, embora crie algo diferente (GALLO, 2012, p. 66).

Colaborando com a questão, comenta Incontri e Bigheto (2009), que

A Filosofia estabelece relações com as diferentes áreas e disciplinas, e precisamos dela para lidar com todas as problemáticas humanas. Assim, é impossível filosofar sem nos conectarmos interdisciplinarmente com a

abrangência do conhecimento humano, mesmo porque a Filosofia se pergunta até que ponto esse conhecimento tem validade. Na medida em que não fizemos da Filosofia em sala de aula, uma abstração meramente especulativa, divorciada da vida e de outras formas de abordagem da realidade, aproximaremos o aluno do filosofar, porque ele perceberá os nexos que o ato filosófico pode ter com toda e qualquer questão: seja científica, religiosa, política, psicológica (INCONTRI, BIGHETO, 2009, p. 7).

Segundo o professor Elliot W. Eisner (1992), no artigo *La incomprensión de las artes en el desarrollo humano*, traduzido para o português como *O papel incomprensido das artes no desenvolvimento humano*, as artes além de outras funções importantes na vida do ser humano também abrem espaço para a compreensão de que elas proporcionam aos alunos outras concepções de realidade, outras cosmovisões de mundo. Artes estas que podem ser: a música, artes visuais, poesia, literatura, etc. “Em outras palavras, as artes ajudam os alunos a encontrar sua capacidade pessoal de sentir e imaginar”. É por meio das artes, segundo Eisner, que os alunos conseguem descobrir a si mesmos, a responder perguntas que as vezes podem passar toda uma vida sem resposta, como por exemplo: o que quero ser? Qual o sentido da vida? Que função posso exercer neste mundo? Por que estou aqui? Questionamentos também do campo da filosofia que através das artes, como a música, podem encontrar respaldo para responderem as suas próprias perguntas.

Na mesma direção, os autores Silveira e Silva (2019), comentam que

A Arte como a Filosofia se coloca no campo de reflexão que visa superar o senso comum, ao abrir espaço para a problematização da cotidianidade e reflexão mais profunda sobre o mundo e o indivíduo. Justifica-se, nessa dimensão, assumir o desafio central de refletir sobre a interlocução de conhecimentos que articulem diferentes saberes de modo a conceber que experiências estéticas sensíveis e capacidades cognitivas não se desvinculam do processo de aprendizagem, assim como não se admite a necessidade de sobreposição de uma em relação à outra, visto que ambas são elementos constitutivos do saber reflexivo (SILVEIRA; SILVA, 2019, p. 771).

Neste sentido, a arte musical também se destaca e, é justificável sua aproximação com o ensino de filosofia em razão de sua capacidade de buscar sentido e significado em outros cantos da cultura, em espaços inimagináveis a outros campos epistemológicos, tentando, desta forma, elevar o nível de compreensão do ser humano diante do mundo.

Para Teles (2008) no decorrer do tempo tem havido uma evolução sobre a música, onde o resultado decorre dos inúmeros gêneros e subgêneros como: música clássica ou erudita, a folclórica, popular e a tradicional, a sacra e a religiosa. Toda essa multiplicidade musical, de estilos, gêneros e subgêneros se traduz na capacidade do ser humano de compreender a realidade e seu sentido de maneiras diversas, passando pelo desenvolvimento do pensamento e dos afetos.

Entre Filosofia e Música existe uma relação que é caracterizada como um campo fértil que propicia o desenvolvimento de reflexões filosóficas. Esta observação parte do princípio de que esta relação se constitui por inúmeras situações significativas que se ligam em um campo de conceitos, símbolos, signos, apresentando-se, a partir das linguagens, pelas ações e pelos afetos, levando a experiência do conhecer.

Para os filósofos antigos, pensadores de áreas diversas, como psicólogos, pedagogos, vêm afirmando que a música contribui para a formação humana. Acerca do assunto, enfatiza Bréscia (2003) que,

Pitágoras demonstrou que a sequência correta de sons, se tocada musicalmente num instrumento, pode mudar os padrões de comportamento e acelerar o processo de cura. Eles acreditavam que a música era um instrumento que poderia adentrar o interior do conhecimento humano. Portanto, a música tem a capacidade, de tocar o ser humano, mexendo com sentimentos e emoções, não só de crianças, mas também de adultos. (BRÉSCIA, 2003, p. 31)

Para Mendonça (2017) a música no decorrer da história veio ganhando uma importância considerável e, com isso, ganhando outras funções, como: educativa, terapêutica (musicoterapia), sociocultural, rituais religiosos, festas, funerais, dança, teatro, mídia e no campo educacional escolar.

De acordo com Laboissière (2005, p. 2) “somos seres pensantes, e a filosofia permeia mundo e pensamento. Tentar ler na música ideias filosóficas e na filosofia a presença da música é uma posição que nos remete a outros caminhos que não meramente os do sentimento (emoção) e da forma”.

É notável que a música cada vez mais vem sendo solicitada nos espaços acadêmicos e escolares, no intuito de favorecer o ensino aprendizagem dos estudantes. No que trata do ensino de filosofia, para Neves (2014) essa relação entre filosofia e música se dá exatamente pela capacidade que a música tem de ir

ao encontro da linguagem dos jovens, contribuindo com a dimensão pedagógica e acessando os sentimentos, afetos e emoções de forma mais prazerosa.

A esse respeito, Lopes (2014) enfatiza que a música pode colaborar de forma essencial com o ensino de filosofia, pois a música é patrimônio cultural comum do ser humano. As letras e canções são um importante condutor que consegue manter diálogo entre as interrogações e as respostas dos estudantes em relação direta com as aulas de filosofia, com os pressupostos filosóficos.

No entender de Oliveira (2013), a filosofia e a música podem trabalhar de comum acordo ao nível do pensar, onde uma contribua para o entendimento da outra. De forma geral, filosofia e música podem trabalhar de maneira complementar, realizando um diálogo interdisciplinar frutuoso para com a construção de uma metodologia filosófica que seja inovadora diante de um cenário cada vez mais desafiador para o processo educativo, de forma geral e, para a filosofia, de forma específica.

Para a construção do produto educacional, iremos “lançar mão” de imagens, símbolos, sons e signos que são significativos para compreensão dos pressupostos filosóficos, para as temáticas que aparecerão, e conseqüentemente, para um melhor entendimento dos estudantes. Neste sentido, de forma específica, a música, irá nos prestar uma significativa contribuição.

Iremos usar da colaboração da música popular brasileira, suas canções, melodias e letras serão importantes meios de sensibilização para as temáticas que fazem parte do cotidiano do estudante. Por isso, devem ser contempladas no todo: melodia e letra.

Nossa intenção acerca do produto educacional é exatamente trazer uma maior compreensão aos estudantes do Ensino Médio, acerca das temáticas filosóficas, a partir da relação com a música.

3.3 Filosofia com Música: a caminho de uma metodologia filosófica interdisciplinar

Em meio ao campo artístico temos uma variedade de estilos que apresentam e representam o que a Arte é. Neste sentido, destacam-se: a música, a dança, a

pintura, escultura, teatro, literatura, cinema, fotografia, história em quadrinhos, jogos eletrônicos e arte digital.

A música foi a nossa escolha para a construção da proposta do produto educacional, materializado em um caderno de sugestões Metodológicas: Filosofando com música: experiência metodológica interdisciplinar, em razão dos vários exemplos práticos da música em colaboração com a filosofia que estão sublinhados no corpo do texto a seguir e que fazem referência ao “chão da escola”.

A partir daqui, iremos expor a importância e a relação fértil entre a Música e a Filosofia que já vem sendo discutida desde a Grécia Antiga. Destacando-se como uma das expressões artísticas mais antigas que temos notícias.

Acrescenta Penna (2014):

E da voz que se lança, o homem construiu, em seu desenvolvimento histórico, a música como uma linguagem artística, estruturada e organizada. Como uma forma de arte – cuja especificidade é ter o som como material básico -, caracteriza-se como um meio de expressão e de comunicação. Meio de expressão, por objetivar e dar forma a uma vivência humana, e de comunicação por revelar essa experiência pessoal de modo que possa alcançar o outro e ser compartilhada (PENNA, 2014, p. 30).

Acerca do entendimento sobre a música suscita Marton (2005) que é uma linguagem que se apresenta ao mundo como universal. Consegue penetrar em todas as culturas, gostos, no mais íntimo do ser humano. Mas não fica só aí como acrescenta a autora:

Isto implica em nos desviar de uma dimensão apenas circunscrita ao interior de um indivíduo com a pretensão de nele esgotar as possibilidades de compreender o fenômeno musical. Todos nós, seres humanos, independentemente de nossas aptidões, costumes, valores, crenças, ideias, somos movidos por esta linguagem que diz, nos sons, nossa intimidade, nossa ‘caverna’ interior, nossa zona secreta. Por meio dos elementos que a constituem – o ritmo, a melodia e a harmonia – a música se materializa, se objetiva, se estrutura trazendo em si a expressão do universo humano e cósmico (MARTON, 2005, p. 30).

Gainza (1988, p. 22) explicita que, “a música e o som, enquanto energia, estimulam o movimento interno e externo do homem; impulsionam-no a ação e promovem nele uma multiplicidade de condutas de diferentes qualidades e graus.”

A música é um dos estilos mais antigos que o ser humano criou e, sua importância perpassa por vários campos do conhecimento, entre eles, destacam-se

a filosofia, pedagogia, psicologia. Até mesmo o homem comum foi contagiado por ela. Os primeiros filósofos a concebiam como ordem, harmonia.

Sobre isso, comenta Andrade (2012) que,

Ao longo da história humana, inúmeros filósofos, psicólogos, pedagogos, enfim, pensadores de todas as vertentes do conhecimento e até pessoas comuns teorizaram, escreveram ou falaram da importância da música para a humanidade. Na Grécia Antiga, por exemplo, praticamente todos os filósofos postularam sobre o papel da música no Universo e na formação do homem. Pitágoras de Samos, um dos filósofos dessa época, ensinava como determinados acordes musicais e certas melodias criavam reações definidas no organismo humano. [...] Os filósofos pré-socráticos davam tanta importância à música que muitos a viam como o elemento que dava ordem ao universo, que harmonizava o caos inicial do qual o mundo foi originado (ANDRADE, 2012, P. 09).

Contribuindo com a temática, Tomás (2005), sublinha sobre a relevância da música diante de seu caráter interdisciplinar, onde

A música na sociedade grega exercia um papel de importância capital, pois suas conexões com outros campos do saber ultrapassam em muito o sentido comum do que se entende por música, isto é, como um fenômeno audível que pode ser percebido sensorialmente. O que se pode dizer em linhas gerais é que a música era compreendida de um modo complexo, pois ela possuía vínculos diretos com a medicina, a psicologia, a ética, a religião, a filosofia e a vida social (TOMÁS, 2005, p. 13).

Para Mondinger e outros autores (2012), a música consegue “alçar voo” em outras direções, consegue ir além do texto. Nela existe uma dimensão socializadora. Acrescenta os autores que,

As formas como nos relacionamos com a música vão além da execução musical. Podemos ouvir música, falar sobre música, criar música ou apenas manipular objetos sonoros com o intuito de conhecer timbres, além de cantar ou tocar um instrumento musical de forma individual ou coletiva. A música não é só um tipo de texto artístico que se constrói a partir da inserção e do conhecimento do mundo. É uma atividade socializadora, proporciona momentos de integração em diversos eventos do meio em que vive o ser humano: festas, cerimônias religiosas, espaços escolares, entre outros (MONDINGER et al. 2012, p. 63).

Tomás (2005), também acrescenta que a palavra Música provém do termo grego *mousike*, tendo vários significados que foram sendo modificados no decorrer do tempo. Esse termo já foi conhecido como musa, deusa protetora da educação. E

também ligado a poesia e cultura geral. Outro termo associado foi *a-mousos*, significando não musical, se referindo também a pessoas não cultas, ignorantes. “O termo pode ser também entendido como música no sentido ‘convencional’”. Era entendida também como significado de filosofia ou matemática, provindo do verbo grego *manthanein* que origina a palavra matemática.

Colaborando com a discussão acerca do entendimento sobre a música, para Nunes (2008) expressa uma dimensão moral onde diz que para Platão além da arte expressar o belo ainda existe outra finalidade: expressar o bom. O autor ainda amplia a discussão comentando que

Se a música é pura, se a poesia visa a estimular as boas qualidades da alma, uma e outra conseguem produzir, nos ouvintes, o mesmo efeito moderador que seria obtido pela simples contemplação de formas geométricas regulares, da proporção e da simetria. Poesia e música, as artes das Musas, que formaram, na cultura grega, um complexo artístico, deviam servir para acalmar as paixões, elas poderiam criar uma predisposição favorável à prática das virtudes. Vê-se, pois, que Arte preenche uma finalidade moral, objeto da segunda espécie de beleza. [...] Essa união efetivou-se no conceito de *kalokagathia* (ser belo e bom), ideal pedagógico da sociedade grega do século V a.c., em razão do qual Platão determinou aos jovens de sua república que praticassem exercícios ginásticos, para terem o corpo bem conformado (beleza estética), e cultivassem, em contato com as artes musicais ou das musas, a harmoniosa conformação do espírito, que é a beleza moral (NUNES, 2008, p. 19).

Tomás (2005), ainda acrescenta sobre a importância da música relacionada às questões que envolvem a filosofia, como a ética, onde considera que

Um outro aspecto da harmonia, entendida aqui como equilíbrio, se relaciona também com o aspecto educativo e ético da música. Essas associações encontram-se presentes nas ideias de Damon, um filósofo- músico do século V que teorizou sobre a questão da existência de um vínculo entre o mundo dos sons e o mundo ético. Essa associação, que já se encontrava nas narrativas mitológicas e que também fora desenvolvida e firmada por Pitágoras, se justifica na convicção de que a música exerce uma influência profunda e direta sobre os espíritos, e consequentemente, na sociedade em seu conjunto (TOMÁS, 2005, p. 07).

Outro exemplo que se relaciona entre a Filosofia e a Música na Grécia Antiga é o do filósofo Platão. Tomás (2005), sustenta que dentro da filosofia platônica há um espaço privilegiado para a música, mesmo não escrevendo uma obra específica sobre a temática é um tema que aparece em várias de suas obras, como em: República, Fédon, Górgias, Fedro, Leis, e Timeu.

Acerca do citado, colabora Neves (2013), reforçando que a

“República” de Platão, ao contrário do que alguns leitores imaginam ao julgar o título do livro, não se trata de uma leitura sobre leis Estado, mas pode ser considerada uma formosa obra pedagógica. Platão demonstra preocupação com a educação como condição e possibilidade privilegiada de formação do homem integral. Nesse contexto, ele possibilita um domínio filosófico do saber musical. Platão apesar de elaborar e apresentar conceitos contextualizados, diria até idiomático de sua era, desenvolveu uma linha de raciocínio vital para a sustentação da música como parte essencial da educação humana (NEVES, 2013, p. 577).

Ressalta Rocha Jr. (2007) que o filósofo Platão concebia a música como essa possibilidade, recurso capaz de colaborar com a educação da alma humana. A música Constrói o *ethos* do homem, contribuindo assim, para a ordem e manutenção da cidade grega internamente.

Ainda de acordo com o autor,

[...] a música ocupa uma posição estratégica no âmbito do pensamento platônico. Ela estava diretamente ligada à concepção platônica de filosofia e desempenhava um papel central dentro dos projetos políticos, pedagógicos e psicológicos do pensador ateniense. Platão aprofundou a conexão entre as disciplinas ao adicionar um poderoso componente – a ética. A música é a penúltima disciplina na formação do filósofo, antes da dialética, porque ela é a mais geral e porque tem relevância universal. A música em relação a dialética tem um valor propedêutico, é uma ciência-opinião. [...] Segundo o pensamento platônico, a música – ou ciência harmônica – seria a ciência do que se mistura e do que não se mistura em relação ao som; a filosofia teria uma busca do mesmo tipo, mas com respeito às classes. O músico cria harmonia na afinação e na duração dos sons, das palavras e dos gestos, enquanto o filósofo cria a harmonia da dialética e da música do discurso. Se o filósofo é aquele que atingiu o final do percurso da *paidéia*, e se o verdadeiro músico é aquele que colocou na sua vida uma harmonia melhor do que a da lira, então pode-se afirmar que o verdadeiro filósofo tem uma natureza harmoniosa (ROCHA JR., 2007, p. 42).

Neves (2013), citando Fonterrada (2008), ressalta que

Em Platão, como na filosofia grega de modo geral, a música ocupa uma posição de liderança em relação às outras artes. Fonterrada (2008, p.27) acredita “que seja possível estabelecer estreitas analogias entre os movimentos da alma e progressões musicais”. Assim, ainda segundo a mesma autora, o propósito da música não poderia ser apenas a diversão, mas “a educação harmoniosa, a perfeição da alma e o aquietamento das paixões” (FONTERRADA, 2008, p. 27, apud NEVES, 2013, p. 575).

A música tem a capacidade de aguçar variados sentimentos, colaborando dessa forma, para o equilíbrio mental e o bem-estar. Desde o nascimento a música nos acompanha. Já nas experiências mais promissoras, como a gestação, o bebê já tem contato com a música. De acordo com obstetras e outros profissionais da área médica, esse processo acalma tanto a criança quanto a mãe.

A esse respeito, comenta Stahschmidt (2011), que

A imagem de uma mãe embalando seu bebê, ao som de um acalanto... Quem entre nós não associaria tal cena a sensações de bem-estar e prazer? Talvez universalmente, a mesma remete a ideia de ternura e amor da mãe pelo seu filho. Afinal, seja na sociedade contemporânea, seja em tribos perdidas no tempo e na distância, encontramos, constantemente, nas canções de ninar um elemento importante, tanto do ponto de vista da relação mãe com seu bebê, com as respectivas trocas que ali se realizam, quanto do ponto de vista cultural, expressando os valores e a concepção de infância construída por cada sociedade, bem como o imaginário que a permeia (STAHSCHMIDT et al. 2011, p. 13).

Além das funções terapêuticas e sensitivas, a música também desenvolve no ser humano o senso-crítico, a cognição, o pensamento autônomo, a capacidade de protestar contra o não aceitável.

Um exemplo que podemos citar está no período da história brasileira que ficou conhecido como “anos de chumbo” ou Ditadura Militar (1964-1985). Neste cenário, a arte, especificamente, a música, foi um dos principais instrumentos utilizados para contestar, expressar o controle e as injustiças naquele momento.

Acerca do exposto, afirma Ferrari (2016), que

Em épocas de governos ditatoriais, por exemplo, muitos objetos foram utilizados artisticamente como “armas” na resistência contra a opressão, como a que aconteceu no Brasil entre os anos de 1964 a 1985. Eram tempos de censura e medo, que impunham o silêncio a maioria da população. Quem ousava expor suas ideias podia ter sua liberdade e até a própria vida ameaçada pela ditadura militar (FERRARI, 2016, p. 19).

Várias canções em suas letras se traduziram em insatisfação com o regime. Compositores neste período foram alvo de censura e perseguição. Alguns foram exilados.

Diversas canções foram vistas e interpretadas como protesto, transgressão, aversão ao regime. Entre elas destacam-se: “Apesar de você” (Chico Buarque, 1970); “Pra não dizer que não falei das flores” (Geraldo Vandré, 1967); “O bêbado e

a equilibrista” (Aldir Blanc e João Bosco, 1975); “Cálice” (Gilberto Gil e Chico Buarque, 1973); “Alegria, alegria” (Caetano Veloso).

Marton (2005), em colaboração, enfatiza que

Complexo é o estado de estar possuído pela música. Ela nos mobiliza às vezes em direção ao ato contemplativo, às vezes em direção ao ato transgressor. Que não se excluem, mas operam lado a lado como manifestações criativas capazes de fazer habitar as essências do sublime, do belo e do trágico pela escuta sensível do universo das sonoridades. Basta recordar qualquer instante de nossa vida em que a música se fez presente. A música é uma rica estratégia de mobilização de emoções no sujeito. Mas, não se restringe a isso. Através dela, experimentamos diversos estados, o que alimenta e complexifica nossa condição no universo. Ela atua como um operador de conhecimento porque amplia a sensibilidade estética e ética. Pela música, podemos compreender que somos parte da natureza, aguçando um sentimento de pertencimento ao todo; ultrapassamos a finitude da existência humana quando acessamos as essências e experimentamos o sentimento sublime; reatamos com nossa natureza ao extravasar emoções. Libertos da lógica binária das oposições inconciliáveis, habitamos formas híbridas de sensibilidades e de compreensão da totalidade e do infinito; admitimos o inacabamento porque a música é a expressão do devir (MARTON, 2005, p. 15-16).

Moreira, Santos e Coelho (2014), explicitam que a música sendo essa “porta de entrada” de caráter emocional e prazeroso, consegue promover no ser humano outras dimensões como a construção do conhecimento, pois

A música pode ser uma atividade divertida e que ajuda na construção do caráter, da consciência e da inteligência emocional do indivíduo, pois desenvolve a mente humana, promove o equilíbrio, proporciona um estado agradável de bem estar, facilita a concentração e o desenvolvimento do raciocínio, sendo também um agente cultural que contribui efetivamente na construção da identidade do cidadão. Pode até mesmo transformar conceitos espontâneos em conceitos científicos (MOREIRA; SANTOS; COELHO, 2014, p.42).

De acordo com Bona (2002), citado por Silveira e Ribeiro (2012), a música

integra a vida humana em seus aspectos físicos, metafísicos. O pulsar da vida representado pelo batimento cardíaco traz consigo um elemento fundamental da música: o ritmo. A música eleva o sentimento humano, invoca lembranças, produz sonhos, suprime a dor e liberta. Isso confirma a relevância de se refletir sobre o poder que a combinação de sons e ritmos (música) exerce sobre os homens, principalmente em seu aspecto metafísico, além de compreender como pode “a música ser a arte de manifestar os diversos afetos da nossa alma mediante o som (BONA, 2002, p. 2 apud SILVEIRA; RIBEIRO, 2012, p. 2).

Mann (1960) enfatiza que para o filósofo Schopenhauer a música tem supremacia em meio as outras artes, como as artes plásticas e a poesia. O autor ainda acrescenta sobre o pensamento de Schopenhauer que,

A música que vai além das ideias, é completamente do mundo fenomênico; ignora-o absolutamente e poderia de certo modo continuar a existir, mesmo quando o universo não existisse mais; não se pode dizer o mesmo das outras artes. A música com efeito, é uma objetivação, uma cópia tão imediata de toda vontade como o é o mundo, como o são as próprias ideias, cujo fenômeno múltiplo constitui o mundo dos objetos individuais. Não é, pois como as outras artes, uma reprodução de ideias, mas uma reprodução da própria vontade, da qual as ideias são também objetivação (MANN, 1960, p. 161).

Na leitura de Silveira e Ribeiro (2012, p. 14) “Schopenhauer vê a música como uma arte detentora da mais rica e significativa linguagem, já que possui o poder de expressar a essência interna, o em-si do mundo.”

Neste sentido, a partir de uma leitura Schopenhauriana, Costa (2008), sublinha os motivos da importância da música frente às outras artes:

A música atinge a todos, até mesmo os menos sensíveis. Toda arte tem como fim estimular o conhecimento das ideias. As ideias localizam-se totalmente fora da esfera do conhecimento do sujeito como tal. São formas imutáveis, o em-si do mundo. O mundo é o fenômeno delas em multiplicidade. Visto que todas as artes estimulam o conhecimento das ideias, a música possui particularidades que a diferenciam de todas as outras artes. Isso porque ela segue além das ideias, ganhando assim independência do mundo aparente. A sua existência seria possível mesmo com a inexistência do mundo. A vontade é a coisa em-si, logo a ideia é a objetividade imediata da vontade. As artes reproduzem as ideias. A música é a reprodução da própria vontade, justamente por se referir a essência da vontade. Esse é o diferencial da música para com as demais artes (COSTA, 2008, p. 42).

Diante deste panorama exposto acerca da importância da música para o ser humano, para o processo educativo, na visão de filósofos desde a Grécia Antiga, surge uma pergunta: é possível uma relação metodológica interdisciplinar entre a Filosofia e a Música?

Baseados em experiências já realizadas, podemos dizer que sim. Charles Feitosa em seu livro intitulado Explicando a Filosofia com Arte, publicado em 2009, já nos propõe esse desafio e essa possibilidade de trabalhar os pressupostos filosóficos tendo a colaboração das artes.

Para Paiva (2014), cada vez mais a música vem ganhando espaço como recurso para favorecer o processo ensino-aprendizagem, voltado para o ensino de filosofia, logo

Isso decorre de uma associação de vários fatores positivos dessa prática pedagógica. Em primeiro lugar, o uso da música-canção na sala de aula aproxima os professores de filosofia da linguagem dos seus jovens alunos do Ensino Médio. Por outro lado, os conteúdos filosóficos são apresentados de forma mais leve, descontraídos e contextualizados, facilitando também o acesso desses mesmos jovens ao universo filosófico. Da mesma forma que o caráter pedagógico, efetivando assim um processo significativo de ensino-aprendizagem da Filosofia no Ensino Médio (PAIVA, 2014, p. 48).

A esse respeito, fundamentado nas experiências contidas no Livro Como usar a música na sala de aula, de Ferreira (2002) comentam Moreira, Santos e Coelho (2014) que,

A principal vantagem que se verifica quando se utiliza a música no ensino de uma determinada disciplina é a abertura. Poderíamos dizer assim, que seria um segundo caminho comunicativo não verbal, pois a música desperta e desenvolve nos alunos sensibilidades mais aguçadas na observação de questões próprias da disciplina alvo (MOREIRA; SANTOS; COELHO, 2014, p. 56).

Colaborando com a temática, Meucci (2007) enfatiza que a filosofia tem como uma de suas finalidades entender a vida, e dessa forma, fazer com que o homem sofra menos com sua existência. Já o papel ou função da música, assim como das outras artes, é saber qual a sua relação com o humano.

É fundamental que o ensino de filosofia para adquirir êxito em suas aulas deva fazer ligações com o cotidiano do jovem, seus anseios e questões que o afetam.

Para as autoras Incontri e Bigheto (2009), é importante que as questões filosóficas sejam constantemente atualizadas para o contexto específico de discussão, sem perder de vista a tradição filosófica e seus temas atemporais através de temáticas que afetam o ser humano e, dessa forma, consigam aproximá-lo dos pressupostos filosóficos. Ainda acrescentam que

A Filosofia nasce sempre de questões radicais, que dizem respeito à humanidade enquanto tal, e ninguém deveria se sentir excluído da capacidade de filosofar. Assim, tratá-la em conexão com seus contextos históricos e, ao mesmo tempo, com a atemporalidade de seus temas,

sempre pertinentes ao ser humano, é uma forma de aproximá-la das pessoas. É preciso mostrar, sobretudo ao adolescente e ao jovem, que a Filosofia tem perguntas e que procura respostas a respeito de problemas e situações que são sempre atuais, que lhes tocam de perto. Obviamente que trazer a Filosofia para a vida pessoal de cada um e para a vida social do momento presente não significa ignorar o que a tradição filosófica criou no decorrer dos milênios. Porque justamente o que nos é fornecido pelos antigos filósofos é o instrumental para realizarmos um filosofar atual e consistente. O grande desafio, que devemos enfrentar, portanto, é o de atingir uma justa medida entre a história da Filosofia e a sua tematização; entre a tradição e a possibilidade de filosofarmos hoje (INCOTRI; BIGHETO, 2009, p. 4)

Colaborando com a questão Paiva (2014), coloca como uma importante contribuição para uma metodologia que consiga afetar o jovem para as questões filosóficas uma “pitada” de música, onde defende que

A aproximação dos temas filosóficos do cotidiano dos educandos, através da linguagem dos jovens e da música, apresenta-se como uma possibilidade metodológica no despertar do interesse e contribui para diminuir o abismo existente entre os alunos, os conteúdos da filosofia e a linguagem dos professores (PAIVA, 2014, p. 28).

A esse respeito, Lopes (2014) retrata sua experiência como professor do Ensino Médio com a disciplina filosofia e o quanto a música o ajudou a superar desafios próprios deste contexto educativo:

Quando comecei a dar aulas de Filosofia no Ensino Médio durante o estágio da licenciatura, não conseguia chamar a atenção dos alunos para as questões filosóficas. Eu e meus colegas estávamos empanturrados de um jargão que não funcionava fora da tribo. Por isso, quando trouxe algumas canções e as utilizei para incentivar o debate, alguma coisa fez a gelatina da passividade dos alunos tremer. As letras das canções são um bom caminho para transportar interrogações da filosofia para os horizontes dos alunos, servem como um patrimônio cultural comum a partir do qual é possível dialogar (LOPES, 2014, p. 22).

Dentro deste contexto Brito (2003), faz menção a importância da música para o cenário educativo, onde

O educador poderá trabalhar a música na comunicação, expressão, facilitando a aprendizagem, tornando o ensino mais agradável, facilitando a fixação dos assuntos de uma forma agradável (...) trabalhar a música nas áreas da educação: na comunicação, expressão, facilitará a aprendizagem de forma mais agradável (BRITO, 2003, p. 54).

Para Souza (2000, p. 17), “A tarefa básica da música na educação é fazer contato, promover experiências com possibilidades de expressão musical e introduzir os conteúdos e as diversas funções da música na sociedade”.

Ainda dentro do contexto de discussão, acrescentam Moreira, Santos e Coelho (2014)

A música é reconhecida como um recurso didático na medida em que é chamada para responder perguntas adequadas aos objetivos propostos, um deles é o de promover o desenvolvimento dos conteúdos programáticos a partir do processo de transformação de conceitos espontâneos em conceitos científicos (MOREIRA et al., 2014, p. 55).

A música tem uma capacidade de se comunicar através das temáticas que carrega em suas letras, melodias, gêneros musicais, levando o ouvinte a se tornar copartícipe através de novas construções conceituais acerca dos discursos e narrativas que a música carrega de forma intrínseca em toda sua estrutura.

Acerca do sublinhado, acrescenta Silva et al. (2020), que

A canção popular é um fenômeno cultural capaz de colaborar na formação da identidade de um povo. O alto poder de divulgação e assimilação que as músicas possuem no âmbito da sociedade as tornam um amplo canal de comunicação capaz de (re)elaborar e discutir conceitos através de temáticas expressas nas letras, nas melodias, nos timbres, na escolha dos instrumentos e dos gêneros musicais. A música pode ser definida como uma organização de sons com o objetivo de estabelecer uma comunicação, uma organização que não ocorre no vazio. As comunidades elaboram suas escalas, suas melodias e suas harmonias com base em escolhas culturais e a musicalidade somente ganha sentido em sua realidade sociocultural (SILVA et al. 2020, p. 07).

De acordo com Téó (2007), o século XX, foi impactado pela música como letra, canção e também em sua forma instrumental, através de sua capacidade, potencialidade na arte de criar, construir e estruturar conceitos e modelos. “O mundo passa a entrar e ser inventado a partir do ouvido”. Há uma “predominância do sentido da escuta na invenção do mundo do século XX”.

A música como canção deve ser analisada em seu conjunto estruturante (som – letra), pois sem essa relação analítico-interpretativa não há como compreender seu sentido, sua relação com a realidade, com os fatos.

Colaborando com o mencionado, destaca Silva et, al. (2020), que

É importante ressaltar que a canção é um documento que se difere do poema. A existência da canção é ancorada no binômio texto-som, o que torna estas duas instâncias inseparáveis na sua composição. A canção não pode ser analisada somente pelo parâmetro do texto, já que o arranjo, as escolhas instrumentais e a interpretação devem ser tomados em conta e, na medida em que a música é um documento, a gravação e esses elementos interagem dando seu sentido uníssono. Assim, ao utilizar a letra, deve ser tomada como um dos elementos da fonte que isolados não revelam a existência histórica (SILVA, et al., 2020, p. 08).

A reflexão de temáticas específicas da filosofia, tendo a colaboração da música, de letras, de canções, sendo utilizadas na sala de aula não é um fator limitante para auxiliar no processo ensino aprendizagem, mas, sim, uma estratégia que motiva os jovens e que pode ser utilizado de forma interdisciplinar.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa partiu de investigações que foram realizadas a partir do contexto do Ensino Médio e das dificuldades acerca das aulas de filosofia. Onde enfatizamos também a temática interdisciplinar que envolveu a filosofia e as artes, dando ênfase à música e a sua importância para a humanidade, sua relação desde a Grécia clássica com a filosofia, visando à construção de uma metodologia que possibilite um maior envolvimento dos estudantes junto ao ensino de filosofia, a partir da prática interdisciplinar em sala de aula no Ensino Médio.

O autor Minayo (2007) colabora com a definição de metodologia quando comenta três pontos:

a) Como a discussão epistemológica sobre o “caminho do pensamento” que o tema ou o objeto de investigação requer; b) como a apresentação adequada e justificada dos métodos, técnicas e dos instrumentos operativos que devem ser utilizados para as buscas relativas às indagações da investigação; c) e como a “criatividade do pesquisador”, ou seja, a sua marca pessoal e específica na forma articular teoria, métodos, achados experimentais, observacionais ou de qualquer outro tipo específico de respostas às indagações específicas (MINAYO, 2007, p. 44).

Para alcançarmos determinado fim, foi necessário percorrer alguns trajetos, trilhar caminhos sem os quais se tornaria impossível seu alcance. Tais caminhos são classificados como métodos de pesquisa, sendo definidos por Lakatos e Marconi (2003), como,

O conjunto de atividades sistemáticas e racionais que com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 83).

Neste sentido, “pesquisar cientificamente significa realizarmos essa busca de conhecimentos, apoiando-nos em procedimentos capazes de dar confiabilidade aos resultados” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 33).

De acordo com Gil (2002),

Pode-se definir pesquisa como o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas propostos. A

pesquisa é requerida quando não se dispõe de informação suficiente para responder ao problema ou então quando a informação disponível se encontra em estado de desordem que não possa ser adequadamente relacionada ao problema (GIL, 2002, p. 18).

Partindo de um propósito de aplicabilidade, ou de natureza, a seguinte pesquisa é classificada dentro da pesquisa aplicada. A qual tem como intenção contribuir de forma prática para resolução de problemas concretos. Logo, ela é usada para estudar o problema em um contexto, buscando soluções para os desafios enfrentados nesse ambiente específico.

Acerca da aplicabilidade da pesquisa comentam Cervo e Bervian (1996) que nesta “o investigador é movido pela necessidade de contribuir para fins práticos ou menos imediato, buscando soluções para problemas concretos”.

Tal propósito da pesquisa visa corresponder aos métodos e princípios que norteiam os mestrados profissionais. De acordo com o parágrafo único, da portaria nº 17/ 2009 (ABMES, 2009),

A oferta de cursos com vistas à formação no Mestrado Profissional terá como ênfase os princípios de aplicabilidade técnica, flexibilidade operacional e organicidade do conhecimento técnico-científico, visando o treinamento de pessoal pela exposição dos alunos aos processos da utilização aplicada dos conhecimentos e o exercício da inovação, visando a valorização da experiência profissional (ABMES, 2009).

Na tentativa de evitarmos cair em contradições que possam levar a erros, analisando a realidade de forma isolada, optamos em contrapartida, por primar pelos processos lógicos de investigação científica, onde foi dada ênfase na pesquisa ao método dialético. Método este que concebe a realidade dentro de uma visão de conjunto, onde tudo está ligado. Há um constante processo de transformação e contradição. Tudo está em constante mudança. Ainda de acordo com Gil (2009), citado por Prodanov e Freitas (2013),

[...] a dialética fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, uma vez que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais, etc (GIL, 2009, p. 14 apud PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 35).

A pesquisa se caracterizou dentro do ponto de vista da abordagem qualitativa, pois nosso interesse foi em analisar e interpretar os aspectos implicados na temática. Tentando compreender o fenômeno, sem vias quantificáveis como centralidade. Sobre isso, os autores (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009, p. 31) enfatizam que “a pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.” Ainda sobre a temática, os autores (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 70), afirmam que, “na abordagem qualitativa, a pesquisa tem o ambiente como fonte direta dos dados. O pesquisador mantém contato direto com o ambiente e o objeto de estudo em questão, necessitando de um trabalho intensivo de campo”.

4.1 Tipo de pesquisa

No que se refere ao procedimento da pesquisa, a análise se desenvolveu como Pesquisa de Campo.

De acordo com Prodanov e Freitas (2013) a pesquisa de campo:

È aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema para o qual procuramos uma resposta, ou de uma hipótese, que queiramos comprovar. As fases da pesquisa de campo requerem, em primeiro lugar, a realização de uma pesquisa bibliográfica sobre o tema em questão. (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 59)

Ainda sobre o assunto, assevera Fonseca (2002, p. 32) que “a pesquisa de campo caracteriza-se pelas investigações em que, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, se realiza coleta de dados junto a pessoas, com o recurso de diferentes tipos de pesquisa”.

Uma parte da coleta de dados foi realizada de modo presencial junto à direção da escola, a partir de uma entrevista semi-estruturada (Apêndice A) acerca da estrutura física da instituição escolar, sobre como as aulas estavam ocorrendo com o ensino remoto e, ainda, sobre os participantes da pesquisa. A segunda parte da coleta de dados foi feita de modo remoto, utilizando o auxílio do Whatsapp, do

Google Meet e Google Forms (Apêndices B, C) com os participantes da pesquisa, professores de filosofia do Ensino Médio.

4.2 Local da pesquisa

O *lócus* da pesquisa está localizado dentro do território do Estado do Maranhão, mais especificamente, na cidade de São Mateus do Maranhão, às margens da BR 316, ficando a 180 Km da capital do Estado, São Luís.

O contexto de realização da pesquisa é o da escola pública de Nível Médio C. E. Luís Augusto Barros - localizada na Rua da Caema. Bairro, Avenida Piqui – Zona Urbana.

Na cidade de São Mateus existem três instituições escolares que ofertam o Ensino Médio. Ambas ficam localizadas na zona urbana do Município. No entanto, a escolha da instituição escolar a seguir, se deu exatamente a partir de experiências anteriores que tivemos naquele contexto educacional.

Um dos motivos de ter escolhido como *lócus* da pesquisa a referida instituição escolar versa sobre meus estudos de nível Médio. Foram realizados nesta instituição. Outro motivo foi em razão de ser samateuense, filho deste contexto. E ver neste trabalho, a possibilidade de contribuir com a educação da cidade e com o pensamento crítico e reflexivo dos alunos.

O terceiro motivo versa sobre a experiência profissional. No ano de 2010, minhas primeiras experiências como docente foram nesta escola, onde conheci bem de perto a realidade dos estudantes. Naquele momento o que mais me chamou a atenção foram as potencialidades dos adolescentes que faziam parte do corpo discente. De alguma maneira foram impactados pelas aulas de filosofia. Mesmo sendo inexperiente na profissão docente. No entanto, outros careciam ser motivados para o pensamento. Talvez por minha pouca experiência não consegui elaborar uma metodologia que fosse eficiente o suficiente para estimulá-los. Neste trabalho, vejo a possibilidade de contribuir de forma mais concreta com uma metodologia que cause impacto ao nível do pensamento reflexivo dos discentes.

A escola está localizada em um bairro próximo a periferia. Recebe uma clientela de estudantes dos bairros mais pobres e de famílias com um poder

aquisitivo considerado baixo. Muitos estudantes provêm da zona rural. Temos pais analfabetos e semianalfabetos. Informações que foram coletadas na entrevista semi-estruturada (APÊNDICE A).

O C. E. Luís Augusto Barros – foi fundado em 1983. Atualmente, possui 9 salas de aulas; sala de diretoria; sala de professores; laboratório de informática; cozinha; biblioteca; sala de leitura; sala de secretaria; pátio; área verde.

A partir de agora, iremos caracterizar o lócus da pesquisa em seu aspecto físico, a partir de imagens feitas por meio de observação *in locu*.

Figura 5. Lócus da pesquisa.



A: Frente da escola; B-C: quantitativo de salas de aula (09 salas); D-E: Estrutura de algumas salas de aula; E-F: Espaço físico da biblioteca da escola; G: Frente da sala dos professores; H: Espaço físico interno da sala dos professores; I: Mural de informações da escola; J: Espaço para prática exercícios físicos; K: Frente da secretaria da escola; L: Sala da direção.

FONTE: Acervo próprio.

Figura 5. Lócus da pesquisa (Continuação).



A: Frente da escola; B-C: quantitativo de salas de aula (09 salas); D-E: Estrutura de algumas salas de aula; E-F: Espaço físico da biblioteca da escola; G: Frente da sala dos professores; H: Espaço físico interno da sala dos professores; I: Mural de informações da escola; J: Espaço para prática exercícios físicos; K: Frente da secretaria da escola; L: Sala da direção.

FONTE: Acervo próprio.

Na instituição em 2021 foram matriculados 529 alunos, distribuídos entre os três anos de Ensino Médio, onde consta a disciplina de filosofia, com a presença de seis professores da disciplina, dois por turno.

Em meio ao contexto pandêmico da Covid 19, a instituição escolar tem passado por mudanças, no que se refere às aulas. Passando de aulas presenciais para aulas remotas. As aulas ocorrem remotamente, onde são utilizados recursos das plataformas do *Google Meet* e *Microsoft Teams*. No entanto, segundo uma das gestoras, nem todos os alunos participam das aulas remotas por razões de falta de

aparelhos celulares, notebooks ou mesmo da internet. Para esses alunos são preparados materiais impressos, xerocados que são entregues semanalmente. A entrega das atividades ocorreu em um dia da semana.

As informações prestadas acerca do *lôcus* da pesquisa foram conseguidas através de entrevista semi-estruturada (APÊNDICE A) feita com a direção da instituição escolar *in locu*.

4.3 Sujeitos da pesquisa

No início da pesquisa, antes de adentrarmos na parte empírica, o público-alvo ou os participantes da pesquisa, seriam docentes e discentes que fazem parte do contexto da instituição escolar escolhida como *lôcus* da pesquisa. Os docentes deveriam ser nossos colaboradores na aplicabilidade do produto educacional. E os discentes seriam aqueles que estariam sob nossos olhares, observações, na intenção de colher os resultados da aplicabilidade do produto.

Tínhamos por objetivo, realizar oficinas com os professores para apresentar o produto educacional e, em seguida, colocar em prática junto aos estudantes das turmas do 1º ano do Ensino Médio, sua eficácia frente aos desafios do ensino de filosofia, onde levaríamos em conta as reações dos estudantes quanto às temáticas e as músicas relacionadas a essas temáticas.

Entretanto, esta fase de aplicabilidade, em razão da pandemia, não foi possível. Fomos encaminhados a passar da fase de aplicabilidade do produto para uma proposta educacional, onde construímos o material através dos aportes teóricos que tratam da temática da pesquisa e das informações dos professores que trabalham com o componente curricular Filosofia no Ensino Médio, obtidas por meio de questionários (APÊNDICES B, C). Questionários estes, que foram aplicados aos participantes da pesquisa, no caso, os docentes, em duas fases. Na primeira tínhamos como intenção ter conhecimento sobre os desafios, as metodologias utilizadas, entre outras questões referentes ao ensino de filosofia no nível médio no dado contexto.

Cinco professores participaram da pesquisa. Dois do turno matutino, dois do turno vespertino e um do turno noturno.

Em uma segunda fase, aplicamos o questionário com os mesmos professores com perguntas relacionadas à aplicabilidade, eficiência e possíveis resultados futuros, referentes ao produto educacional desenvolvido durante a pesquisa (APÊNDICE C).

4.4 Instrumentos de coleta de dados

Para conseguir realizar esta etapa da pesquisa, utilizamos dois instrumentos de coletas de dados: a entrevista semiestruturada e o questionário.

A entrevista semiestruturada (APÊNDICE A) foi elaborada e aplicada com a direção da escola na intenção de colher informações a respeito do espaço físico da instituição escolar e de que forma o ensino com a pandemia estava sendo realizado, com que desafios estavam lidando.

A entrevista semi-estruturada segundo Castilho, Borges e Pereira (2011) é:

O encontro de duas pessoas com o objetivo de obter informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversa natural ou programada de forma profissional (estruturada ou semi-estruturada que intercala perguntas do roteiro e outras que surgem com o desenvolver da entrevista. A conversa é efetuada frente a frente com o entrevistado e entrevistador, de forma sistemática e metódica, possibilitando assim, obter informações necessárias do entrevistado para a realização do trabalho (CASTILHO; BORGES; PEREIRA, 2011, p. 13).

Outro instrumento de coleta de dados que usamos na pesquisa foi o questionário. De acordo com Prodanov e Freitas (2013),

O questionário é uma serie ordenada de perguntas que devem ser respondidas por escrito pelo informante (respondente). O questionário, numa pesquisa, é um instrumento ou programa de coleta de dados. Se sua confecção for feita pelo pesquisador, seu preenchimento será realizado pelo informante ou respondente (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 108).

Gil (2009), compreende questionário como “instrumentos de coleta de dados que são preenchidos pelos informantes sem a presença do pesquisador”. Usando o questionário tivemos a intenção de alcançar respostas às perguntas feitas aos

professores que lecionam a componente curricular filosofia. As perguntas estão ligadas diretamente a proposta da pesquisa.

Os questionários (APÊNDICES B, C) foram direcionados a cinco professores que trabalham com o componente curricular Filosofia. Três professores eram do sexo feminino e 2 professores do sexo masculino. Os cinco professores estão divididos por turno, onde. A instituição escolar funciona nos três turnos: matutino, vespertino e noturno. Os cinco professores estão distribuídos nos três turnos. Esses professores complementam a sua carga horária com outras disciplinas, assim nos explicou a direção da instituição escolar.

Devido à pandemia do Covid 19, que nos impossibilitou seguirmos todas as fases empíricas da pesquisa, foi utilizado o questionário em duas fases: a primeira teve um questionário em forma de sondagem para que pudéssemos ouvir os professores e saber quais eram os principais desafios em ensinar filosofia no Ensino Médio. Foi estruturado com cinco questões. A segunda fase veio após a construção do produto educacional que foi enviado aos professores para que pudessem analisá-lo e tecer suas impressões, considerações acerca do material. Foi acompanhado por três perguntas que estão detalhadas no tópico “Análise e discussões”.

Utilizamos como técnica para análise e interpretação de dados, a análise de conteúdo, onde foram analisados os discursos dos sujeitos envolvidos na pesquisa ao longo do processo investigativo e suas relações com o aporte teórico utilizado. Bardin (1979), citado pelos autores Gerhardt e Silveira (2009), ressalta que

A análise de conteúdo representa um conjunto de técnicas de análise das comunicações que visam a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e recepção dessas mensagens (BARDIN, 1979, p. 42 apud GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 84)

Neste período, tendo em vista o contexto de grandes dificuldades pela qual vem passando a sociedade mundial, causado pela Covid 19, que exigiu novas posturas da sociedade e, respeitando as recomendações sanitárias como o distanciamento social, para a aplicação do questionário foram utilizados: o *Whatsapp* e o Google Meet e o Google forms.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção, apresentamos duas seções secundárias. A primeira versa sobre os resultados obtidos por meio do seguinte instrumento de coleta de dados: O questionário. Que foi aplicado de forma remota em duas etapas. As informações obtidas foram fundamentais para contribuir com as discussões e reflexões situadas na fundamentação teórica e para a construção e impressões dos professores acerca do produto educacional desenvolvido no intuito de contribuir com o ensino de filosofia no Ensino Médio, levando em conta o contexto específico da pesquisa. A próxima seção secundaria traz uma descrição acerca da estrutura do produto educacional desenvolvido e traduzido como uma proposta metodológica interdisciplinar para o ensino de filosofia.

5.1 Aplicação dos questionários

Tendo em vista uma série de desafios que tivemos que enfrentar diante da pandemia que afetou todas as grandes nações espalhadas pelo mundo, e que nos fez mudar a direção de nossa pesquisa, não tornando possível a realização de algumas etapas propostas pelo Programa de Mestrado Profissional e pela própria pesquisa, trouxemos para a análise e discussão os dados, as respostas às perguntas elaboradas em formato de questionário, onde usamos o *Whatsapp*, *Google Meet* e a plataforma do *Google Forms* como recurso para alcançarmos esse objetivo. Foram perguntas voltadas para professores que atuam na educação pública de Nível Médio, titulares do componente curricular filosofia, especificamente, do C. E. José Augusto Barros, localizado no município de São Mateus do Maranhão. Pelo teor de dificuldade e pela restrição da instituição escolar escolhida como *lócus* da pesquisa conseguimos os dados de cinco professores que aparecerão de forma anônima como P1, P2, P3, P4, P5.

Os questionários (APÊNDICES B, C) foram elaborados e aplicados em duas fases da pesquisa: a primeira fase teve como objetivo sondar os desafios e as maneiras como os professores trabalham com o componente curricular filosofia. A

segunda fase teve como objetivo saber o que os professores pensam sobre a música como colaboradora nas aulas de filosofia e colher suas impressões acerca do caderno com orientações metodológicas intitulado: “Filosofando com Música: experiência metodológica interdisciplinar”.

O primeiro questionário teve cinco questões (Quadro 1) e o segundo questionário três questões (Quadro 2).

Quadro 1. Questionário 1.

Questões	Respostas
1 Você é licenciado (a) em Filosofia?	P1 Respondeu: “Não” P2 Respondeu: “Sim” P3 Respondeu: “Sim” P4 Respondeu: “Não” P5 Respondeu: “Não”
2 Existem desafios e dificuldades acerca do ensino de filosofia no ensino médio? Se sim, Quais são percebidos por você?	P1 Respondeu: “A falta de interesse dos alunos por parte da filosofia”. P2 Respondeu: “Uma das dificuldades é que muitos não levam a sério o estudo de Filosofia, mesmo sabendo a grande importância em seu cotidiano”. P3 Respondeu: “A falta de leitura e reflexão sobre os temas abordados”. P4 Respondeu: “Dificuldade com interpretação e falta de hábito à leitura.” P5 Respondeu: “Indisciplina, pouca leitura, dificuldade com textos filosóficos”.
3 Qual o nível de receptividade dos estudantes no que trata às aulas de filosofia?	P1 Respondeu: “Não dão a devida importância para a disciplina como é o caso de matemática e língua portuguesa”. P2 Respondeu: “Muitos não tem hábito de leitura, dificultando a compreensão no contexto filosófico”. P3 Respondeu: “Por não ter tido uma introdução da disciplina no Ensino Fundamental, a filosofia no Ensino Médio acaba não recebendo a devida atenção dos alunos”. P4 Respondeu: “Alguns alunos reclamam da dificuldade em entender a filosofia.” P5 Respondeu: “ Não acham importante, talvez pelo tempo que ficou foram dos currículos das escolas”.
4 Que metodologias você costuma usar nas aulas de filosofia? Descreva.	P1 Respondeu: “ textos, documentários, seminários. P2 Respondeu: “ filmes, textos, seminários P3 Respondeu: “ Aula expositiva e dialogada, filmes, revistas” P4 Respondeu: “Músicas, documentários, seminários, textos.” P5 Respondeu: “Apresentação de trabalhos, pesquisas individuais e em equipe, vídeos”.

5 Que dificuldades surgiram em relação aos estudantes e os conteúdos filosóficos com a presença da pandemia do Covid-19?	P1 Respondeu: “A falta de interesse só aumentou.” P2 Respondeu: “Vários, além da adequação aos conceitos, muitos moram na zona rural, sem acesso a internet, mesmo fazendo a busca ativa fica muito a desejar”. P3 Respondeu: “As aulas online, pois não atendiam a demanda dos alunos”. P4 Respondeu: “A falta de receptividade dos alunos, a não entrega da maioria das atividades e a falta de muitos alunos”. P5 Respondeu: “O acesso dos alunos às aulas remotas por conta da internet e dos instrumentos como os celulares que nem todos tinham posse.”
--	---

As repostas à questão 1, dada pelos professores demonstra aquilo que já vínhamos sublinhando, ou seja, a grande maioria dos docentes que atuam com o componente curricular Filosofia no Ensino Fundamental e, principalmente, no Ensino Médio, não estão habilitados para tal função. Essa problemática foi sublinhada entre outros autores pelo professor Lindberg (2021), onde relata que a cada dois professores que lecionam o componente curricular filosofia hoje no Brasil, um não é licenciado na área específica. Gomes (2017), comenta acerca do fato, sublinhando que pesquisas no ano de 2015, de propriedade da Folha de São Paulo, já apontavam que a maioria dos docentes que lecionam no Ensino Médio no Brasil, não trabalham na área específica de formação e a filosofia ocupava nesse período o segundo lugar entre os docentes que trabalham em disciplinas que não são formados.

Chauí (2010), já relatava sobre a importância de se ter profissionais formados na própria área para que dessa forma sejam trabalhados os pressupostos filosóficos com maior propriedade, domínio e lucidez. Alves (2002), também já relatava suas expectativas não correspondidas no Ensino Médio com uma professora licenciada em pedagogia que foi lecionar filosofia e não atendeu a sua expectativa e a de outros alunos, demonstrando que a formação específica faz muita diferença.

A Resposta da questão 2, demonstra a grande dificuldade que os professores que atuam com o componente curricular Filosofia tem em encontrar formas, maneiras de aproximar os pressupostos filosóficos dos estudantes do Ensino Médio, normalmente trazem na bagagem metodologias que quando alunos seus professores usavam, como foi sublinhado por Cerletti (2009) e Gallo (2012). Muitas vezes usando de metodologias que eram próprias da formação superior. A esse respeito Nobre e Terra (2007) comentam que não tem sentido formar um professor

de filosofia que seja apenas especialista, porque, em primeiro lugar, ele será totalmente ineficaz no ensino médio. Em segundo lugar, será improdutivo, porque se conseguir ensinar algum aluno, não conseguirá construir um pensador que esteja preocupado com a inserção da cultura na sociedade da perspectiva que é própria da filosofia.

Sobre isso, Chauí (2010), já relatava sobre a importância de se ter profissionais formados na própria área para que dessa forma sejam trabalhados os pressupostos filosóficos com maior propriedade, domínio e lucidez. Alves (2002), também já relatava suas expectativas não correspondidas no Ensino Médio com uma professora licenciada em pedagogia que foi lecionar filosofia e não atendeu a sua expectativa e a de outros alunos, demonstrando que a formação específica faz muita diferença.

A Resposta da questão 3, dada pelos professores enfatiza entre outras coisas que o estudante ainda é visto por uma parte considerável de professores como o grande responsável pelo seu fracasso escolar. É o “vilão” de seu próprio processo educativo. Uma nova forma de metodologia que possa impactar esse estudante não está nos relatos dos professores como uma possibilidade de melhorar o aprendizado dos estudantes e sua visão positiva acerca dos pressupostos filosóficos. Como relata Rodrigo (2009), diante deste novo cenário em que a escola conseguiu absorver uma parcela considerável de sujeitos que estavam fora da escola e que em sua bagagem trouxeram uma série de desafios ao processo ensino-aprendizagem, é preciso está sempre inovando, construindo novas formas, caminhos, traduzidos como novas metodologias, que consigam fazer a diferença no âmbito da aprendizagem destes estudantes. “não há ensino se não houver aprendizado”.

Acerca da questão, Gontijo e Valadão (2004), já enfatizavam que essa não identificação dos estudantes do Ensino Médio com a Filosofia por razões que já foram colocadas no corpo da dissertação, está na relação conflituosa entre currículo e filosofia que no decorrer da história causou oscilações quanto ao ensino de filosofia, ora presente, ora ausente. Tal movimento acabou ofuscando a necessidade e importância da filosofia dentro dos currículos. Isso acabou desvalorizando-a frente a disciplinas como Língua Portuguesa e Matemática, onde quase que de forma automática, não perguntam por que elas têm que ser estudadas, ao contrário da Filosofia que tem que justificar o tempo todo sua razão de ser dentro da educação. As dificuldades com a leitura por falta de hábito e deficiência quanto a interpretação

textual são dificuldades que Rodrigo (2009), coloca em seus escritos, onde tais desafios dificultam ainda mais a Filosofia de ser vista como componente curricular importante para o estudante. A ausência do hábito da leitura e a fragilidade interpretativa em suas leituras acabam afastando-os dos pressupostos filosóficos.

A questão 4, trata das respostas acerca das metodologias que costumam usar em suas aulas de filosofia. Entre os itens mais citados apareceram textos, em seguida seminários e documentários, e em ultimo lugar apareceu a música. Isso se traduz na pouca exploração da música como metodologia dos professores entrevistados.

A resposta da questão 5, trata de nosso atual contexto pandêmico e o quanto tem dificultado a educação, sobretudo, a brasileira, de exercer sua função social. Onde os professores acrescentam, agora, outras dificuldades em relação aos estudantes e aos pressupostos filosóficos. Aqueles que já não se identificavam com a Filosofia tiveram razões de sobra para afastarem-se ainda mais. Muitos estudantes da U. E. José Augusto Barros residem na zona rural da cidade de São Mateus do Maranhão, onde nessas localidades não tem acesso à internet. Mesmo a escola usando da proposta de impressão de atividades para aqueles que não têm acesso à internet, muitos não vão ao encontro das atividades impressas, mesmo a instituição escolar indo a seus encontros com iniciativas como a “busca ativa”, maneira que a escola encontrou de não perder os laços afetivos e educativos com os estudantes.

Os dados conseguidos por meio do instrumento de coleta de dados (questionário), relatados pelas professoras vieram confirmar desafios e problemáticas que os autores vêm sublinhando no decorrer da pesquisa. Foram relatos de grande valia para a pesquisa, pois demonstram que, o que viemos analisando e discutindo até o momento tem raízes concretas na realidade educativa, especificamente, no “chão da escola”, em relação direta com o componente curricular Filosofia e com o contexto do Ensino Médio público.

É visível nos relatos tratados, nas respostas dadas pelos professores identificarmos a necessidade de um elo que ligue os estudantes mesmo diante de várias circunstâncias a filosofia e seu ensino. Podemos traduzir esse elo como metodologias diferenciadas que possam contribuir com o ensino de filosofia. Neste caso, traremos uma metodologia de natureza interdisciplinar, tendo a Música como importante colaboradora.

A seguir, discutimos as informações coletadas no segundo questionário (Quadro 2).

Quadro 2. Questionário 2.

Questões	Respostas
1 Em sua opinião, a Música pode contribuir com o ensino de filosofia? Se sim, como? Se não, por quê?	P1 Respondeu: “Sim, por que em muitas músicas há uma reflexão sobre seu tempo.” P2 Respondeu: “Acredito que sim, além de ser agradável pode facilitar a concentração e o desenvolvimento do raciocínio.” P3 Respondeu: “Sim. No entanto, temos trabalhado pouco com a música. Penso que ela pode dar muitas contribuições ao pensamento filosófico.” P4 Respondeu: “Contribui significativamente. A música mexe com nosso espírito, dá liberdade ao nosso pensamento e nos faz adentrar em um processo reflexivo com mais facilidade.” P5 Respondeu: “Sim, pois a música tem uma capacidade enorme de traduzir e interpretar sentimentos e pensamentos.”
2 Você costuma inserir a música como colaboradora nas aulas de filosofia? Se sim, que resultados obteve?	P1 Respondeu: “Sim. Melhor entendimento sobre o assunto”. P2 Respondeu: “Ainda não” P3 Respondeu: “Sim, o resultado é a reflexão”. P4 Respondeu: “Até que pensei usar em algumas aulas, mas ainda não foi possível.” P5 Respondeu: “Já usei em algumas aulas e obtive bons resultados. Principalmente acerca do envolvimento e participação dos estudantes na discussão.”
3 Faça uma análise do produto educacional Filosofando com Música: experiência metodológica interdisciplinar, a partir dos seguintes pontos: a) O que mais lhe chamou a atenção no material? b) A partir do seu contexto de sala de aula é possível a execução desta metodologia? Justifique. c) Que sugestões você dar como acréscimo ao produto educacional? d) O material pode contribuir com o ensino de filosofia? Se sim, qual a principal	P1 Respondeu aos pontos: a) “O material está muito bem organizado. Mostra um cuidado em sua construção. O design e as músicas estão em consonância com as temáticas”. b) “A partir das sugestões didáticas que estão em todo o material, as músicas e as temáticas pertinentes é, sem dúvida, possível sua execução.” c) “Em minha opinião não requer acréscimo. Talvez possamos fazer relações com outras temáticas e músicas”. d) “A maneira como o material foi organizado, as relações que são feitas entre as músicas e as temáticas filosófica podem produzir no aluno o estímulo a reflexão e ao pensamento crítico.”

contribuição em sua opinião?	
P2 Respondeu aos pontos:	
a)	“O que mais me impressionou no trabalho foram as músicas em relação com as temáticas. Casaram muito bem. Nos levando a refletir sobre questões de forma mais atraente.”
b)	“Acredito que é possível executarmos sim o material em nosso contexto de sala de aula. Digo mais; é necessário que seja implementado, pois traz grandes possibilidades que podem nos ajudar a discutirmos os fundamentos filosóficos”.
c)	“Como para mim esse material é uma novidade. Penso que se houver acréscimos, virá com o tempo”.
d)	“As contribuições desse material ao ensino de filosofia são muitos. A começar pela forma diferente como podemos abordar as temáticas filosóficas em relação com a música. Trabalhar dessa forma toca em nossos afetos, emoções, sensibilidades e gostos. Sabemos que os pressupostos filosóficos são complexos e o incremento da música pode colaborar importante”.
P3 Respondeu aos pontos:	
a)	“A forma coerente como estão relacionadas as músicas e as temáticas. Fora as sugestões didáticas que nos orientam como podemos proceder em cada aula. As atividades também são interessantes”.
b)	“Acredito que a metodologia interdisciplinar, entre a filosofia e a colaboração da música é muito importante, pois consegue através de suas letras e canções envolver os alunos, traduzindo as temáticas de forma mais clara”.
c)	“O acréscimo que poderíamos fazer seria em relação a sugerir outras temáticas que pudessem está em conexão com as músicas que aparecem no material”.
d)	“O material pode ser um grande estimulante para a reflexão e para a construção do conhecimento entre os alunos. Pois a arte, de forma específica, a música, trata do gosto e da sensibilidade. Essa relação entre filosofia e música pode elevar o interesse dos alunos pelas temáticas filosóficas”.
P4 Respondeu aos pontos:	
a)	“O design do material já chama a atenção. Os textos estão ligados às canções. As atividades e as sugestões didáticas são bem interessantes”.
b)	“Pela linguagem empregada e os textos não tão amplos e, as canções fazendo uma ligação com cada temática, há sim possibilidade de ser implementado em nossas aulas. Será de grande valia”.
c)	“O material está muito bom. É claro que sempre podemos acrescentar algo para melhorar ainda mais. Minha sugestão seria acrescentar outros textos e com outros temas que podem enriquecer ainda mais o material”.
d)	“Seria no quesito reflexão, pois o material tendo textos e canções dialogando mutuamente e de forma coerente, consegue prender e fazer o estudante desenvolver reflexões a nível de realidade e com teor de criticidade.”
P5 Respondeu aos pontos:	
a)	“O que mais me chamou a atenção no material foi a conversa que é feita entre os temas, assuntos e as músicas, sem falar no formato do material, muito bom.”
b)	“Sim. Por que são até mesmo professores que não são da área da filosofia conseguem trabalhar com o material. É bem didático. As sugestões didáticas ajudam muito.”
c)	“Está muito bom. Eu não acrescento por essa razão. É um material muito útil para as discussões filosóficas no ensino médio”.
d)	“Penso que sim. A contribuição é com o próprio Ensino Médio. Com a nossa realidade que é muito difícil. Onde temos que encontrar formas de motivar os estudantes para o pensamento crítico e para a reflexão. Uma tarefa não tão fácil de realizar”.

Nas respostas da questão 1, todos professores confirmaram que a música pode sim contribuir com o ensino de filosofia. Mesmo que alguns ainda não tenham feito uso de seus recursos. A respeito da música Paiva (2014), comenta que a importância desta em colaboração com o ensino de filosofia, reside na aproximação com a linguagem dos jovens. Há uma leveza na apresentação dos conteúdos, contextualizado e com descontração. Lopes (2014) vê a contribuição da Música para com a filosofia como uma quebra de passividade e também como um fator facilitador de entendimento.

Nas respostas dadas pelos professores acerca da questão 2, ficou evidente que alguns professores já inseriram a música em suas aulas de filosofia e obtiveram bons resultados, outros ainda não inseriram. Aqui, aparece uma relação interdisciplinar entre a filosofia e música. Acerca desta questão, Japiassu (1976) enfatiza que a relação interdisciplinar diz respeito ao diálogo entre disciplinas sem perder de vista a autonomia e o papel que cada uma exerce dentro do seu próprio âmbito epistemológico. Para Fazenda (2008), outro ponto importante acerca da relação interdisciplinar é a convicção naquilo que se está fazendo, pois se isso não ocorre as disciplinas se relacionam apenas por mera conveniência.

A questão 3 se refere a aplicabilidade do produto educacional que por não ter sido aplicado em sala de aula, tivemos que enviá-lo para os professores analisarem sua utilidade como metodologia para as aulas de filosofia. Foi enviado aos mesmos professores que participaram do primeiro questionário. Pelo tempo disponível, apenas duas professoras analisaram o material. De acordo com suas respostas, o produto educacional pode contribuir com as aulas de filosofia: “É de bom proveito e pode contribuir muito nas aulas de filosofia”; “O produto filosofia com música é grande recurso que está ao alcance de todos e que pode contribuir como um objeto de reflexão, pois a Filosofia está em todas as áreas de conhecimento na vida dos homens”.

Posteriormente, em circunstâncias favoráveis, temos a intenção de aplicar o produto educacional no lócus da pesquisa em colaboração com os professores e estudantes nas turmas de 1º ano do Ensino Médio.

5.2 Descrição do produto da pesquisa

Quando iniciamos os primeiros passos do estudo para a concretização da dissertação do Mestrado Profissional em Educação, tínhamos consciência que deveríamos no decorrer da pesquisa construir, desenvolver um produto educacional. Como norma, tínhamos também que aplicá-lo em sala de aula. Norma que regulamenta os Mestrados Profissionais. No entanto, tivemos que descartar esta fase da pesquisa em razão do momento pandêmico em que o mundo está passando e o nosso país no momento é um dos mais atingidos, tendo elevados índices de infectados e mortos.

Começamos a pensar no produto educacional, desde quando iniciamos no mestrado. A ideia foi ficando mais clara quando intensificamos a revisão de literatura, onde fomos percebendo as várias problemáticas que giram em torno da filosofia e seu ensino, de forma específica, no Ensino Médio. A partir daí, resolvemos aceitar o desafio proposto de desenvolver um produto educacional que se traduzisse em uma metodologia para o ensino de filosofia tendo como interface outro campo de conhecimento.

A construção do produto educacional perpassa por uma perspectiva interdisciplinar em colaboração direta com a Música, onde destacamos a importância de ouvir a melodia e analisar a letra. As músicas escolhidas perpassam por gêneros musicais como o popular e brasileiro e um pouco de rock nacional e Rap. Cada gênero escolhido teve como um dos critérios melodias e letras e suas ligações que poderão ser feitas com as temáticas discutidas e refletidas. Neste sentido, a Música tem entre outras contribuições, a sensibilização por meio da canção e a possibilidade de acrescentar mais informações e reflexões à discussão, a partir de suas letras.

Sem termos a fase de aplicação do produto, este virá na dissertação na parte dos apêndices como uma proposta metodológica. Esta proposta poderá ser aplicada em sala de aula pelos próprios professores que ministrem a disciplina de filosofia no Ensino Médio.

Acreditamos que em outro momento oportuno poderemos junto aos professores realizar oficinas que ampliem ainda mais o conhecimento acerca da metodologia materializada no produto educacional.

O caderno com orientações metodológicas produzido é intitulado Filosofando com Música: experiência metodologia interdisciplinar. Dentro do material, traremos temáticas voltadas para o público do Ensino Médio, para estudantes do 1º, 2º e 3º anos. Não temos a intenção de substituir o livro didático. Em razão disso, não seguiremos uma linha do tempo como os livros didáticos voltados para o componente curricular filosofia comumente apresentam.

Como mencionado, buscamos com o produto educacional favorecer o ensino filosófico, torná-lo mais próximo da realidade do jovem maranhense que está inserido no contexto do Ensino Médio.

Neste sentido, filosofia e música poderão proporcionar aos estudantes do Ensino Médio, aventuras ao nível do pensar que irão das temáticas voltadas ao ser humano à canções que contribuem para construção de conceitos e posicionamentos críticos.

O caderno com orientações metodológicas está estruturado em Apresentação, Introdução, Desenvolvimento e Conclusão.

As Temáticas estão divididas duas partes. A Parte I trata das “Reflexões em meio ao mundo da prática”, dividida em 6 aulas (Quadro 3).

Quadro 3. Descrição da Parte I – Reflexões em meio ao mundo da prática

Aula		Descrição
Aula 1	Tema	O que é a filosofia? Para que serve?
	Música	“Filosofia” (Noel Rosa) segue um link de acesso à música
	Exercitando o pensar	Para saber mais
		Atitudes reflexivas
Aula 2	Tema	Consciência Crítica: por que ter uma?
	Música	“Geração Coca – cola” (Legião Urbana) segue o link de acesso à música
	Exercitando o pensar	Para saber mais
		Atitudes reflexivas
Aula	Tema	Política, o que é?

3	Música	“Político de estimação” (Detonautas) segue o link de acesso à música
	Exercitando o pensar	Para saber mais Atitudes reflexivas
Aula 4	Tema	A corrupção e a política, o que vem depois?
	Música	“Que país é esse?” (Legião Urbana) segue o link de acesso à música
	Exercitando o pensar	Para saber mais Atitudes reflexivas
Aula 5	Tema	Ideologia, quero uma pra viver!
	Música	“Ideologia” (Cazuza) segue o link de acesso à música
	Exercitando o pensar	Para saber mais Atitudes reflexivas
Aula 6	Tema	A participação política dos jovens?
	Música	“Não é sério” (Charles Brown Jr.) segue o link de acesso à música
	Exercitando o pensar	Para saber mais Atitudes reflexivas

A segunda parte, Parte II, versa sobre “O que nos move a agir e interagir na sociedade?” e está dividida em 4 aulas (Quadro 4).

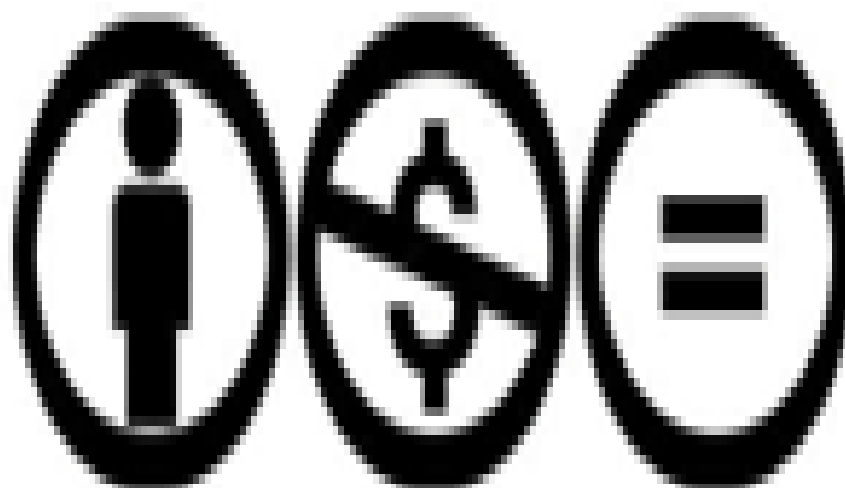
Quadro 4. Descrição da Parte II – O que nos move a agir e interagir na sociedade?

Aula		Descrição
Aula 7	Tema	Alienação
	Música	“Admirável Chip Novo” (Pitty) segue o link de acesso à música

	Exercitando o pensar	Para saber mais Atitudes reflexivas
Aula 8	Tema Música Exercitando o pensar	Os meios de comunicação e as Fake News “Um só” (Gabriel o Pensador) segue o link de acesso à música Para saber mais Atitudes reflexivas
Aula 9	Tema Música Exercitando o pensar	O trabalho alienado e a mais valia “Cidadão” (Zé Ramalho) segue o link de acesso à música Para saber mais Atitudes reflexivas
Aula 10	Tema Música Exercitando o pensar	A televisão, bandido ou mocinho? Televisão (Titãs) segue o link de acesso à música Para saber mais Atitudes reflexivas

As principais imagens que estruturam o produto educacional, tratam-se do código de licença que está contido no produto educacional (FIGURA 6)

Figura 6. Código de licença.



São Luís
2021

Na Figura 7, observa-se a imagem da capa do Caderno com Orientações Metodológicas que traz informações como: nome do autor e título do produto educacional.

Figura 7. Capa do Caderno com Orientações Metodológicas



Fonte: Pesquisa empírica (2021).

A Figura 8 se refere à abertura da parte I que traz em sua estrutura 6 aulas. Anuncia os temas que irão ser tratados.

Figura 8. Parte I – Reflexões em meio ao mundo da prática.



A figura 9, trata-se das sugestões dadas de como desenvolver cada aula contida no produto educacional.

Figura 9. Sugestões didáticas.

SUGESTÕES DIDÁTICAS

- ✓ Aula expositiva e dialogada, levantando reflexões que contribuam com os alunos acerca da construção do conceito do que seja filosofia.
- ✓ O professor deve examinar o que os alunos já sabem a respeito da temática. Após esse diagnóstico deve ampliar a discussão trazendo mais informações, como filósofos que no decorrer da história da filosofia discutiram acerca do conceito de filosofia, tendo como contribuição o texto e a música que se segue.
- ✓ Deve estimular os alunos a ouvirem a música "Filosofia", composição de Noel Rosa e interpretada pela cantora Maria Gadú. Motivando-os a fazerem a relação entre o que significa a filosofia, sua importância e o que a Música os faz refletir sobre a temática. É fundamental para a metodologia que a música seja ouvida. Depois a letra deve ser analisada.
- ✓ Logo depois, deve propor uma atividade aos alunos que contribua com a capacidade de cada um de construir e atualizar essa temática para sua vida. As questões devem ser propostas em relação direta com a música "Filosofia".

9

A figura 10, se refere a uma das temáticas que estão contidas no produto educacional. Já sugere o formato em que cada temática aparecerá e que já estão delineadas em como proceder seu desenvolvimento na imagem “sugestões didáticas”.

Figura 10. Os jovens e a participação política.

OS JOVENS E A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

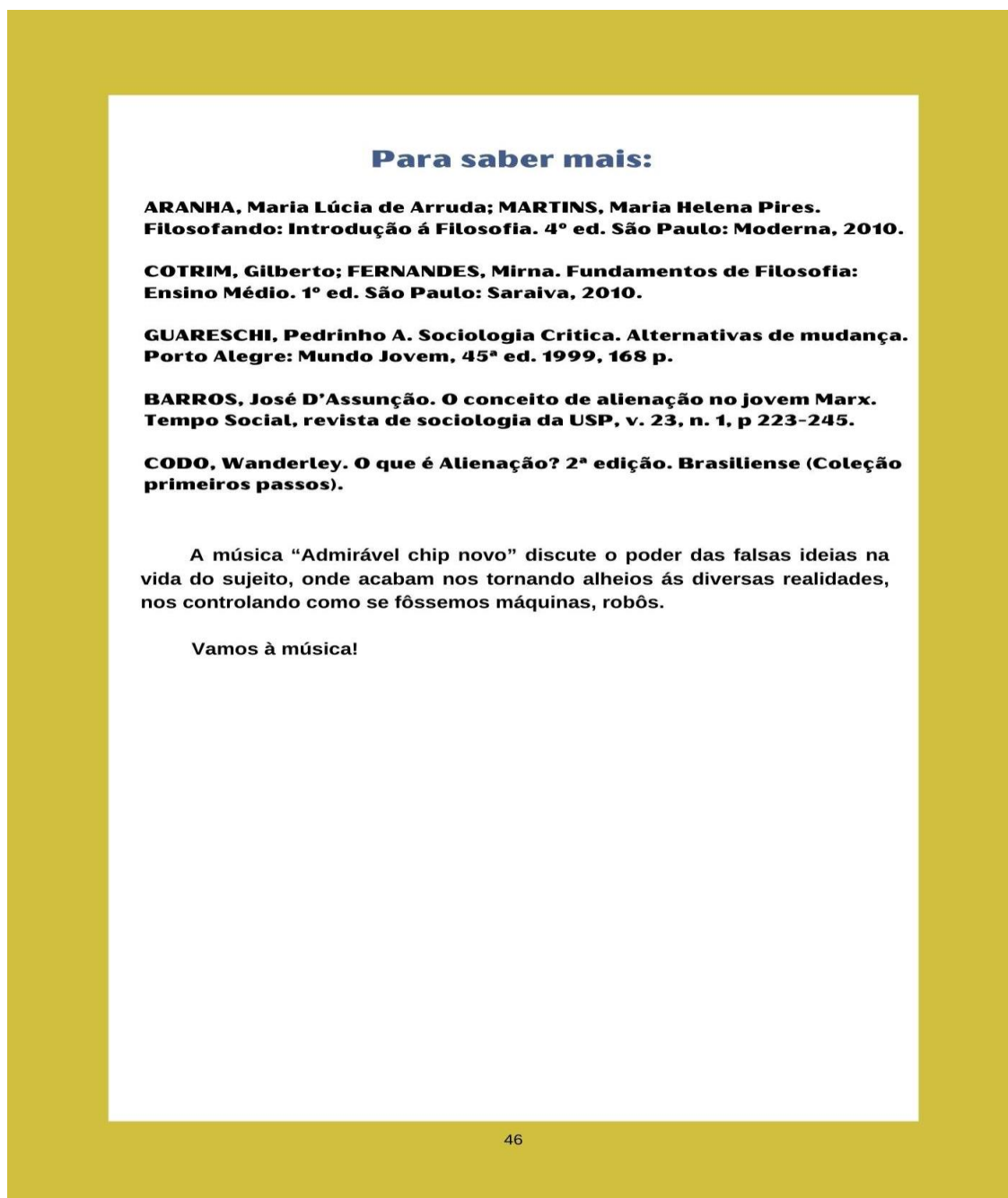


Há uma frase que já se tornou Clichê: “Os jovens são o futuro do país”. Mas em que sentido, e até que ponto essa afirmativa corresponde com a verdade dos fatos? Os jovens são ouvidos? Os jovens tem espaço para participar das decisões do país? Quando o jovem é convidado a opinar? Será que só quando é para ir a uma urna e dá seu voto a algum representante?

Na década de 1960, vimos uma efervescência da participação do jovem espalhada pelo mundo, Raul Seixas cantava a sociedade alternativa. Eclodia uma série de movimentos encabeçados pelos jovens exigindo liberdades civis democráticas, causa feminista, liberdade sexual, direitos dos imigrantes, participação -que tivessem o direito de ser ouvidos. Maio de 68 foi um marco desses movimentos na França. Vários intelectuais franceses participaram, entre eles destacam-se os filósofos: Jean - paul Sartre, Michel Foucault, Gilles Deleuze, A escritora e intelectual Simone de Beauvoir.

A Figura 11, se refere ao modelo do item “Para saber mais” que compõe o material. Apresenta outras fontes de pesquisa que ajudam a ampliar o conhecimento acerca das temáticas em discussão.

Figura 11. Para saber mais.



Fonte: Pesquisa empírica (2021).

Na figura 12, é mencionado o formato como cada música aparece no material. As músicas que compõem o material têm uma importante colaboração na compreensão das temáticas em discussão, pois sua importância reside em sensibilizar os alunos acerca das temáticas, em sua capacidade de comunicação que acontece por meio de suas letras, gêneros musicais e melodias.

Figura 12. Música de Gabriel, o pensador “Um Só”.

Música de Gabriel o pensador “Um só”

Eu não sei se ele era antigo e tava congelado
Se era alguém que tinha morrido e foi ressuscitado
Ou se veio do futuro teletransportado
Se era um ser de outro planeta e tava disfarçado

Eu só sei que no começo ele nem foi notado
Carregando o seu sorriso e observando tudo
Muito medo e muita raiva por todos os lados
E ele calmo, protegido por um belo escudo

Caminhava devagar mas ia sempre em frente
E tratava sempre igual todo tipo de gente
Corajoso e consciente do poder do amor
Entendia da alegria e também da dor

Espalhava poesia até sem dizer nada
Num momento em que ninguém queria ouvir
ninguém
Seu silêncio era sincero e nos lembrava que a
verdade pode ser manipulada pro mal ou pro bem

Pouca gente dava ouvidos pro que ele dizia
Preferiam suas próprias frases feitas
Não queriam abrir os olhos nem abrir caminhos
Tão fechados nas esquerdas e direitas
As pessoas em geral nunca estão satisfeitas

Sempre querendo estar onde não estão
Se o João tem uma visão e o José não aceita
O José arranca os olhos do João
Pedro vê José sorrindo e quer vingança por João



**Não adianta
olhar para o
céu com muita
fé e pouca luta.**

Gabriel Pensador

Então fura os olhos de José com pregos
E assim, olho por olho e dente por dente
Ninguém mais pode sorrir e todos ficam
cegos

Banalizam a violência e a coerência some
Já não sabem se são homens ou são ratos
Dominados por aquilo que consomem
Acreditam mais nas "fakenews" do que nos
próprios fatos

O povo heroico não tá só no hino
Talvez seja o nosso destino ser fortes
Lutar de verdade por dignidade
Por mais independência e menos mortes

Quem nos divide é pra nos dominar
E o mapa da mina pra quem nos domina é a
gente que dá
Pra nos derrubar igual dominó da maneira
mais fácil
Criando um espaço entre as peças
As peças que unidas seriam espessas
Mas eles nos querem batendo cabeças
gritando palavras de ordem

Em cada um de nós, eu disse em cada um de
nós, tem um gigante dormindo
E quem nos divide não quer que os gigantes
acordem!

52

Fonte: Pesquisa empírica (2021).

A Figura 13, cita as atividades que aparecem ao final de cada temática intitulada como “Atitudes reflexivas”. Este item exerce a função de contribuir com uma síntese que deve ser feita pelos estudantes acerca dos conhecimentos construídos a partir das análises e discussões feitas em torno das temáticas.

Figura 13. Atitudes reflexivas.

ATITUDES REFLEXIVAS

1 – O que sugere a imagem acima do texto sobre “o que é a filosofia?” e qual a sua função?

2 – A partir do que foi exposto no texto, reflita sobre a importância da filosofia na vida do ser humano e da sociedade, principalmente em tempos atuais.

3- Após ouvir a música “Mora na Filosofia” de Monsueto, que relação você faz entre o que está escrito na letra e o conceito de filosofia?

4 -No texto aparece a filosofia como sendo perseguida por sua forma indagadora e crítica de se postar diante das questões da vida prática. Acerca disso, em que momento da música “filosofia” podemos constatar esse fato?

13

Fonte: Pesquisa empírica (2021).

6 CONCLUSÃO

Ter a oportunidade de realizar esta pesquisa acerca das inúmeras dificuldades e desafios que estão envoltos no ensino de filosofia foi fundamental para trilharmos caminhos que nos levassem a refletir sobre as formas, maneiras que pudessem ser encontradas para tornar o ensino de filosofia e seus pressupostos mais próximos dos estudantes que fazem parte do contexto do Ensino Médio público.

Para tal feito, tivemos a interface entre a filosofia e a Música, onde nos foi dada a oportunidade de conhecer mais de perto esta última, através de conceitos, sua importância para o processo educativo e para o ensino de filosofia, além de termos exercitado trabalhar os pressupostos filosóficos de forma interdisciplinar, respeitando as fronteiras epistemológicas existentes entre Filosofia e Música.

Durante o desenvolvimento da pesquisa tivemos muitos percalços. Entre eles, fomos pegos de surpresa por uma pandemia que afetou o planeta. Esse novo contexto também nos fez repensar alguns passos estruturantes do Programa de Mestrado Profissional e que deveríamos trilhar para que conseguíssemos corresponder a contento as expectativas da pesquisa. A pandemia nos exigiu o distanciamento social. Por essa razão, não conseguimos atingir ou realizar algumas fases da pesquisa que estavam previstas no contexto anterior à pandemia. Entre elas estão: uma parte da pesquisa empírica, como a aplicabilidade do produto com os sujeitos envolvidos: docentes e discentes. Nos restringimos em fazer entrevista e aplicação de questionários com professores do Ensino Médio por meio remoto, usufruindo do recurso do *Whatsapp* e do *Google Meet*.

Por meio dos instrumentos de coleta de dados foi possível ter contato com as impressões dos professores acerca dos desafios que rondam o ensino de filosofia e visualizar a partir daí, uma metodologia que pudesse contribuir de forma singular com o contexto específico da pesquisa. A interface feita entre Filosofia e Música é de fundamental importância para aproximar os estudantes, seu cotidiano, sua linguagem, suas impressões, dos conhecimentos filosóficos.

Podemos afirmar, a partir de vários autores que fundamentam a pesquisa e das impressões dos professores ouvidos nos questionários que é possível sim, o ensinar filosofia de maneira significativa, a partir de metodologias que levem em

conta a linguagem, as questões que afetam os estudantes cotidianamente e suas impressões acerca de sua existência.

Entre Filosofia e Música é possível haver diálogo, uma interface que respeite o espaço epistemológico, a autonomia de cada campo de conhecimento. Tal relação está materializada no produto educacional *Filosofando com música*: experiência metodológica interdisciplinar, analisado pelas professoras por meio de um segundo questionário que teve como objetivo saber se o material seria útil, traria contribuições as suas práticas docentes. O resultado foi positivo. As respostas concorreram para reconhecer que o material pode contribuir com as aulas de filosofia no contexto do Ensino Médio.

Esperamos com a pesquisa e com as sugestões que estão inseridas no produto educacional ter contribuído com o contexto específico da pesquisa e com a ampliação das discussões acerca do ensino de filosofia no Estado do Maranhão e com as pesquisas que buscam implementar a filosofia e seu ensino por meio de novas metodologias, formas de aproximar as temáticas filosóficas do público jovem que encontra-se no cenário do Ensino Médio.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000. 1014p.

ABMES. Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior. **Portaria normativa nº 17, de 28 de dezembro de 2009**. Dispõe sobre o mestrado profissional no âmbito da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes. Diário Oficial da União, 2009.

ALVES, Dalton José. **A filosofia no ensino médio: ambiguidades e contradições na LDB**. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

ALVES, Dalton. O ensino de filosofia nos anos de repressão pós-1964. **Ensaio Filosóficos**. Rio de Janeiro/RJ, v. 10, dez. 2014.

ANDRADE, Annielly da Silva. A música como instrumento facilitador de aprendizagem na educação. (**Monografia**) – Guarabira: UEPB, 2012. 271 pags.

APPLE, Michael W. Repensando ideologia e currículo. In: MOREIRA, A. F.; SILVA, Tomaz T. T. (orgs.). **Currículo, Cultura e Sociedade**. São Paulo: Cortez, 2005, p. 39-57.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofia da Educação**. 3ª ed.- São Paulo, Moderna, 2006.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Temas de Filosofia**. 3 ed. rev. São Paulo: Moderna, 2010.

ASPIS, Renata Pereira Lima. O professor de Filosofia: o ensino de filosofia no ensino médio como experiência filosófica. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 24, n. 64, p. 305-320, set./dez.2004.

AZEVEDO JUNIOR, José Garcia de. **Apostila de Arte: Artes Visuais**. São Luís: Imagética Comunicação e Design, 59 págs, 2007.

BARBOSA, Ana Mae. **Tópicos Utópicos**. Belo Horizonte, MG: Ed. Com/Arte, 1998.

BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação Qualitativa em Educação: uma introdução a teoria e aos métodos**. Portugal: Porto editora, 1999.

BOGÉA, Diego Ted Rodrigues. **Uma Doce Melodia**: uma proposta de Educação Musical através da flauta doce no Centro de Ensino Integral Professora Joana Batista Santos Silva em São Luís – MA. (Dissertação de Mestrado) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 173 p., 2018.

BOGEA, Mirian Ferreira da Silva. **Representações Visuais dos Povos Canela-Ramkokamekrá**: uma proposta metodológica para a educação básica técnica e tecnológica IFMA – Campus Imperatriz, (Dissertação de mestrado) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão, 231 p., 2020.

BRANCO, Emerson Pereira. **Uma visão crítica sobre a implantação da Base Nacional Comum Curricular em consonância com a reforma do Ensino médio**. Debates em Educação: Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) – Universidade federal de Alagoas. vol. 10, nº 21, maio/ago. 2018. p. 47-70.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

BRASIL. **Ciências humanas e suas tecnologias** / Secretaria de Educação Básica. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. 133 p. Orientações Curriculares para o Ensino Médio, v. 3, 2006.

BRASIL. **Lei n. 4.024 do ano de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, 1961.

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Diário Oficial da União, 1971.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, 1996.

BRASIL. **Portaria Normativa nº 17, de 28 de dezembro de 2009**. Brasília, 2009.

BRASIL. **Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016**. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências. Diário Oficial da União, 2016.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e

Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Diário Oficial da União, 1996.

BRESCIA, V. L. P. **Educação musical**: base psicológica e ação preventiva. São Paulo: Átomo, 2003.

BRITO, Teca Alencar de. **Música na educação infantil**. São Paulo: Petrópolis, 2003.

CARTOLANO, M.T.P. **Filosofia no ensino de 2º grau**. São Paulo: Cortez, 1985.

CARVALHO, Marcelo; SANTOS, Marli dos. O ensino de filosofia no Brasil: três gerações. In: CORNELLI; CARVALHO; DANELON. op cit, p. 13-44, 2010.

CASTILHO, Auriluce Pereira; BORGES, Nara Rúbia Martins; PAREIRA, Vânia Tanús (Orgs.). **Manual de Metodologia Científica**. Itumbiara – GO: ILES/ULBRA, 2011.

CAUQUELIN, Anne. **Arte contemporânea**: uma introdução. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CEPPAS, Filipe. Anotações sobre a história do ensino de filosofia no Brasil. In: Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Filosofia: Ensino Médio. Brasília, v. 14. p.171-184, 2010.

CERLETTI, A. **O ensino de filosofia como problema filosófico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CERLETTI, A. A formação docente no ensino de filosofia. In: **Filosofia e formação**. Orgs. CARVALHO, Marcelo; CORNELLI, Gabriele. Vol. 1, Cuiabá – MT, central do texto, 2013. p. 173 – 181.

CERVO, Armando Luiz; BERVIAN, Pedro. Alcino. **Metodologia Científica**. 4 ed. São Paulo: Makron Books, 1996.

CESAR, Renata Paiva. **O ensino de Filosofia no Brasil**. n. 38, Revista Pandora Brasil, 2012.

CHAUÌ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

CHAUÍ, Marilena. **Filosofia**. São Paulo. Editora Ática, 2001.

CHAUÍ, Marilena. O Ensino de Filosofia no Brasil: três gerações. In:_____. Brasília, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. CORNELLI, Gabrieli; CARVALHO, Marcelo; DANELON, Márcio (Coord.). **Filosofia**: Ensino Médio. v. 14, p. 13-44, SEB – Coleção Explorando o Ensino, 2010. 212 p.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisas em Ciências Humanas e Sociais**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

COLI, Jorge. **O que é Arte**. 15º ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

COSTA, Dionísio Gomes da. **Metafísica da Música na Filosofia de Arthur Schopenhauer**. (Monografia) – Universidade de Cabo Verde – Instituto de Educação (Departamento de História e Filosofia). 2008, 67 f.

COTRIM, Gilberto. **Fundamentos da Filosofia para uma Geração Consciente**. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 1988.

CUNHA, L.A. **A universidade temporã**: o ensino superior da Colônia á Era Vargas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

DANELON, Márcio. Em torno da especificidade da filosofia. In:_____. Brasília, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. CORNELLI, Gabrieli; CARVALHO, Marcelo; DANELON, Márcio (Coord.). **Filosofia**: Ensino Médio. v. 14, p. 185-202, SEB - Coleção Explorando o Ensino, 2010. 212 p.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é a filosofia?** Tradução de Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Muñoz. Rio de Janeiro, v. 34, 1992.

EISNER, Elliot W. **La incomprendida función de las artes en el desarrollo humano**. Revista Española de pedagogia, p. 15-34, 1992.

FÁVERO, Altair Alberto; CEPPAS, Filipe; GONTIJO, Pedro Erginaldo; GALLO, Silvio; KOHAN, Walter Omar. O ensino de filosofia no Brasil: um mapa das condições atuais. In:_____. CADERNOS CEDES: **A filosofia e seu ensino**. Campinas, vol. 24, n. 64, set/dez, p. 257-280, 2004.

FAZENDA, Ivani (org.). **Dicionário em construção: interdisciplinaridade**. 2 ed. – São Paulo: Cortez, 2002.

FAZENDA, Ivani (org.). **O que é interdisciplinaridade?** São Paulo: Cortez, 2008.

FEITOSA, Charles. **Explicando a filosofia com arte**. 2 ed. - Rio de Janeiro, Ediouro multimídia, 2009.

FERRARI, Solange dos Santos Utuari et. al. **Arte por toda parte**. 2 ed. São Paulo: FTD, 2016.

FERRAZ, Maria Heloisa C. de T.; FUSARI, Maria F. de Rezende e. **Arte na educação escolar**. 4 ed. – São Paulo: Cortez, 2010.

FERREIRA, Debora Pazetto. **Investigações acerca do conceito de arte**. 318 f. Tese (**doutorado**) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2014.

FERREIRA, Martins. **Como usar a Música na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2002.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Ceará: Universidade Estadual do Ceará, 2002.

GAINZA, Violeta Hemsy de. **Estudos de Psicopedagogia Musical**. São Paulo: Summus, 1988.

GALLINA, Simone Freitas da Silva. O Ensino de Filosofia e a criação de conceitos. In:_____. **CADERNOS CEDES: A filosofia e seu ensino**. Campinas, vol. 24, n. 64, set/dez, p. 359-371, 2004.

GALLO, Sílvio. **Metodologia do ensino de filosofia**: uma prática para o ensino médio. Campinas – SP: Papirus, 2012.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Solto (Orgs.). **Métodos de Pesquisa**. Universidade Aberta do Brasil - UAB/UFRGS/SEAD/UFRGS, Porto Alegre, ed. da UFRGS, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. 12 Reimp. São Paulo: Atlas, 2009.

GOMES, Luiz Roberto. Filosofia da Educação na Pedagogia: atualidade e necessidade do pensamento crítico. In:_____. BANNELL, Ralph Ings; et al.

(Orgs.) **Filosofia da Educação**: entre a formação de educadores e a qualificação profissional. São Paulo: Cortez, 2017, p. 116-128.

GONTIJO, Pedro; VALADÃO, Erasmo Baltazar. Ensino de Filosofia no ensino médio nas escolas públicas no Distrito Federal: história, práticas e sentidos em construção. In: _____. **CADERNOS CEDES: A filosofia e seu ensino**. Campinas, vol. 24, n. 64, set/dez, p. 285-303, 2004.

GOODSON, Ivor. Currículo, narrativa e o futuro social. **Revista Brasileira de Educação**, v.12, n. 35, maio/ago. 2007.

GRETER, Francisco Paulo. Por que filosofia no Ensino Médio? In: _____. **Filosofia, Ciência e Vida**. Ano IV, n. 44, São Paulo: Escala, p. 8-15, 2010.

GUIMARÃES DE PAULA; KOCHHANN; BORGES DA SILVA. Interdisciplinarizar a Prática Pedagógica: interligando os saberes matemáticos com as vivências corporais na Educação Física. **Revista Anápolis Digital**, v. 11, n. 2, 2020

GUIMARÃES, Marcelo Senna. O Ensino de Filosofia no Brasil: três gerações. In: _____. Brasília, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. CORNELLI, Gabrieli; CARVALHO, Marcelo; DANELON, Márcio (Coord.). **Filosofia: Ensino Médio**. v. 14, p. 13-44. SEB - Coleção Explorando o Ensino, 2010. 212 p.

INCONTRI, Dora; BIGHETO, Alessandro César. **A filosofia no Ensino Médio**: um desafio filosófico e pedagógico. In: _____. ALMEIDA, Cleide; PERISSÈ, Gabriel (Org.). NOTAMDUM LIBRO – 13, São Paulo/Porto: Cemoroc – FEUSP – Universidade do Porto, 2009.

JAPIASSU, H. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

KRAEMER, Celso; SASSE, Fernanda. O conceito de arte e sua importância para a educação. In: _____. **Atos de pesquisa em educação**, v. 5, n. 3, p. 409-425, set/dez. 2010.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5 ed. – São Paulo: Atlas 2003.

LABOISSIÈRE, Marília. **Música e Filosofia**: reflexões sobre conceitos e interfaces. UDESC – Ceart (Departamento de Música). 2005. Disponível em: [Microsoft Word - musica e filosofia.doc \(hugoribeiro.com.br\)](https://hugoribeiro.com.br/musica-e-filosofia.doc) Acesso em: 15/05/2021

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. **Teorias de Currículo**. São Paulo: Cortez, 2011.

LOPES, Marcos Carvalho. Filosofia (bem) ensinada. In:_____. **Conhecimento prático Filosofia**. Ano 7, edição 47. São Paulo: Editora Escala, 2014, p. 16-23.

LORIERI, Marcos Antônio. Ideias para a disciplina de Filosofia da Educação no curso de Pedagogia. In:_____. BANNELL, Ralph Ings; et al. (Orgs.) **Filosofia da Educação**: entre a formação de educadores e a qualificação profissional. São Paulo: Cortez, 2017, p. 81-97.

LUCKESI, Carlos Cipriano. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortez, 1994. (Coleção Magistério).

MACEDO, Elizabeth. **As demandas conservadoras do movimento escola sem partido e a Base Nacional Curricular Comum**. Educ. Soci., Campinas, v. 38, n. 139, p. 507-524, abr-jun., 2017.

MANN, Thomas. **O pensamento vivo de Schopenhauer**. (Trad.) Pedro F. Amaral. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1960.

MARQUES, Marta; ROSA, Francieli Nunes da. **A interdisciplinaridade como crítica á fragmentação do saber**. EDUCERE – XIII Congresso Nacional de Educação. 2017.

MARTON, Silmara Lúcia. **Música, filosofia, formação**: por uma escuta sensível do mundo. 2005. 180 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

MATTAR, Adriana Maamari; TOMAZETTI, Elisete M.; DANELON, Márcio. Filosofia como disciplina escolar. In:_____.CARVALHO, M.; CORNELLI, G. (Orgs.) **Ensinar filosofia**: volume 1. Cuiabá, MT: Central de Texto, p. 113-153, 2013.

MATTAR, João; ANTUNES, Maria Thereza. **Filosofia e ética**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.

MEUCCI, Arthur. O que é a vida sem uma canção? In:_____. **Filosofia, Ciência e Vida**. Ano1 n. 6, São Paulo: Escala, p. 16 -21, 2007.

MILLET, Catherine. **A arte contemporânea**. Lisboa – Instituto Piaget, 1997.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. 10 ed. São Paulo: HUCITEC, 2007.

MODINGER, Carlos Roberto. **Artes visuais, dança, música e teatro: práticas pedagógicas e colaborações docentes**. 1º ed. Erechim: Eldebra, 2012.

MENDONÇA, Cledilson. **A Música como recurso de ensino aprendizagem da geografia**. Revista Científica Multidisciplinar. Ano 02, vol. 01. p. 214-231, Abril, 2017. ISSN 2448-0959

MOREIRA, Ana Claudia; SANTOS, Halinna; COELHO, Irene da Silva. **A música na sala de aula - a música como recurso didático**. Unisanta Humanitas, v. 3, n. 1, p. 41-61, 2014.

MURCHO, Desidério. **A natureza da filosofia e o Ensino**. v. 27, n. 02, Revista Educação, 2002.

NASCIMENTO, M. M. A filosofia no segundo grau: sua importância, sua especificidade. In: _____. Nielsen Neto, H. (Org.) **O ensino da filosofia no 2º grau**. São Paulo: Sofia/SEAF, 1986.

NASCIMENTO, Christian Lindberg Lopes do. Docência de Filosofia no Brasil e o projeto do Novo Ensino Médio(Lei 13.145): “impactos e caminhos possíveis”. In: _____. **I Ciclo de Debates do Fórum Maranhense em Defesa da Filosofia**. São Luís–MA: PGCULT – (UFMA), 2021. Disponível em: <https://youtu.be/GqiF3U2K7pA> Acesso em: out, 2021.

NEVES, Maria Teresa de Souza. A formação musical na Paidéia Platônica. In: _____. **Simpósio de Estética e Filosofia de Música**, v.1. Anais, Porto Alegre/RS: UFRGS, 2013.

NIELSEN NETO, H. (org.). **O ensino de filosofia no 2º grau**. São Paulo: Sofia Editora/SEAF, 1986.

NOBRE, Marcos; TERRA, Ricardo. **Ensinar Filosofia: uma conversa sobre aprender a aprender**. Campinas, SP: Papirus Debates, 2007.

NUNES, Benedito. **Introdução à filosofia da arte**. 1 ed. São Paulo: Ática, 2008.

OLIVEIRA, Erika Patrícia Teixeira. **Arte.com: reflexões sobre o ensino de artes visuais e a utilização das tecnologias contemporâneas**. Graduação (Trabalho de conclusão do curso) – Faculdade Integrada da Grande Fortaleza, 2013.

PACHECO, José Augusto. **Escritos Curriculares**. São Paulo: Cortez, 2005.

PAIVA, Francisco Junior Damasceno. **Ensino de filosofia com música**: Uma perspectiva metodológica lúdico – reflexiva, 2014 63 f. Graduação (Monografia). Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa/ PB, 2014.

PEDRO, Waldir; PEREZ, Daniel Omar. Filosofia para transgredir. **Filosofia**: Ciência & Vida. São Paulo: ARAGUAIA, n. 73, p. 5-13, 2012.

PENNA, Maura. **Música(s) e seu ensino**. 2 ed. rev. e ampl. – Porto Alegre: Sulina, 2014.

PERENCIN, Tiago Brentam. **A formação do professor em Filosofia no Brasil**: restrição de pensamento e testemunho. v. 9 n. 2, Campinas, SP, jun./set. 2017 – ISSN 1984-9605 - p. 23-47.

PIMENTA, Selma Garrido. Formação de professores: identidade e saberes da docência. In: _____. PIMENTA, Selma Garrido (Org). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. São Paulo: Cortez Editora, 1999. p. 15 a 34

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e Docência**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

PLATÃO. **A República**. São Paulo: Martin Claret, 2003.

PLATÃO. **Apologia de Sócrates e Banquete**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

PLATÃO. **Apologia de Sócrates**. São Paulo: Atena Editora, 1957.

PRADO JUNIOR, Caio. **O que é Filosofia?** São Paulo: Brasiliense, 1981.

PRENDIN, Andrea. A metodologia de Filosofia e da Arte no Ensino Fundamental. In: _____. **IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE**. III Encontro Brasileiro de Psicopedagogia. 2009, p. 5123-5135.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do Trabalho Científico**: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico. 2ª ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da filosofia**: Antiguidade e Idade Média. São Paulo: Paulus, 1990.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: Métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

ROCHA Jr., Roosevelt Araújo da. **Música e Filosofia em Platão e Aristóteles**. Revista Discurso, São Paulo/SP, n. 37, 2007.

RODRIGO, Lídia Maria. **Filosofia em sala de aula: teoria e prática para o ensino médio**. Campinas, SP: Autores associados, 2009.

RODRIGUES, Zita Ana Lago. **O ensino da Filosofia no Brasil no contexto das políticas educacionais contemporâneas em suas determinações legais e paradigmáticas**. Educar em Revista, p. 69-82, 2012.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. As culturas negadas e silenciadas no currículo. In: SILVA, T. T. da (org.). **Alienígenas em sala de aula**. Petrópolis: Vozes, p. 159-177, 1995.

SAVIANE, Demerval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. 19. ed. Autores Associados, 2013.

SEIDEL, Marisa Frohlich. **Arte Contemporânea: Arte e Vida**. Rev. Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento, Ano, 01, Vol. 07, p. 52-62. Ago./ 2016.

SILVA, Edilson Mateus Costa da. **História e Música no Ensino Médio**. Pará de Minas/MG: Virtual Books Editora. 94 p, 2020.

SILVEIRA, Carlos Roberto da; RIBEIRO, Alan Barcelos. **O pensamento filosófico de Schopenhauer sobre a música e suas possíveis contribuições para a educação musical brasileira**. Theoria – Revista Eletrônica de Filosofia – Faculdade Católica de Pouso Alegre, v. 04, n. 09, 2012.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CORDOVA, Fernanda Peixoto. A Pesquisa Científica. In: _____. GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Solto (Orgs.). **Métodos de Pesquisa**. Universidade Aberta do Brasil - UAB/UFRGS/SEAD/UFRGS, Porto Alegre, ed. da UFRGS, 2009.

SILVEIRA, Nádia Dumara Ruiz; SILVA, Luís Fernando Lima. **Aprendizagens Interdisciplinares Significativas: Filosofia em interlocução com Arte**. Revista Curriculum, São Paulo, v. 17, n. 2, p.768-787 abr./jun., 2019.

SIQUEIRA, Ana Carla de Abreu. **O significado de filosofia na Metafísica de Aristóteles e sua influência no pensamento de Heidegger**. Kínesis, v. VIII, n. 18, dezembro, p. 18-30, 2016.

SOUZA, Jusamara. (org). **Música, cotidiano e educação**. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

SPROUL, R. C. **Filosofia para iniciantes**. São Paulo: Vida Nova, 2002.

STAHSCHMIDT, Ana Paula Melchiors et al. Cantigas de ninar: fadas e bruxas de mãos dadas para um sono tranquilo. In:_____. **Pedagogia da Música: experiências de apreciação musical**. (Orgs) BEYER, Esther; KEBACH, Patrícia. – Porto Alegre: Mediação, 160 p., 2009.

TARDIF, Maurice. **Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários**: elementos para uma epistemologia da prática profissional dos professores e suas consequências em relação a formação para o magistério. v. 13, n. 5. Revista brasileira de Educação, p. 5-24, 2000.

TELES, M. F. **Música Pop**: da estética, conceitos e preconceitos. 162 f. Dissertação (Mestrado). Lisboa: Universidade Aberta, 2008.

TÉO, Marcelo Robson. **A vitrola nostálgica**: música e constituição cultural em - Florianópolis (décadas de 1930 e 40). Florianópolis: Letras contemporâneas, 2007.

TOMÁS, Lia. **Música e Filosofia**: Estética musical. São Paulo: Irmãos Vitale, 2005.

VALÉRIO, Gilmar Alonso. **Porque ensinar filosofia no Ensino Médio?** Revista de ciências Humanas e Letras das Faculdades Integradas da Fama, v. 2 n. 2, 2010.

VILLAÇA, Iara de Carvalho. **Arte-educação**: a Arte como metodologia educativa. Revista Cairu, v. 03, n. 04, p. 74-85, Jul. /Ago., 2014.

VIZZOTTO, Rozilene. **O desafio do ensino de filosofia com os jovens do Ensino Médio**. Revista Digital de Ensino de Filosofia, v. 5, n. 2 jan/jun, p. 100-110., 2019.

ZANETTE, Edgard Vinicius Cacho; FAVRETO, Elemar Kleber (Orgs.). **Encontros Filosóficos**: ensaios sobre método, educação e ensino. 1 ed. Boa Vista – RR: UERR Edições, 2021.

APÊNDICES

APENDICE A – Roteiro de entrevista semiestruturada para a descrição do local da pesquisa.



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DO
ENSINO DA EDUCAÇÃO BÁSICA
ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA



Público-alvo: Direção do lócus da pesquisa

Objetivo: obter informações para colaborar com as informações sobre os sujeitos da pesquisa.

- 1 – Qual o número de matrículas realizadas no ano de 2021, pela Escola?
- 2 – Como está dividido o espaço físico da escola?
- 3 – Qual a clientela recebida?
- 4 – Existem funcionários contratados e nomeados?
- 5 – Descreva o espaço físico da escola.
- 6 – Em quais turnos funciona?
- 7 – Quantos professores de filosofia trabalham na escola?
- 8 – Com a Pandemia, de que forma está organizada a escola?
- 9 – O novo formato de ensino adotado pela escola tem contemplado a contento aos estudantes?

APÊNDICE B – Questionário que busca responder questionamentos acerca da filosofia e sua relação com o ensino médio.



Pesquisa referente ao Mestrado Profissional em
Educação - UFMA



1 – Você é licenciado (a) em Filosofia?

2 - Há quantos anos você trabalha com o componente curricular filosofia?

3– Existem desafios e dificuldades acerca do ensino de filosofia no ensino médio?
Quais são percebidos por você?

4- Você já trabalhou com a música nas aulas de filosofia? Se sim, que resultados obteve? Se não, por quais motivos ainda não trabalhou com a música em sala de aula?

5 – Que metodologias você costuma usar nas aulas de Filosofia? Descreva.

6 – Qual o nível de receptividade dos estudantes no que trata às aulas de filosofia?
Comente.

7 – Que dificuldades surgiram em relação aos estudantes e os conteúdos filosóficos com a presença da pandemia?

APENDICE C – Questionário que visa entender a relação da música nas aulas de filosofia e a análise dos professores de acerca do produto educacional.



Pesquisa referente ao Mestrado Profissional em
Educação UFMA



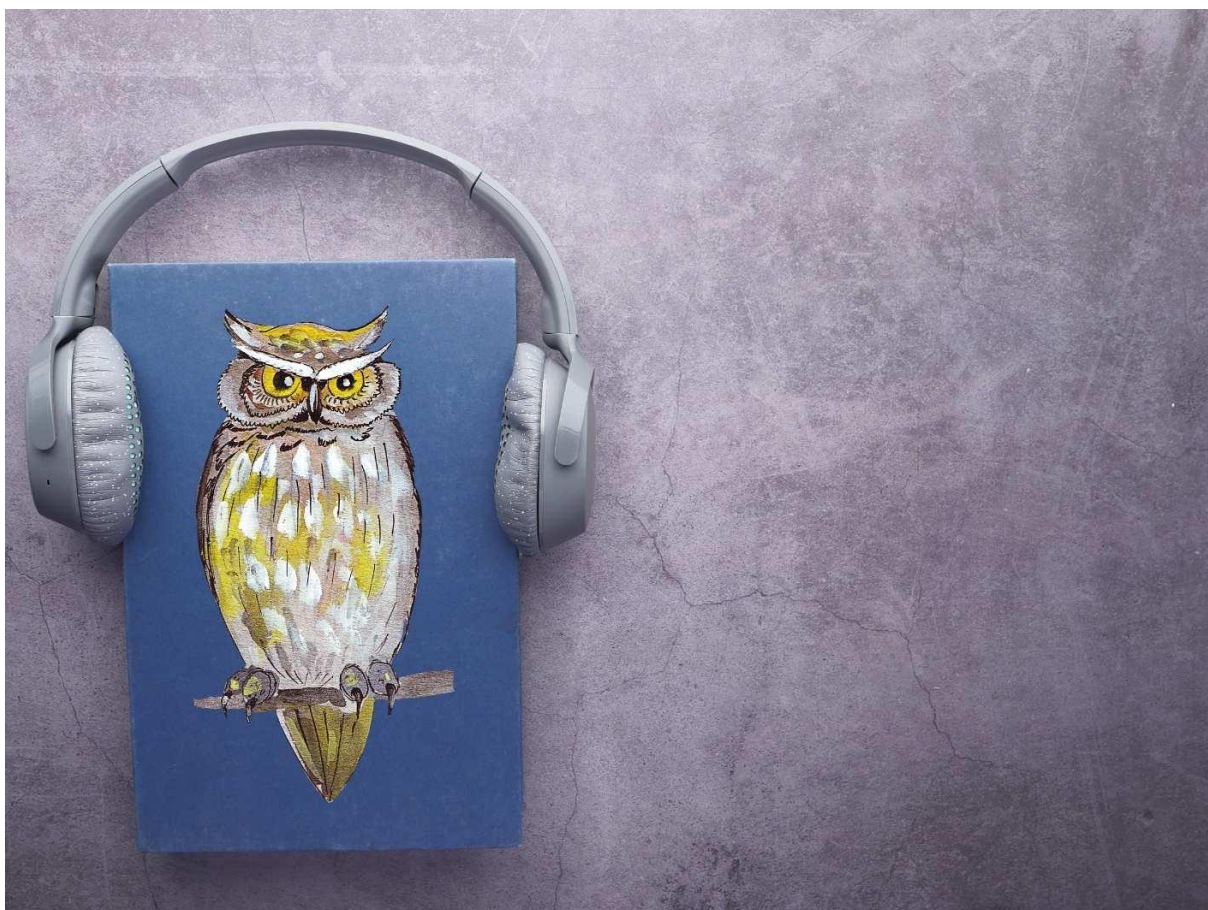
1 – Em sua opinião, a música pode contribuir com o ensino de filosofia? Se sim, como? Se não, por que?

2 – Você costuma inserir a música como colaboradora nas aulas de filosofia? Se sim, que resultados obteve?

3 – Faça uma análise do produto educacional - Filosofando com Música: experiência metodológica interdisciplinar, a partir dos seguintes pontos:

- a) O que mais lhe chamou a atenção no material?
- b) A partir do seu contexto de sala de aula, é possível a execução desta metodologia? Justifique.
- c) Que sugestões você dar como acréscimo ao produto educacional?
- d) O material pode contribuir com o ensino de filosofia, se, sim, qual a principal contribuição em sua opinião?

**APENDICE D – PRODUTO EDUCACIONAL “FILOSOFANDO COM MÚSICA:
EXPERIENCIA METODOLOGICA INTERDISCIPLINAR”**



João Ferreira da Páscoa Filho

**FILOSOFANDO COM
MÚSICA:**

*Experiência metodológica
interdisciplinar*

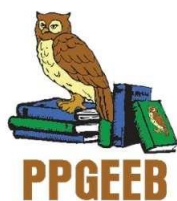




João Ferreira da Páscoa Filho

**FILOSOFANDO COM
MÚSICA:**

*Experiência metodológica
interdisciplinar*



REITOR UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO (UFMA)
Reitor Prof. Dr. Natalino Salgado Filho

PRÓ-REITORIA DA AGÊNCIA DE INOVAÇÃO, EMPREENDEDORISMO,
PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO (AGEUFMA)
Prof. Dr. Fernando Carvalho Silva

COORDENADOR DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO
DE ENSINO DA BÁSICA (PPGEEB)
Prof^a Dra. Vanja Maria Dominices Coutinho Fernandes – coordenadora
Prof^o Dr. Antônio de Assis Cruz Nunes – coordenador adjunto

ORIENTADOR DA PESQUISA
Prof. Dr. Raimundo Nonato Assunção Viana

ORGANIZAÇÃO E ILUSTRAÇÃO
Mariceia Lima
Banco de imagens Canva®



São Luís
2021



Apresentação

Professoras e professores, Filosofando com Música: experiência metodológica interdisciplinar configura como um caderno metodológico interdisciplinar com sugestões que buscam contribuir com o trabalho do professor de Filosofia junto aos estudantes do Ensino Médio, em particular, do 1º ano.

Este trabalho é fruto da pesquisa realizada acerca do ensino de filosofia no contexto educacional maranhense, especificamente, voltado o olhar para a escola pública de nível Médio.

O aspecto interdisciplinar está relacionado com a arte, em específico, com a Música, não excluindo a possibilidade de haver diálogos frutíferos com outras áreas do conhecimento, outras disciplinas como a exemplo da Sociologia e da História.

A problemática que contribuiu diretamente com a construção deste cadernopartiu de nossa própria experiência como docente da rede pública de nível médio, onde percebemos sérias dificuldades em relação ao processo ensino-aprendizagem dos pressupostos filosóficos. Os professores desta área específica têm dificuldades em construir uma relação eficiente entre o alunado e a filosofia. Os estudantes do Ensino Médio tem muita dificuldade em si relacionar com a filosofia, pois relatam que “a filosofia é muito pensamento de filósofos”; “quase não entendo nada”. “É muito difícil de entender.”; “filosofia é só memorizar pensamento de filósofos que não tem nada a ver com nossa vida cotidiana”.

Normalmente a metodologia empregada para o ensino da filosofia é o modelo tradicional, historiográfico, centrado na história da filosofia, onde é sistematizado a partir de períodos históricos, sequência cronológica: da Antiguidade, passando pela Idade Média, Moderna e Contemporânea.

Filosofando com Música, por outro lado, não segue rigidamente essa metodologia, nem a descarta. A metodologia usada será voltada à temáticas que buscam dialogar diretamente com os anseios, dúvidas, desejos, escolhas e vida futura de jovens e adolescentes que estão inseridos no contexto do Ensino Médio.

Para alcançar os fins aos quais nos propomos neste material, teremos a colaboração da Música. Cada música ou músicas escolhidasestão entrelaçadas com as temáticas que estão inseridas neste caderno.

JOÃO FERREIRA DA PÁSCOA FILHO
(MESTRANDO DO PDGEEB-UFMA)



Sumário

INTRODUÇÃO.....	7
PARTE I	8
AULA 1: Sugestões didáticas	9
O que é a Filosofia? Para que serve?	10
Música: “Filosofia” (Noel Rosa) interpretada por Maria Gadú....	12
Atitudes reflexivas.....	13
AULA 2: Sugestões didáticas	14
Consciência crítica: por que ter uma?	16
Música: Geração Coca-cola (Legião Urbana.....)	17
Atitudes reflexivas	18
AULA 3: Sugestões didáticas	19
Política, o que é?	20
Música: “Politico de estimação” – (Detonautas).....	23
Atitudes reflexivas	24
AULA 4: Sugestões didáticas	25
A corrupção e a Política, o que vem depois?	26
Música: Que país é esse? – (Legião Urbana).....	27
Atitudes reflexivas.....	30
AULA 5: Sugestões didáticas	31
Ideologia, quero uma pra viver!.....	32
Música: Ideologia - (Cazuza).....	34
Atitudes reflexivas.....	36
AULA 6: Sugestões didáticas	37
Os jovens e a participação política	40
Música: Não é sério– (Charles Brown Jr.).....	42
Atitudes reflexivas	43
PARTE II	44
Sugestões didáticas	45
Alienação, o que é isso?	48
Música: Admirável Chip Novo (Pitty)	49
Atitudes reflexivas	50
AULA 8: Sugestões didáticas	51
Os meios de comunicação e as Fake News.....	53
Música: Um só – (Gabriel O Pensador)	

Atitudes reflexivas.	54
AULA 9: Sugestões didáticas.....	55
O trabalho alienado e a mais valia	56
Música: Cidadão – (Zé Ramalho).....	58
Atitudes reflexivas.....	59
AULA 10: Sugestões didáticas	60
A televisão, bandido ou mocinho?	61
Música: Televisão – (Titãs)	64
Atitudes reflexivas	65
Conclusão.....	66
Referências	67
Autor e Orientador	69



Introdução

Filosofando com Música: experiência metodológica interdisciplinar, está estruturado em formato de um caderno com sugestões metodológicas com caráter interdisciplinar, em diálogo direto com a música.

As sugestões contidas no material têm o objetivo de contribuir de forma positiva com os professores da disciplina filosofia, com esse cenário de não favorecimento da filosofia e seus pressupostos em relação ao alunado. As sugestões que aparecem não se configuram como uma “camisa de força”, mas são flexíveis, podendo haver modificações, implementações, caso o professor que fizer uso entender como necessário.

Outro objetivo desse material é mobilizar os professores de filosofia a construir, desenvolver novas formas, elos entre os pressupostos filosóficos e o estudante do Ensino Médio, podendo assim, dá continuidade ao caderno, fazendo do material seu próprio caderno.

O material está organizado em partes. Ao todo são duas partes que contabilizam 10 aulas. As aulas vem com uma temática exposta em formato de texto. Cada aula tem uma música que faz relação direta com o tema a ser discutido, analisado e refletido. É de fundamental importância que a música seja ouvida, que a canção seja contemplada como espaço de sensibilidade ao assunto tratado e a letra analisada. Cada aula contém sugestões de atividades que aparecem no material como “atividades reflexivas”.

Na parte I – Reflexões em meio ao mundo da prática - trazemos temáticas como: O que é filosofia? Para que serve?; Consciência crítica, por que ter uma?; Política, o que é?; Corrupção política, o que vem depois?; Ideologia, quero uma pra viver?; Participação política dos jovens; Na Parte II – O que nos move a agir e interagir na sociedade? - trazemos temáticas como: Alienação; Os meios de comunicação e as Fake News; O trabalho alienado e a mais valia; televisão, bandido ou mocinho?.

Cada temática e música escolhida tiveram o olhar voltado para o lócus da pesquisa, onde pensamos nas possibilidades de contribuição com a construção da consciência crítica dos estudantes. Com as sugestões contidas neste caderno, esperamos ainda contribuir com os professores de filosofia, especificamente, no contexto do Ensino Médio. Apresentando novas possibilidades para implementar suas aulas, entendendo que são apenas algumas em meio a múltiplas possibilidades possíveis que podem trazer novos ares a atividade filosófica em sala de aula.

Parte I

Ótimas reflexões!

REFLEXÕES EM MEIO AO MUNDO DA PRÁTICA



Nesta unidade, trataremos de questões voltadas para o universo do pensamento, levantando reflexões e discussões acerca da origem da filosofia, função; Consciência crítica; O que é política? A corrupção no espaço político. Participação do espaço público; e Ideologia.

AULA 1

SUGESTÕES DIDÁTICAS



Aula expositiva e dialogada, levantando reflexões que contribuam com os alunos acerca da construção do conceito do que seja filosofia.



O professor deve examinar o que os alunos já sabem a respeito da temática. Após esse diagnóstico deve ampliar a discussão trazendo mais informações, como filósofos que no decorrer da história da filosofia discutiram acerca do conceito de filosofia, tendo como contribuição o texto e a música que se segue.

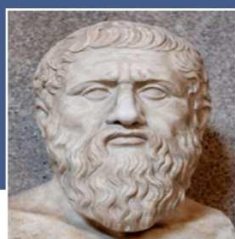


Deve estimular os alunos a ouvirem a música "Filosofia", composição de Noel Rosa e interpretada pela cantora Maria Gadú. Motivando-os a fazerem a relação entre o que significa a filosofia, sua importância e o que a Música os faz refletir sobre a temática. É fundamental para a metodologia que a música seja ouvida. Depois a letra deve ser analisada.

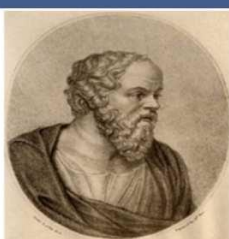


Logo depois, deve propor uma atividade aos alunos que contribua com a capacidade de cada um de construir e atualizar essa temática para sua vida. As questões devem ser propostas em relação direta com a música "Filosofia".

O QUE É FILOSOFIA? PARA QUE SERVE?



Platão



Sócrates



Aristóteles

A palavra Filosofia provém da junção de duas outras palavras gregas:

Philos= significa amor, amizade.

Sophia = significa conhecimento, sabedoria.

A filosofia não é um conjunto de conhecimentos prontos, um sistema acabado, fechado em si mesmo. Mas um modo de se comportar diante da realidade, do mundo.

A Filosofia veio como uma ruptura perante o mito. A mitologia era antes da filosofia a forma com que o homem explicava aquilo que acontecia, os fenômenos naturais e sociais que lhe afetavam.

Quando surge esse novo pensamento como ruptura com o mito, os gregos ainda não tinham definindo-a. Foi o filósofo pré-socrático Pitágoras de Samos quem deu nome a esse novo pensamento de Filosofia.

Desde sua origem, a filosofia sempre colaborou com a humanidade, colocando questionamentos acerca da realidade, da cotidianidade do ser humano, acima de tudo, na esfera social, a partir de suas várias dimensões como: a criticidade, a reflexão, a constante construção e reconstrução do pensamento, com o objetivo de apresentar pressupostos consistentes para a formação do sujeito crítico, capaz de refletir sobre sua própria prática, sobre suas ações. Pois como asseverava Sócrates, um dos grandes filósofos do período clássico, “uma vida sem exame não é digna de ser vivida.” (PLATÃO, 1957, p. 73).

De acordo com Chauí (2010), a atitude filosófica se dá exatamente na mudança de atitude, onde procuramos examinar nossas crenças costumeiras, vendo-as de agora em diante como algo contraditório, problemático, surge aí indagações, reflexões que podem desmontar aquilo que até então parecia natural, normal de acontecer.

A filosofia por ter essa dimensão crítica acaba incomodando, em razão de seus questionamentos: políticos, culturais, técnicos, científicos, artísticos, éticos, econômicos. Para muitos, a filosofia se torna perigosa, subversiva por tentar compreender o mundo por um outro ponto de vista.

Para saber mais:

COTRIM, Gilberto; FERNANDES, Mirna. Fundamentos de Filosofia: Ensino Médio. 1º ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
CHAUÍ, Marilena. Filosofia. São Paulo. Editora Ática, 2001.

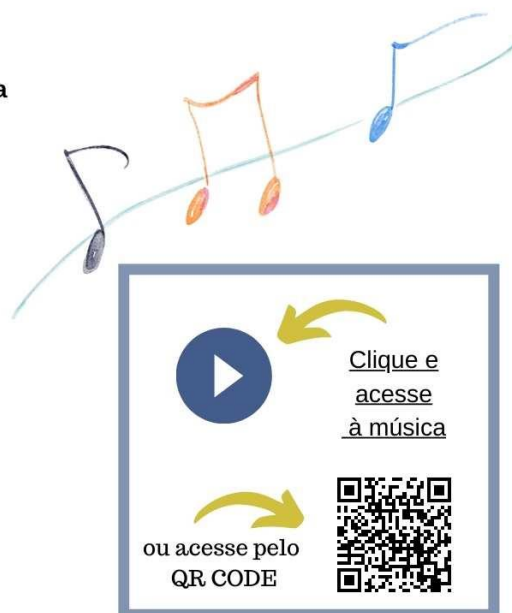
PRADO JUNIOR, Caio. O que é Filosofia? São Paulo: Brasiliense, 1981. (Coleção primeiros passos)

A música "Filosofia" discute dimensões da filosofia, como uma maneira de pensar diferente da maioria, de se postar diante da vida, dos acontecimentos. Age como uma maneira própria de lidar com determinadas situações. Apresenta um poder libertador, crítico.

Vamos à música!

**Música: "Filosofia" (Noel Rosa)
e interpretada por Maria Gadú**

O mundo me condena e ninguém tem pena
Falando sempre mal do meu nome!
Deixando de saber
Se eu vou morrer de sede
Ou se vou morrer de fome?
Mas, a filosofia hoje me auxilia
A viver indiferente, assim!
Nesta prontidão, sem fim
Vou fingindo que sou rico
Pra ninguém zombar de mim!
Não me incomode que você me diga
Que a sociedade é minha inimiga!
Pois, escrevendo neste mundo
Vivo escravo do meu poema
Muito embora, vagabundo!
Quanto a você da aristocracia
Que tem dinheiro mas
Não compra alegria!
Há de viver eternamente
Sendo escrava dessa gente
Que cultiva hipocrisia!



ATITUDES REFLEXIVAS

1 – O que sugere a imagem acima do texto sobre “o que é a filosofia? e qual a sua função?”

2 – A partir do que foi exposto no texto, reflita sobre a importância da filosofia na vida do ser humano e da sociedade, principalmente em tempos atuais.

3- Após ouvir a música “Mora na Filosofia” de Monsueto, que relação você faz entre o que está escrito na letra e o conceito de filosofia?

4 -No texto aparece a filosofia como sendo perseguida por sua forma indagadora e crítica de se postar diante das questões da vida prática. Acerca disso, em que momento da música “filosofia” podemos constatar esse fato?

AULA 2

SUGESTÕES DIDÁTICAS



Aula expositiva e dialogada levantando reflexões que contribuam com os alunos acerca da construção do conceito de filosofia.



O professor deve examinar o que os alunos já sabem a respeito da temática. Após esse diagnóstico deve ampliar a discussão trazendo mais informações.

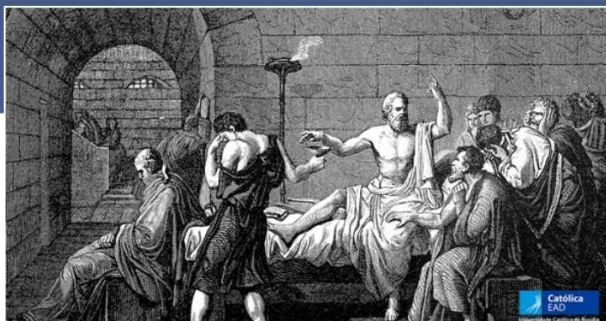


Deve estimular os alunos a ouvirem a música “Chega”, de Gabriel o Pensador. Motivando-os a fazerem a relação entre o que significa a consciência crítica, sua importância e o que a Música os faz refletir sobre a temática. A música deve ser ouvida, e sua letra deve ser analisada.



Logo depois o professor deve propor uma atividade aos alunos que contribua com a capacidade de cada um de construir e atualizar essa temática para sua vida. As questões devem ser propostas em relação direta com a música “Chega”.

CONSCIÊNCIA CRÍTICA: POR QUE TER UMA?



Quanto de nós naturaliza a violência contra a mulher, acha normal a corrupção em nosso país, a morte prematura de negros e pobres nas periferias das grandes capitais do país? "É assim mesmo, todos os políticos roubam". "O Brasil não tem mais jeito". "Bandido bom, é bandido morto". "Em briga de marido e mulher ninguém mete a colher". "Eu odeio política". "Não dependo de político. Dependo é do meu trabalho". "Não vou estudar não, isso não leva a lugar nenhum, vou é trabalhar". Frases como estas ajudam nossos valores, condutas a contribuírem com o caos do país, com a repetição dos exemplos que acabamos decitar.

A quem interessa pensarmos de forma acrítica, sem interesse pelo bem comum e pelas questões políticas, morais, sociais que interferem diretamente em nosso cotidiano? Interessa a quem quer continuar mantendo a hegemonia, a dominação sobre outros.

Nossa sociedade é dividida em classes, onde a classe elitizada deseja manter o poder sobre a classe popular, esta última, vista pela elite como menos esclarecida. Tal questão não é natural. A realidade social é manipulada em vista da permanência da hegemonia, do poder de uma classe sobre outra. Neste sentido, os meios de produção e a educação estão entre aqueles fatores que contribuem para que esse poder seja mantido.

Como agiria uma pessoa que pensa diferente dos exemplos acima? Como é denominada essa postura diante da realidade? De acordo com a filósofa Marilena Chauí em seu livro "Convite a Filosofia" a filosofia constrói em nós uma atitude crítica acerca do mundo, dos fenômenos sociais. "A atitude filosófica é uma atitude crítica porque [...] começa dizendo não às crenças e aos preconceitos do dia a dia para que possam ser avaliados racional e criticamente."

Crítica – é uma palavra que provém do grego e possui três significados: 1 - capacidade para julgar, discernir e decidir corretamente. 2 - exame racional de todas as coisas sem preconceito e sem prejulgamento. 3 - atividade de examinar e avaliar detalhadamente uma ideia, um valor, um costume, um comportamento, uma obra artística ou científica.

A consciência crítica nos faz enxergar coisas que muitos por falta dela não conseguem perceber. É por isso, como comenta Nogueira, "que a filosofia incomoda, porque questiona o modo de ser das pessoas, das culturas, do mundo. Questiona as práticas política, econômica, ética, cultural. Não há área em que ela não se meta, não indague, não perturbe".

Para saber mais:

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. Filosofando: Introdução à Filosofia. 4º ed. São Paulo: Moderna, 2009.

COTRIM, Gilberto. Fundamentos da Filosofia para uma Geração Consciente. São Paulo: Ed. Saraiva, 1988 – 3ª edição.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. Temas de Filosofia. 3 ed. rev. São Paulo: Moderna, 2010 (Manual do professor)

SPROUL, R. C. Filosofia para iniciantes. São Paulo: Vida Nova, 2002.

A música "Geração Coca-cola" nos ajuda a entender como nos postamos no mundo quando construímos em nós a consciência crítica, quando deixamos de naturalizar tudo.

Vamos à música!

Música: Geração coca- cola de Legião Urbana.

Quando nascemos fomos
programados
A receber o que vocês
Nos empurraram com os enlatados
Dos U.S.A., de nove às seis

Desde pequenos nós comemos
lixo
Comercial e industrial
Mas agora chegou nossa vez
Vamos cuspir de volta o lixo em
cima de vocês

Somos os filhos da revolução
Somos burgueses sem religião
Somos o futuro da nação
Geração Coca-Cola

Depois de 20 anos na escola
Não é difícil aprender
Todas as manhas do seu jogo sujo
Não é assim que tem que ser



Vamos fazer nosso dever de casa
E aí então vocês vão ver
Suas crianças derrubando reis
Fazer comédia no cinema com as suas
leis

Somos os filhos da revolução
Somos burgueses sem religião
Somos o futuro da nação

Geração Coca-Cola
Geração Coca-Cola
Geração Coca-Cola
Geração Coca-Cola

Depois de 20 anos na escola
Não é difícil aprender
Todas as manhas do seu jogo sujo
Não é assim que tem que ser

Vamos fazer nosso dever de casa
E aí então vocês vão ver
Suas crianças derrubando reis
Fazer comédia no cinema com as suas
leis



ATITUDES REFLEXIVAS



1 – O que é diz o texto acerca da consciência crítica?

2 – Por que devemos alimentar, construir em cada um de nós de acordo com o texto, a consciência crítica?

3 – Qual a relação que podemos fazer entre a música “Um só” De Gabriel o pensador e a consciência crítica?

4 – Olhando para a sociedade atual, a partir de uma consciência crítica enfocada pela música “Um só”, quais os principais problemas que temos que superar. Que iniciativas podem ser construídas?

AULA 3

SUGESTÕES DIDÁTICAS



Aula expositiva e dialogada levantando reflexões que contribuam com os alunos acerca da construção do conceito do que seja a Política.



O professor deve examinar o que os alunos já sabem a respeito da temática. Após esse diagnóstico deve ampliar a discussão trazendo mais informações, tendo como contribuição o texto que se segue.



Deve estimular os alunos a ouvirem a música “Político de Estimação”, da banda de rock Detonautas. Motivando-os a fazerem a relação entre o que significa a consciência crítica, sua importância e o que a Música os faz refletir sobre a temática. A música deve ser ouvida, e sua letra deve ser analisada.



Logo depois, deve propor uma atividade aos alunos que contribua com a capacidade de cada um de construir e atualizar essa temática para sua vida. As questões devem ser propostas em relação direta com a música “Político de Estimação”.

POLÍTICA, O QUE É?



A política surge a partir do aparecimento da polis, conhecida também como cidades- estado. Ela – a política, surge exatamente em meio às complexas relações que começavam a despontar com o processo de urbanização, quando as cidades começavam a ter um alto percentual de habitantes e se fazia necessário a intermediação das relações econômicas e sociais.

A palavra política vem do grego Politike e significa a arte ou ciência da cidade.

Para quem pensa que a política está presente somente no congresso nacional está equivocado. Fazemos política em todos os ambientes: trabalho, escola, igrejas, rua, relações afetivas.

Para Aristóteles, discípulo de Platão, o homem “é um animal político”, isto é, movido naturalmente a viver em sociedade.

A Antiga Grécia foi precursora do sistema político conhecido como democracia. No entanto, era uma democracia direta, onde o povo, o cidadão grego decidia sobre seu próprio destino. Temos no Brasil o sistema presidencialista. O que poderíamos chamar de democracia indireta ou democracia representativa: exercício do poder político onde a população elege um representante para atuar em seu nome e em seu benefício.

O espaço da polis era comum e público e incluía os costumes, as leis, os templos, os deuses e os heróis, as muralhas, o erário público, a administração dos serviços públicos, a organização da guerra, as atividades comerciais e a ágora, praça onde se discutia e deliberava sobre todos os assuntos. Foi na polis que existiu a primeira e talvez a única instituição de democracia direta da história.

Para os gregos a política era indissociável da ética, ambas eram faces de uma mesma moeda.

Chauí (2000) comenta que "se a política tem como finalidade a vida justa e feliz, isto é, a vida propriamente humana digna de seres livres, então é inseparável da ética. [...] para Aristóteles somente na cidade boa e justa os homens podem ser bons e justos; e somente homens bons e justos são capazes de instituir uma cidade boa e justa."

Para saber mais:

SAVIAN FILHO, Juvenal. Filosofia e filosofias: Existência e sentidos. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

CHAUI, Marilena. Iniciação à Filosofia: Ensino Médio. Volume único. São Paulo: Ática, 2010.

MAAR, Wolfgang Leo. O que é Política? São Paulo: Brasiliense, 1982. (Coleção primeiros passos)

ARISTÓTELES. Política. Brasília: Editora universidade de Brasília, 1985.

A música “Político de Estimação” coloca em pauta a ética e a política em contraponto ao defendido pelos gregos. Podemos nos perguntar se é possível resgatar a política grega, fundar uma Política com maior participação do cidadão nas decisões do país.

Vamos à música!

Música: “Político de Estimação” (Detonautas)

Político virou celebridade num país
Onde a política de fato é um balcão de negócios
Onde muito são sócios, feito carne e ossos
De bandido, traficante, empreiteiro
De banqueiro, trambiqueiro, lavadores de dinheiro
E o povo brasileiro não percebe que de fato quase nada mudou
Muito pouco se fez e quem são vocês nessa embriaguez? Quanta estupidez
Uma escassez de percepção, são 500 anos de exploração
Mazelas de um povo que largado à própria sorte
Já nasce escravizado controlado, até a morte
Do topo da pirâmide acham graça de nós
E você aí pensando que faz parte desse jogo
É o peão de tabuleiro que carrega nas costas
Endeusando personagens que te fazem de bobo

Quem é o seu político de estimação?
A quem você devota todo seu amor
Que agora tomou conta do seu coração
Pra quem tu passa pano sem qualquer pudor?



Político é pra ser cobrado e não idolatrado
Então lute por ideias, valorize quem te dá valor
Pense coletivamente, olhar pra nossa gente
É obrigação do Estado, nunca foi favor

Aqui tem lobo em pele de cordeiro,
vagabundo de carreira
Que passou a vida inteira ocupando uma cadeira
Nunca fez porra nenhuma por ninguém,
só pensou no próprio bem
E botou toda família pra mamar
Muito dinheiro e não consegue explicar
Pra quem falava tanto de corrupção
Agora tem bandido de estimação

Quem é o seu político de estimação?
A quem você devota todo seu amor
Que agora tomou conta do seu coração
Pra quem tu passa pano sem qualquer pudor?

ATITUDES REFLEXIVAS

1. O que era a política para os gregos de acordo com informações do texto?

2. Qual a importância da ética para a política?

3. Que consequências para a política estão exposta na letra da música dos Detonautas?

4. Tendo o texto e a letra da música dos Detonautas, como poderíamos reaproximar a ética da política?

AULA 4

SUGESTÕES DIDÁTICAS



Aula expositiva e dialogada levantando reflexões que contribuam com os alunos acerca da construção do conceito do que seja a Corrupção Política.



O professor deve examinar o que os alunos já sabem a respeito da temática. Após esse diagnóstico deve ampliar a discussão trazendo mais informações, tendo como contribuição o texto que se segue.



Deve estimular os alunos a ouvirem a música “Que país é este”, da Banda Legião Urbana. Motivando-os a fazerem a relação entre o que significa a corrupção política, suas consequências e que relação tem a música com a temática. A música deve ser ouvida, e sua letra deve ser analisada.



Logo depois, o professor deve propor uma atividade aos alunos que contribua com a capacidade de cada um de construir e atualizar essa temática para sua vida. As questões devem ser propostas em relação direta com a música “Que país é este”.

A CORRUPÇÃO POLÍTICA: O QUE VEM DEPOIS?



Presenciamos um caos em nosso país. Sistema de saúde sucateado, economia com juros e impostos abusivos em pleno século 21, ainda chegamos a números vergonhosos de analfabetismo, dezenas de milhares de desempregados, homofobia, alto índice de violência, assassinatos, discriminação, preconceito, falta de recursos públicos, políticas públicas para a maioria da população. Onde vamos parar? Qual seria ou quais seriam as principais razões dos diversos problemas que assolam o país?

“Os fins justificam os meios” revela além das várias formas sórdidas de manutenção do poder, outra ainda tão perversa quanto, pois dá abertura para uma atividade perversa conhecida como corrupção. Chauí (2012, p. 339), comenta que “falamos em poder maquiavélico para nos referir a um poder que age secretamente nos bastidores, mantendo suas intenções e finalidades desconhecidas para os cidadãos; que afirma que os fins justificam os meios e usa meios imorais, violentos e perversos para conseguir o que quer”.

Corrupção vem do latim, *corruptus*, e significa quebrado em pedaços. Podendo ser conceituada também como ato ou efeito de corromper. É o oferecimento ou obtenção de vantagem indevida, beneficiando uma parte e prejudicando outra. A corrupção é um fenômeno que não fica a cargo só do Brasil, é mundial. Afeta todas as sociedades, prejudicando o progresso social e econômico, agravando a miséria e asseverando desigualdades e injustiças.

Com a corrupção diversos problemas podem se instalar dentro de uma nação, muitos se tornam tão graves que podem transformar-se em estruturais, como por exemplo:

- Diminui a credibilidade e o fluxo dos investimentos no país;
- Prejudica a eficiência da administração pública;
- Reduz a produtividade do investimento público;
- Facilita as atividades do crime organizado;
- Desestimula o investimento privado;
- Aumenta em muito o custo operacional do país;
- Afeta negativamente a competitividade do país, ao elevar o custo do investimento;
- Gera perda de arrecadação tributária;
- Impede a ruptura dos ciclos de pobreza;
- Aumenta os índices de condições de pobreza;
- Aumenta a desigualdade social.

Com a explosão de atos de corrupção na política, cresce o movimento que diz não a política, a indiferença política tende a crescer. O processo de despolitização ganha espaço.

Para esses que pensam que o espaço da política não lhe pertencem, Bertold Brecht comenta que: "O pior analfabeto é o analfabeto político. Ele não ouve, não fala, nem participa dos acontecimentos políticos. Ele não sabe que o custo de vida, o preço do feijão, do peixe, da farinha, do aluguel, do sapato e do remédio dependem das decisões políticas. O analfabeto político é tão burro que se orgulha e estufa o peito dizendo que odeia a política. Não sabe o imbecil que, da sua ignorância política, nasce a prostituta, o menor abandonado, e o pior de todos os bandidos, que é o político vigarista, pilantra, corrupto e lacaio dos exploradores do povo." (BRECHT, Bertold. Texto: O analfabeto político).

Para saber mais:

[https://gestaodesegurancaprivada.com.br/corruptao-o-que-tipos-consequencia/](https://gestaodesegurancaprivada.com.br/corruptao-o-que-tipos-consequencia/fasciculo_1_.pdf)

[fasciculo_1_.pdf](https://gestaodesegurancaprivada.com.br/corruptao-o-que-tipos-consequencia/fasciculo_1_.pdf) (tce.ce.gov.br)

[https://www.bing.com/search?](https://www.bing.com/search?q=o+que+%C3%A9+corrupt%C3%A7ao+em+pdf&form=)

[q=o+que+%C3%A9+corrupt%C3%A7ao+em+pdf&form=](https://www.bing.com/search?q=o+que+%C3%A9+corrupt%C3%A7ao+em+pdf&form=)

<https://www.significados.com.br/corruptao>

A música "Que país é esse?" discute o lado sombrio da política representativa, partidária. Onde os interesses individuais estão acima dos coletivos. Fazendo com que a corrupção role solta pelo Senado, pelo Congresso Nacional, transformando a nação em cenário de caos.

Vamos à música!

Música: Que País é Este? (Legião Urbana)



Nas favelas, no Senado
 Sujeira pra todo lado
 Ninguém respeita a Constituição
 Mas todos acreditam no futuro da nação
 Que país é esse?
 Que país é esse?
 Que país é esse?
 No Amazonas, no Araguaia-ia-ia
 Na Baixada Fluminense
 Mato Grosso, Minas Gerais
 E no Nordeste tudo em paz
 Na morte, eu descanso
 Mas o sangue anda solto
 Manchando os papéis
 Documentos fiéis
 Ao descanso do patrão
 Que país é esse?
 Que país é esse?
 Que país é esse?
 Que país é esse?
 Terceiro mundo se for
 Piada no exterior
 Mas o Brasil vai ficar rico
 Vamos faturar um milhão
 Quando vendermos todas as almas
 Dos nossos índios num telão
 Que país é esse?
 Que país é esse?
 Que país é esse?
 Que país é esse?



ATITUDES REFLEXIVAS



1 – O que de acordo com o texto, podemos chamar de corrupção?

2 – Em sua opinião, o pensamento de Maquiavel colabora para a corrupção? Quais aspectos você aponta?

3 – Qual a relação da música “Que país é este” com o contexto da corrupção?

4 – Quais as principais consequências da corrupção política aparecem na música?

AULA 5

SUGESTÕES DIDÁTICAS



Aula expositiva e dialogada, levantando reflexões que contribuam com os alunos acerca da discussão que gira em torno da temática Ideologia.



O professor deve examinar o que os alunos já sabem a respeito da temática. Após esse diagnóstico deve ampliar a discussão trazendo mais informações, tendo como contribuições o texto e a música que se segue.



Deve estimular os alunos a ouvirem a música “Ideologia” de autoria da banda de rock Barão Vermelho, interpretada por Cazuza. Motivando-os a fazerem a relação entre a ideologia e as chaves de leitura que traz a música. A música deve ser ouvida, e sua letra deve ser analisada em relação direta com a temática.



Logo depois, o professor deve propor uma atividade aos alunos que contribua com a capacidade de cada um de construir e atualizar essa temática para sua vida. As questões devem ser propostas em relação direta com a música “Ideologia”.

IDEOLOGIA, QUERO UMA PRA VIVER!



De acordo com o dicionário Abbagnano: "termo que se origina dos filósofos franceses do final do século XVIII, conhecidos como "ideólogos", para os quais significava o estudo da origem e da formação das ideias. Posteriormente, em um sentido mais amplo, passou a significar um conjunto de ideias, princípios e valores que refletem uma determinada visão de mundo, orientando uma forma de ação, sobretudo uma prática política. Ex: ideologia facista, ideologia de esquerda, a ideologia dos românticos etc."

Para Marx, há uma divisão do trabalho intelectual e do trabalho manual. O primeiro seria mais valorizado e aqueles acabariam pertencendo à elite. Portanto, esta classe produz ideologias para que a classe trabalhadora não questione sobre sua condição e assim continue a ser explorada. A ideologia vem da classe burguesa. A ideologia que circula na sociedade são ideias alienantes que servem para continuar com o domínio da classe burguesa sobre a classe trabalhadora.

Deste modo, a ideologia impede que a sociedade perceba o vínculo interno entre o poder econômico e o poder político. Será a elite que dará uma ideologia à classe trabalhadora, a fim de que ela acredite na unificação da sociedade. Esta pode se dar na língua, na religião, na maneira de narrar a história, e mais modernamente, no esporte.

Perceba que Ideologia para Marx é o mesmo que Alienação. Ambas confundem-se.

Para Marcondes Filho (1985, p. 20), “ideologia não é, portanto, um fato individual, não atua inclusive de forma consciente na maioria dos casos. Quando pretendemos alguma coisa, defendemos uma ideia, um interesse, uma aspiração, uma vontade, um desejo, normalmente não sabemos, não temos consciência de que isso ocorre dentro de um esquema maior, [...]”

Diferentemente de seu mestre, o neomarxista italiano Antônio Gramsci concebe a Ideologia como um processo em que tanto o proletariado como a burguesia a tem. Nesse caso, as ideologias estão em embate. Disputa de ideias. Para os burgueses seriam ideias alienadoras, que ajudam a manter o controle e a hegemonia sobre a classe proletária, mas para a classe trabalhadora viria como uma oportunidade de libertar-se da dominação. Neste sentido, para Gramsci a ideologia pode tornar-se alienante, mas também libertadora. Neste caso, alienação e ideologia são “faces de uma mesma moeda”.

Para saber mais:

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. Filosofando: Introdução à Filosofia. 4º ed. São Paulo: Moderna, 2010.

ALTHUSSER, L. P. Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado. 7ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

CHAUÍ, Marilena. O que é Ideologia. São Paulo: Brasiliense, 2004. (Coleção-primeiros passos).

GUARESCHI, Pedrinho A. Sociologia Crítica. Alternativas de mudança. Porto Alegre: Mundo Jovem, 45ª ed. 1999, 168 p.

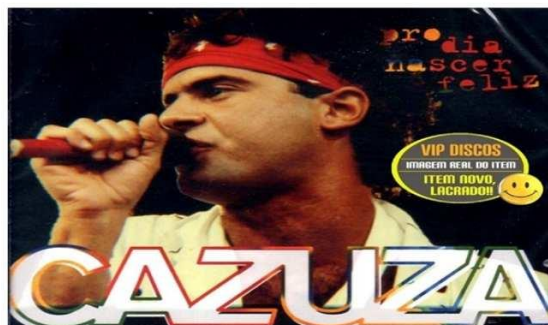
TOMAZI, Nelson Dacio. Sociologia para o ensino médio. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

A música Ideologia aborda o poder que as ideias têm em nossa vida. Acabam se tornando o fio condutor de nossas ações e relações. “Plasmando” um mundo à parte.

Vamos á música!

Musica: Ideologia (Cazuza)

Meu partido
É um coração partido
E as ilusões
Estão todas perdidas
Os meus sonhos
Foram todos vendidos
Tão barato que eu nem acredito
Ah! Eu nem acredito
Que aquele garoto
Que ia mudar o mundo
Mudar o mundo
Frequenta agora
As festas do Grand Monde
Meus heróis
Morreram de overdose
Meus inimigos
Estão no poder
Ideologia!
Eu quero uma pra viver
Ideologia!
Eu quero uma pra viver
O meu prazer
Agora é risco de vida
Meu sex and drugs
Não tem nenhum rock 'n' roll
Eu vou pagar
A conta do analista
Pra nunca mais
Ter que saber
Quem eu sou



Ah! Saber quem eu sou
Pois aquele garoto
Que ia mudar o mundo
Mudar o mundo
Agora assiste a tudo
Em cima do muro
Em cima do muro!
Meus heróis
Morreram de overdose
Meus inimigos
Estão no poder
Ideologia!
Eu quero uma pra viver
Ideologia!
Pra viver
Pois aquele garoto
Que ia mudar o mundo
Mudar o mundo
Agora assiste a tudo
Em cima do muro
Em cima do muro
Meus heróis
Morreram de overdose
Meus inimigos
Estão no poder
Ideologia!
Eu quero uma pra viver
Ideologia!
Eu quero uma pra viver
Ideologia!
Pra viver
Ideologia!
Eu quero uma pra viver

ATITUDES REFLEXIVAS



1 - De acordo com o texto, o que vem a ser ideologia?

2 – O que diferencia ideologia pensada por Marx e ideologia concebida por Gramsci?

3 – A partir da música “Ideologia”, qual a importância desta? Por que Cazuza canta que precisamos de uma para viver?

4 – A música ideologia está de acordo com Marx ou Gramsci? Comente.

AULA 6

SUGESTÕES DIDÁTICAS



Aula expositiva e dialogada, levantando reflexões que contribuam com os alunos acerca da discussão que gira em torno da temática Ideologia.



O professor deve examinar o que os alunos já sabem a respeito da temática. Após esse diagnóstico deve ampliar a discussão trazendo mais informações, tendo como contribuições o texto e a música que se segue.



Deve estimular os alunos a ouvirem a música “Não é sério” de autoria da banda de Rock Charles Brown Jr. Motivando-os a fazerem a relação entre as informações contidas no texto e as chaves de leitura que traz a música. A música deve ser ouvida, e sua letra deve ser analisada em relação direta com a temática.



Logo depois, deve propor uma atividade aos alunos que contribua com a capacidade de cada um de construir e atualizar essa temática para sua vida. As questões devem ser propostas em relação direta com a música “Não é sério”.

OS JOVENS E A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA



Há uma frase que já se tornou Clichê: “Os jovens são o futuro do país”. Mas em que sentido, e até que ponto essa afirmativa corresponde com a verdade dos fatos? Os jovens são ouvidos? Os jovens tem espaço para participar das decisões do país? Quando o jovem é convidado a opinar? Será que só quando é para ir a uma urna e dá seu voto a algum representante?

Na década de 1960, vimos uma efervescência da participação do jovem espalhada pelo mundo, Raul Seixas cantava a sociedade alternativa. Eclodia uma série de movimentos encabeçados pelos jovens exigindo liberdades civis democráticas, causa feminista, liberdade sexual, direitos dos imigrantes, participação -que tivessem o direito de ser ouvidos. Maio de 68 foi um marco desses movimentos na França. Vários intelectuais franceses participaram, entre eles destacam-se os filósofos: Jean - paul Sartre, Michel Foucault, Gilles Deleuze, A escritora e intelectual Simone de Beauvoir.

Já ocorria a ditadura militar em terras brasileiras. Por aqui, muitos movimentos, principalmente juvenis resistiam contra a opressão, controle, falta de liberdade. Esses movimentos foram construídos pelas ideias da teologia da libertação, movimentos estudantis (UNE). Esses movimentos estudantis tinham os DCEs – diretórios centrais estudantis; as (UEEs) Uniões estaduais dos estudantes. Esses movimentos contribuíram com uma parcela importante para mudar os rumos da política nacional.

Então, como podemos participar da política de nosso país?

Temos uma jovem democracia constituída e aprovada em 1988. Nela estão escritos todos os passos teóricos e práticos para a emancipação dos indivíduos que compõem a nação. Entretanto, os direitos como a moradia, emprego, saúde, educação etc..., estão apenas formalmente escritos, é preciso que estejam também em caráter material, de forma concreta. Para isso, é preciso que haja luta, organização dos mais diversos grupos pelos mais variados direitos escritos na constituição.

De acordo com Oliveira (2011), “existem muitas formas de participação política, seja nos movimentos estudantis, no movimento operário, no movimento dos sem-terra, nos movimentos de luta por moradia, no movimento ecológico, nos movimentos contra a exploração sexual e violência contra a mulher. ”

São movimentos organizados politicamente e que tem interesse em intervir na realidade social na tentativa de mudanças para a sociedade.

Para saber mais:

DALLARI, Dalmo. O que é participação política? São Paulo: Brasiliense, 1983. (Coleção primeiros passos)

Zuenir Ventura -1968, o Ano que não terminou.-Disponível em:
[https://www.bing.com/search?](https://www.bing.com/search?q=zuenir+ventura+68+o+ano+que+n%C3%A3o+terminou+em+pdf&q=)
[q=zuenir+ventura+68+o+ano+que+n%C3%A3o+terminou+em+pdf&q=](https://www.bing.com/search?q=zuenir+ventura+68+o+ano+que+n%C3%A3o+terminou+em+pdf&q=)

Benjamim Stora - Maio de 68: Revolta ou Revolução.
<http://www.historiaeimagem.com.br/documentario-maio-de-68-revolta-ou-revolucao/>

ZAPPA, Regina; SOTO, Ernesto. 1968: Eles só queriam mudar o mundo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

A música “Não é sério” enfatiza a falta de espaço, de oportunidade que a juventude não tem para que possa mostrar sua cara, o que pensam ser melhor para seu destino e para a própria sociedade. Na verdade são julgados e condenados a viverem na clandestinidade.

Vamos à música!

Música: “Não é sério” (Charles Brown Jr.)

Eu vejo na TV o que eles falam sobre o
jovem não é sério

O jovem no Brasil nunca é levado a
sério

Eu vejo na TV o que eles falam sobre
o jovem não é sério, não é sério

Eu vejo na TV o que eles falam sobre
o jovem não é sério

O jovem no Brasil nunca é levado a
sério

Eu vejo na TV o que eles falam sobre
o jovem não é sério, não é sério

Sempre quis falar

Nunca tive chance

Tudo que eu queria

Estava fora do meu alcance

Sim, já

Já faz um tempo

Mas eu gosto de lembrar

Cada um, cada um

Cada lugar, um lugar

Eu sei como é difícil

Eu sei como é difícil acreditar

Mas essa porra um dia vai mudar

Se não mudar, pra onde vou

Não cansado de tentar de novo

Passa a bola, eu jogo o jogo



Eu vejo na TV o que eles falam sobre o
jovem não é sério, não é sério

Eu vejo na TV o que eles falam sobre o
jovem não é sério

O jovem no Brasil nunca é levado a
sério

Eu vejo na TV o que eles falam sobre o
jovem não é sério, não é sério

A polícia diz que já causei muito
distúrbio

O repórter quer saber porque eu me
drogo

O que é que eu uso

Eu também senti a dor

E disso tudo eu fiz a rima

Agora tô por conta

Pode crer que eu tô no clima

Eu tô no clima, segue a rima

Revolução na sua vida você pode você
faz

Quem sabe mesmo é quem sabe mais
Revolução na sua mente você pode
você faz

Quem sabe mesmo é quem sabe mais
Revolução na sua mente você pode
você faz



Quem sabe mesmo é quem sabe
mais
Também sou rimador, também sou
da banca
aperta um do forte que fica tudo a
pampa
Eu tô no clima! Eu tô no clima ! Eu
tô no clima
Segue a Rima!

Sempre quis falar
Nunca tive chance
Tudo que eu queria
Estava fora do meu alcance
Sim, já
Já faz um tempo
Mas eu gosto de lembrar
Cada um, cada um
Cada lugar, um lugar
Eu sei como é difícil
Eu sei como é difícil acreditar
Mas essa porra um dia vai mudar
Se não mudar, pra onde vou
Não cansado de tentar de novo
Passa a bola, eu jogo o jogo
Eu vejo na TV o que eles falam
sobre o jovem não é sério
O jovem no Brasil nunca é levado
a sério
Eu vejo na TV o que eles falam
sobre o jovem não é sério, não é
sério
Eu vejo na TV o que eles falam
sobre o jovem não é sério
O jovem no Brasil nunca é levado
a sério
Eu vejo na TV o que eles falam
sobre o jovem não é sério, não é
sério

A polícia diz que já causei muito
distúrbio
O repórter quer saber porque eu
me drogo
O que é que eu uso
Eu também senti a dor
E disso tudo eu fiz a rima
Agora tô por conta
Pode crer que eu tô no clima
Eu tô no clima, segue a rima
Revolução na sua vida você pode
você faz
Quem sabe mesmo é quem sabe
mais
Revolução na sua mente você
pode você faz
Quem sabe mesmo é quem sabe
mais
Revolução na sua vida você pode
você faz
Quem sabe mesmo é quem sabe
mais
Revolução na sua mente você
pode você faz
Quem sabe mesmo é quem sabe
mais
Eu tô no clima
O que eu consigo ver é só um terço
do problema
É o Sistema que tem que mudar
Não se pode parar de lutar
Senão não muda
A Juventude tem que estar a fim
Tem que se unir
O abuso do trabalho infantil, a
ignorância
Só faz destruir a esperança
Na TV o que eles falam sobre o
jovem não é sério
Deixa ele viver! É o que liga

ATITUDES REFLEXIVAS

1 – Qual a importância do maio de 68 para a participação do jovem brasileiro?

2 – Que caminhos indica o texto para a participação do jovem tornar-se mais ativa?

3 – Do que fala a música “Não é sério”?

4 – Qual mensagem manda a música “Não é sério”?

Parte II

O QUE NOS MOVE A AGIR E INTERAGIR NA SOCIEDADE?



Nesta parte, trazemos temáticas e reflexões que se referem ao processo de alienação nas relações de trabalho; Nos meios de comunicação/Fake News ; e a televisão como potencial influenciador cultural.

AULA 7

SUGESTÕES DIDÁTICAS



Aula expositiva e dialogada, levantando reflexões que contribuam com os alunos acerca da discussão que gira em torno da temática Alienação.



O professor deve examinar o que os alunos já sabem a respeito da temática. Após esse diagnóstico deve ampliar a discussão trazendo mais informações, tendo como contribuições o texto e a música que se segue.



Deve estimular os alunos a ouvirem a música “Admirável Chip Novo” de autoria da cantora Pitty. Motivando-os a fazerem a relação entre alienação e as chaves de leitura que traz a música. A música deve ser ouvida, e sua letra deve ser analisada em relação direta com a temática.



Logo depois, o professor deve propor uma atividade aos alunos que contribua com a capacidade de cada um de construir e atualizar essa temática para sua vida. As questões devem ser propostas em relação direta com a música “Admirável Chip Novo”.

ALIENAÇÃO, O QUE É ISSO?



Como vimos no texto anterior acerca da ideologia, Marx não faz diferença entre Ideologia e Alienação. Ambas tem o mesmo significado. Marx vê ideologia como aspecto hegemônico, dominante, que controla, manipula a mente, internaliza hábitos, perspectivas do proletariado, fazendo assim com que continuem subservientes aos donos dos meios de produção. Ideologia são ideias alienantes construídas, próprias da burguesia.

Aqui refletiremos alienação distinta de ideologia, com características próprias.

Por que muitas vezes agimos de uma forma e não de outra? Por que defendemos ideias que muitas vezes na prática estão a nos prejudicar. Por que em alguns momentos não conseguimos enxergar o abismo que está a nossa frente, abertos a partirdas ideias que seguimos e que podem nos destruir? Ou então, por que não agimos,não nos mobilizamos para mudar uma dada situação, ou resolver um problema. O que nos impede de agir? De nos compreender fazendo parte da realidade, do mundo social em que nossas ações, decisões e atitudes são fundamentais para a mudança sócio-político-cultural?

A palavra alienação provem do latim alienatio - significa aquilo que pertence a outro. Dizendo de outra forma, são ideias que camuflam a verdade acerca dos fatos, da realidade. Impedem os indivíduos de perceberem que podem está sendo manipulados, enganados.

Alienação é uma forma de tirar a identidade das pessoas. Uma pessoa alienada é aquela que age sem saber das coisas. É uma pessoa que vive, mas não dar importância ao que se passa no mundo. Que não luta por seus ideais, que se submete a qualquer coisa. A alienação é a cegueira da consciência.

O estado de alienação interfere na capacidade dos indivíduos sociais de agirem e pensarem por si próprios... ou seja, eles não tem consciência do papel que desempenham nos processos sociais.

Alienação nas ciências sociais, é um conceito que designa indivíduos que estão alheios a si próprios ou a outrem, tornando-se escravos de atividades ou instituições humanas, devido a questões econômicas, sociais ou ideológicas. Desta forma, refere-se também à diminuição da capacidade dos indivíduos em pensarem e agirem por si próprios.

Para a filosofia, alienação significa alguém que se tornou alheio a si mesmo, a sua própria realidade. Podemos também falar em alienação social, onde o indivíduo não se entende participante da sociedade, fazendo parte de instituições, onde que sua participação é essencial. Está alheio às questões que envolvem a si e a sociedade. Os sintomas desse tipo de alienação são: não questionamento, passividade, naturalização (aceitação dos fatos como algo natural, normal, divino).

Para saber mais:

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. Filosofando: Introdução à Filosofia. 4º ed. São Paulo: Moderna, 2010.

COTRIM, Gilberto; FERNANDES, Mirna. Fundamentos de Filosofia: Ensino Médio. 1º ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

GUARESCHI, Pedrinho A. Sociologia Crítica. Alternativas de mudança. Porto Alegre: Mundo Jovem, 45ª ed. 1999, 168 p.

BARROS, José D'Assunção. O conceito de alienação no jovem Marx. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 23, n. 1, p 223-245.

CODO, Wanderley. O que é Alienação? 2ª edição. Brasiliense (Coleção primeiros passos).

A música “Admirável chip novo” discute o poder das falsas ideias na vida do sujeito, onde acabam nos tornando alheios às diversas realidades, nos controlando como se fôssemos máquinas, robôs.

Vamos à música!

Admirável Chip Novo (Pitty)

Pane no sistema
Alguém me desconfigurou
Aonde estão meus olhos de robô?
Eu não sabia, eu não tinha percebido
Eu sempre achei que era vivo

Parafuso e fluido em lugar de
articulação
Até achava que aqui batia um coração
Nada é orgânico, é tudo programado
E eu achando que tinha me libertado

Mas lá vêm eles novamente
Eu sei o que vão fazer
Reinstalar o sistema

Pense, fale, compre, beba
Leia, vote, não se esqueça
Use, seja, ouça, diga

Tenha, mor, gaste, viva
Pense, fale, compre, beba
Leia, vote, não se esqueça
Use, seja, ouça, diga

Não, senhor, sim, senhor
Não senhor, sim, senhor

Pane no sistema
Alguém me desconfigurou
Aonde estão meus olhos de robô?
Eu não sabia, eu não tinha percebido
Eu sempre achei que era vivo

Parafuso e fluido em lugar de
articulação
Até achava que aqui batia um coração
Nada é orgânico, é tudo programado
E eu achando que tinha me libertado

Mas lá vem eles de novamente
Eu sei o que vão fazer
Reinstale o sistema

Pense, fale, compre, beba
Leia, vote, não se esqueça
Use, seja, ouça, diga
Tenha, more, gaste, viva

Pense, fale, compre, beba
Leia, vote, não se esqueça
Use, seja, ouça, diga

Não senhor, sim senhor
Não senhor, sim senhor

Mas lá vem eles novamente
Eu sei o que vão fazer
Reinstale o sistema



ATITUDES REFLEXIVAS



1 – A partir do texto, qual a diferença entre a alienação concebida por Marx e a alienação trabalhada no texto “o que é alienação”.

2 – Baseado no texto, defina o que é alienação. De exemplos percebíveis na sociedade de processos de alienação.

3 – Quais as estrofes centrais da música “admirável Chip Novo” que falam do processo de alienação?

4 - A alienação trazida na música “Admirável Chip Novo” está mais próxima ao pensamento de Marx ou ao pensamento de Gramsci exposto no texto? Comente.

AULA 8

SUGESTÕES DIDÁTICAS



Aula expositiva e dialogada levantando reflexões que contribuam com os alunos acerca da discussão que gira em torno dos meios de comunicação e as fake news e suas consequências.



O professor deve examinar o que os alunos já sabem a respeito da temática. Após esse diagnóstico deve ampliar a discussão trazendo mais informações, tendo como contribuições o texto e a música que se segue.



Deve estimular os alunos a ouvirem a música “Um só” de autoria de Gabriel o Pensador. Motivando-os a fazerem a relação entre os meios de comunicação e as fake news e que chaves de leitura traz a música. A música deve ser ouvida, e sua letra deve ser analisada em relação direta com a temática.



Logo depois, o professor deve propor uma atividade aos alunos que contribua com a capacidade de cada um de construir e atualizar essa temática para sua vida. As questões devem ser propostas em relação direta com a música “Um só”.

OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO E AS FAKE NEWS



Somos seres de comunicação. Nossa linguagem se destaca em relação a linguagem dos outros animais pela sua sofisticação, capacidade de criar, construir, imaginar e fantasiar. Para Oliveira (2011, p. 121), “por comunicação entendemos a transmissão de informações ou a troca de mensagens que se opera de pessoa a pessoa, troca essa que pode efetuar-se por meio da linguagem, ou por diversos outros meios.” “Chamamos de linguagem à capacidade que têm os homens de comunicarem-se uns com os outros, expressando seus sentimentos e pensamentos por meio da palavra.”

A comunicação possui uma importância fundamental para o desenvolvimento de qualquer cultura. E o principal instrumento de comunicação que o homem possui é a linguagem.

Com o fenômeno da globalização e o desenvolvimento tecnológico, novos instrumentos ampliaram a comunicação. A internet é um exemplo. Com o desenvolvimento dos meios de comunicação nos últimos anos vem se destacando a discussão em torno do temo fake News. O termo fake News vem do inglês fake (falso-falsa) e News (noticias), significando notícias falsas, mentirosas. Que escondem a verdade dos fatos por meio de falácias (falsos discursos).

Em português significa notícia falsa. No entanto, já se tinha notícias das fake News a partir do século XIX.

A internet possibilita que as notícias se espalhem em uma velocidade cada vez mais rápida. E as redes sociais aceleraram ainda mais esse processo. Neste sentido, o espaço também é propício para que as notícias falsas também sejam divulgadas. Para o bem da sociedade, é importante que as fake News sejam combatidas. A conscientização da população é essencial. Quando receberem uma informação ou notícia é importante averiguar antes de replicar, de enviá-las a outros. É preciso investigar se tais informações ou notícias correspondem à verdade e se mesmo sendo verdade, deve ser exposta nestes meios de comunicação de massa.

De acordo com Rus (1994), “mentira vem do latim mentir, e significa imaginar, inventar.”

Enfatiza a filósofa Arendt (1993) que “o problema de mentir é que isso vai depender de o mentiroso ter uma clara noção da verdade a ser escondida nesse sentido; a verdade, mesmo aquela que não aparece em público, tem a primazia sobre toda falsidade”.

Para saber mais:

<https://www.scielo.br/j/gal/a/Kvxg4btPzLYdxXk77rGrmJS/?format=pdf>

<https://www.bing.com/search?q=os+meios+de+comunica%C3%A7%C3%A3o+e+as+fake+news+em+pdf&>

<https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos19/11115228101.pdf>

A música “Um só” discute o poder das falsas notícias, as Fake News que muitas vezes levam a divisão, ao conflito e a intolerância em as nossas relações sociais.

Vamos à música!

Música de Gabriel o pensador “Um só”

Eu não sei se ele era antigo e tava congelado
Se era alguém que tinha morrido e foi ressuscitado
Ou se veio do futuro teletransportado
Se era um ser de outro planeta e tava disfarçado

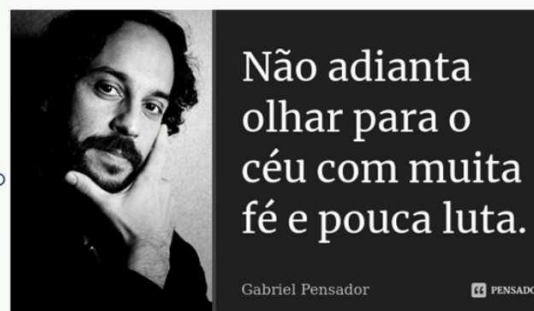
Eu só sei que no começo ele nem foi notado
Carregando o seu sorriso e observando tudo
Muito medo e muita raiva por todos os lados
E ele calmo, protegido por um belo escudo

Caminhava devagar mas ia sempre em frente
E tratava sempre igual todo tipo de gente
Corajoso e consciente do poder do amor
Entendia da alegria e também da dor

Espalhava poesia até sem dizer nada
Num momento em que ninguém queria ouvir
ninguém
Seu silêncio era sincero e nos lembrava que a
verdade pode ser manipulada pro mal ou pro bem

Pouca gente dava ouvidos pro que ele dizia
Preferiam suas próprias frases feitas
Não queriam abrir os olhos nem abrir caminhos
Tão fechados nas esquerdas e direitas
As pessoas em geral nunca estão satisfeitas

Sempre querendo estar onde não estão
Se o João tem uma visão e o José não aceita
O José arranca os olhos do João
Pedro vê José sorrindo e quer vingança por João



Então fura os olhos de José com pregos
E assim, olho por olho e dente por dente
Ninguém mais pode sorrir e todos ficam
cegos

Banalizam a violência e a coerência some
Já não sabem se são homens ou são ratos
Dominados por aquilo que consomem
Acreditam mais nas "fakenews" do que nos
próprios fatos

O povo heroico não tá só no hino
Talvez seja o nosso destino ser fortes
Lutar de verdade por dignidade
Por mais independência e menos mortes

Quem nos divide é pra nos dominar
E o mapa da mina pra quem nos domina é a
gente que dá
Pra nos derrubar igual dominó da maneira
mais fácil
Criando um espaço entre as peças
As peças que unidas seriam espessas
Mas eles nos querem batendo cabeças
gritando palavras de ordem

Em cada um de nós, eu disse em cada um de
nós, tem um gigante dormindo
E quem nos divide não quer que os gigantes
acordem!

ATITUDES REFLEXIVAS

1 -Que relações a temática faz entre os meios de comunicação e as Fake News?

2 –Como o texto define as Fake News? E que problemas podem causar para a convivência em sociedade?

3 – Como a música “Um Só” de Gabriel o Pensador reflete a temática das Fake News?

4 -De acordo com a música “Um Só”, quais os efeitos negativos trazidos pelas Fake News? Que objetivos são tramados?

AULA 9

SUGESTÕES DIDÁTICAS



Aula expositiva e dialogada levantando reflexões que contribuam com os alunos acerca da construção do conceito do que seja a mais-valia e o trabalho alienado.



O professor deve examinar o que os alunos já sabem a respeito da temática. Após esse diagnóstico deve ampliar a discussão trazendo mais informações, tendo como contribuição o texto e a música que se segue.



Deve estimular os alunos a ouvirem a música "Cidadão", de Zé Ramalho. Motivando-os a fazerem a relação entre o que significa a mais-valia e o trabalho alienado, e que relação tem com a música. A música deve ser ouvida, e sua letra deve ser analisada em relação direta com a temática.



Logo depois, deve propor uma atividade aos alunos que contribua com a capacidade de cada um de construir e atualizar essa temática para sua vida. As questões devem ser propostas em relação direta com a música "Cidadão".

O TRABALHO ALIENADO E A MAIS VALIA



Existem trabalhadores que desempenham trabalhos essenciais, mas são mal remunerados por seus patrões. A exemplo de um pedreiro que constrói espaços residenciais ou prédios, mas que muitas vezes não consegue construí a sua própria casa. Um gari que acorda cedo, enquanto muitos estão a dormir, para limpar a sujeira que deixamos espalhadas pelas ruas por falta muitas vezes de consciência ambiental ou respeito pela função do outro. Uma empregada doméstica que muitas vezes não ganha o suficiente pelo trabalho que desempenha.

O economista e filósofo Karl Marx (1818-1883), desenvolveu uma teoria que buscou explicar essas relações. Para Marx, existe uma luta de classes, onde em seu centro de disputa estão: A burguesia versus proletariado. A burguesia é a classe daqueles que detém os meios de produção. O proletariado são aqueles desprovidos desses meios. Em razão disso, acabam vendendo sua força de trabalho aos burgueses. Ai impera o problema - Mais Valia. De acordo com a site politize a Mais Valia "representa a disparidade entre o salário pago e o valor produzido pelo trabalho. Dessa forma, ela pode ser entendida como o trabalho não pago, ou seja, são as horas que o trabalhador cumpre/valor que ele gera pelos quais ele não é remunerado".

No final do século XVIII, e início do século XIX, com a explosão da primeira revolução industrial na Europa, especificamente, em terras inglesas, houve uma mudança na produção de mercadorias e no cotidiano dos trabalhadores. O processo de produção de mercadorias, impulsionado pelo conhecimento científico, abertura de grandes fabricas e instalações de grandes máquinas em seu interior, mudou a maneira como o homem produzia mercadorias. Antes existia o modo de produção artesanal, mais lento, onde apenas uma pessoa, o artesão, tomava de conta a seu bel prazer daquilo que era produzido.

Com a revolução industrial, as mercadorias passaram ser produzidas em série e em uma velocidade muito maior que a anterior. Agora, o trabalhador corre de acordo com o ponteiro dos relógios que ficavam nas paredes das fábricas, impedindo, segundo os supervisores das fábricas, o desperdício de tempo por parte dos trabalhadores que passaram a trabalhar em regime de horas que infringiam as leis trabalhistas que viriam anos depois. O regime de trabalho era realizado por produção. Menos tempo desperdiçado, geraria mais mercadoria. Isto é, mais dinheiro no bolso do burguês e mais serviço não remunerado ao trabalhador. Que não tinha mais domínio de todo o processo de produção de mercadorias, mas era agora, mais uma peça na engrenagem.

Marx defende que o trabalho é uma forma de humanizar o homem. Na medida em que constrói algo, manipula matérias primas, também se constrói como ser humano. No entanto, na sociedade capitalista esse processo é ofuscado por aquilo que ele chama de trabalho alienado - traduzido como "instrumento de opressão e de desumanização do ser humano". Onde o trabalhador ao invés de libertar-se, "torna-se escravo do seu trabalho, possuindo com ele uma relação de estranhamento, e reconhecendo nele algo que o oprime, que fatiga e a que é obrigado a recorrer, tão-somente, para garantir a sua sobrevivência".

Para saber mais:

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. Filosofando: Introdução a Filosofia 4 ed. São Paulo: Moderna, 2009.

COTRIM, Gilberto; FERNANDES, Mirna. Fundamentos de Filosofia: Ensino Médio. 1º ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

SANTOS, Ricardo da Luz. Trabalho alienado em Marx: a base do capitalismo. Dissertação porto alegre, 2008. Universidade católica do Rio grande do sul.

MARX, K. O capital: crítica da economia política. 18 ed. Trad. Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

MARX, K.; ENGELS, F. A ideologia Alemã. 6 ed. Trad. José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Hucitech, 1987.

A música "Cidadão" problematiza a exploração, o baixo salário ganho pelo trabalhador que não consegue usufruir de muitas coisas que ele mesmo ajuda a construir, a fabricar, levando-o a uma relação alienadora com seu próprio trabalho, causado pela relação da mais-valia.

Vamos à música!

Música: (Cidadão) de Zé Ramalho

Tá vendo aquele edifício, moço?
Ajudei a levantar
Foi um tempo de aflição
Era quatro condução
Duas pra ir, duas pra voltar

Hoje depois dele pronto
Olho pra cima e fico tonto
Mas me vem um cidadão
E me diz, desconfiado
Tu tá aí admirado
Ou tá querendo roubar?

Meu domingo tá perdido
Vou pra casa entristecido
Dá vontade de beber
E pra aumentar o meu tédio
Eu nem posso olhar pro prédio
Que eu ajudei a fazer

Tá vendo aquele colégio, moço?
Eu também trabalhei lá
Lá eu quase me arrebento
Fiz a massa, pus cimento
Ajudei a rebocar

Minha filha inocente
Vem pra mim toda contente
Paí, vou me matricular
Mas me diz um cidadão
Criança de pé no chão
Aqui não pode estudar



Essa dor doeu mais forte
Por que é que eu deixei o norte?
Eu me pus a me dizer
Lá a seca castigava
Mas o pouco que eu plantava
Tinha direito a comer

Tá vendo aquela igreja, moço?
Onde o padre diz amém
Pus o sino e o badalo
Enchi minha mão de calo
Lá eu trabalhei também

Lá foi que valeu a pena
Tem quermesse, tem novena
E o padre me deixa entrar
Foi lá que Cristo me disse
Rapaz deixe de tolice
Não se deixe amedrontar

Fui eu quem criou a terra
Enchi o rio, fiz a serra
Não deixei nada faltar
Hoje o homem criou asa
E na maioria das casas
Eu também não posso entrar

Fui eu quem criou a terra
Enchi o rio, fiz a serra
Não deixei nada faltar
Hoje o homem criou asas
E na maioria das casas
Eu também não posso entrar



ATITUDES REFLEXIVAS



1 A partir do texto, o que é o trabalho alienado?

2 Que relação existe entre o trabalho alienado e mais valia?

3 Qual a temática expressa na música “Cidadão”, de Zé Ramalho?

4 Que relação existe entre o que está dizendo a letra da música “Cidadão” e o trabalho alienado?

AULA 10

SUGESTÕES DIDÁTICAS



Aula expositiva e dialogada, levantando reflexões que contribuam com os alunos acerca da discussão que gira em torno da televisão, bandido ou mocinho.



O professor deve examinar o que os alunos já sabem a respeito da temática. Após esse diagnóstico deve ampliar a discussão trazendo mais informações, tendo como contribuições o texto e a música que se segue.



Deve estimular os alunos a ouvirem a música “Televisão” de autoria da banda de rock Titãs. Motivando-os a fazerem a relação entre a televisão e que chaves de leitura traz a música. A música deve ser ouvida, e sua letra deve ser analisada em relação direta com a temática.



Logo depois, deve propor uma atividade aos alunos que contribua com a capacidade de cada um de construir e atualizar essa temática para sua vida. As questões devem ser propostas em relação direta com a música “Televisão”.

A TELEVISÃO, BANDIDO OU MOCINHO?



Autores como Louis Althusser se referem a mídia, no caso específico, a televisão, como um aparelho ideológico do Estado. A programação televisiva que temos hoje no país como tv aberta não contribui para o pensamento e a reflexão. Existem ideologias dominantes inseridas sorrateiramente em anúncios, programas, telejornais, novelas, que vão plasmando, construindo e desconstruindo valores na população, sobretudo, nos mais pobres e menos escolarizados.

Podemos perceber o quanto de alienação representa a tv, pois em muitos municípios espalhados pelo Brasil as tvs servem ao poder, mais precisamente a manutenção do poder. Servem a uma elite empresarial, quando não aos administradores municipais. Mostram somente o que importa ao poder.

O pensador Pierre Bourdieu citado por Trinta (2001), faz uma série de observações acerca desse objeto tecnológico tão fascinante, onde “constata que a televisão privilegia o entretenimento, em prejuízo da informação e da cultura.” Sendo a televisão um meio de comunicação de massa aparece como um instrumento de controle e dominação da grande maioria da população pelas elites que dirigem o Estado e estão interessadas em alcançar um objetivo: Manter a pleno vapor valores e concepções da sociedade capitalista.

Ciro Marcondes Filho dá um exemplo do poder e da influência que a televisão exerce sobre nós expectadores:

“O homem toma silenciosamente sua sopa, mal conversa com a mulher que o acompanha á mesa; as crianças correm pelo apartamento, indiferentes ao cansaço do pai. A televisão fala, mostra cenas, fotografias, desenhos. Uma coisa atrás da outra, num ritmo tão louco que nem dá para prestar atenção. São cores, sons, impactos, vozes, caras, tudo, um após o outro. O dia foi exaustivo. Este homem só quer entregar-se ao sofá. Tem pouco animo para falar, para fazer qualquer coisa – muito menos para ouvir reclamações da mulher, do vizinho ou da mãe, que vive lhe telefonando, pedindo para não se esquecer dela.”

Apesar de nos últimos 15 anos a televisão ter perdido força diante do surgimento da internet, continua forte influenciadora da vida social e cultural.

Segundo Tomazi (2010), mais do que um meio de comunicação, a televisão tornou-se um forte fator que participa da formação das pessoas e pode construir um novo tipo de ser humano. Essa afirmação está baseada em observações que vem mostrando que as crianças em várias partes do mundo, passam muitas horas diárias vendo televisão antes de saber ler e escrever. Isso dá margem a um novo tipo de formação, centralizado na capacidade de ver.” O que importa é a imagem, é o ver sem entender”.

Para saber mais:

GUARESCHI, Pedrinho A. Sociologia Crítica. Alternativas de mudança. Porto Alegre: Mundo Jovem, 45ª ed. 1999, 168 p.

ALTHUSSER, L. P. Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado. 7ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

OLIVEIRA, Raimundo Nonato Nogueira. Filosofia: Investigando o Mundo da Prática. 1ª Edição. Ed. Edjovem. Reimpressão, 2011.

A música “Televisão” aborda a temática das mídias e traz como destaque a TV como aquela que mesmo com o aparecimento da internet e outras mídias ligadas a ela, ainda continua sendo uma forte influenciadora cultural na sociedade.

Vamos à música!

Musica: (Televisão) autoria dos titãs



A televisão me deixou burro, muito burro demais
Agora todas coisas que eu penso me parecem iguais
O sorvete me deixou gripado pelo resto da vida
E agora toda noite quando deito é boa noite, querida

Oh Cride, fala pra mãe
Que eu nunca li num livro que o espirro fosse um vírus sem cura
Vê se me entende pelo menos uma vez criatura
Oh Cride, fala pra mãe

A mãe diz pra eu fazer alguma coisa, mas eu não faço nada
A luz do sol me incomoda, então deixa a cortina fechada
É que a televisão me deixou burro, muito burro demais
E agora eu vivo dentro dessa jaula junto dos animais

Oh Cride, fala pra mãe
Que tudo que a antena captar meu coração captura
Vê se me entende pelo menos uma vez criatura
Oh Cride, fala pra mãe

A mãe diz pra eu fazer alguma coisa, mas eu não faço nada
A luz do sol me incomoda, então deixa a cortina fechada
É que a televisão me deixou burro, muito burro demais
E agora eu vivo dentro dessa jaula junto dos animais

E eu digo: Oh Cride, fala pra mãe
Que tudo que a antena captar meu coração captura
Vê se me entende pelo menos uma vez criatura
Oh Cride, fala pra mãe



ATITUDES REFLEXIVAS



1 -A partir do texto, qual o impacto da televisão na vida do brasileiro?

2 – por que a televisão torna-se tão atraente para o expectador?

3 – A partir de uma pesquisa, comente por que razão a televisão foi tão criticada pela banda de rock os titãs?

4 -Nas entrelinhas da canção, quais os efeitos nocivos enfatizados?

CONCLUSÃO

Filosofando com Música: experiência metodológica interdisciplinar. Com esse produto educacional materializado em um caderno metodológico em formato de proposta, fruto de uma pesquisa pelo Programa de Pós-Graduação em Gestão da Educação Básica (PPGEEB) – UFMA, tivemos a intenção de implementar o ensino de filosofia no contexto do ensino médio público maranhense, aproximando os estudantes dos pressupostos filosóficos de forma mais significativa e, tornando o trabalho docente cada vez mais aprimorado pedagogicamente. Tivemos como grande parceira nesta tarefa a música como aquela que veio a colaborar, ampliar a compreensão de cada temática sugerida no caderno metodológico. Entendendo também a importância de se trabalhar interdisciplinarmente, em conjunto com outras áreas do conhecimento, onde não é mais aceitável uma concepção que defende ainda o trabalho das disciplinas isoladas, concebem as áreas do conhecimento como compartimentos isolados.

Esperamos ter contribuído com as discussões e debates que giram em torno da filosofia e de seu ensino, dando mais uma “pitada” sugestiva de como viabilizar a ponte entre os docentes do componente curricular filosofia e os estudantes do Ensino Médio.

É importante sublinhar que as sugestões contidas no produto educacional podem ser reelaboradas, reinterpretadas pelo docente que “lançar mão” em suas aulas.



REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. Política. Brasília: Editora universidade de Brasília, 1985.

ALTHUSSER, L. Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado. 3 ed. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1980, p. 9.

ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de filosofia. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000. 1014p.

ARENDT, Hannah. A dignidade da politica. 2ª ed. Tradução: Maria Helena Martins e outros. Rio de Janeiro: Relume – Dumará, 1993.

AZEVEDO JUNIOR, José Garcia de. Apostila de Arte: Artes Visuais. São Luís: Imagética Comunicação eDesign, 2007. 59 págs.

BRECHT, Bertold. Texto: O analfabeto político.

CHAUÍ, Marilena. Iniciação à Filosofia: Ensino Médio. Volume único. São Paulo: Ática, 2010.

CHAUÍ, Marilena. Convite a Filosofia. São Paulo: Ática, 2000.

FEITOSA, Charles. Explicando a filosofia com arte. 2 ed. - Rio de Janeiro, Ediouro multimídia, 2009.

AUTOR

João Ferreira da Páscoa Filho

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Gestão de Ensino da Educação Básica na Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Especialista em Ensino de Sociologia no Ensino Médio. Possui Graduação em Filosofia, licenciatura plena pelo Instituto Estudos Superiores do Maranhão– IESMA, (2010). Já atuou como professor contratado pela SEDUC – MA. Atua como professor da educação Básica na SEMED da cidade de Santa Rita – Ma, e na cidade de Bacabal – MA.

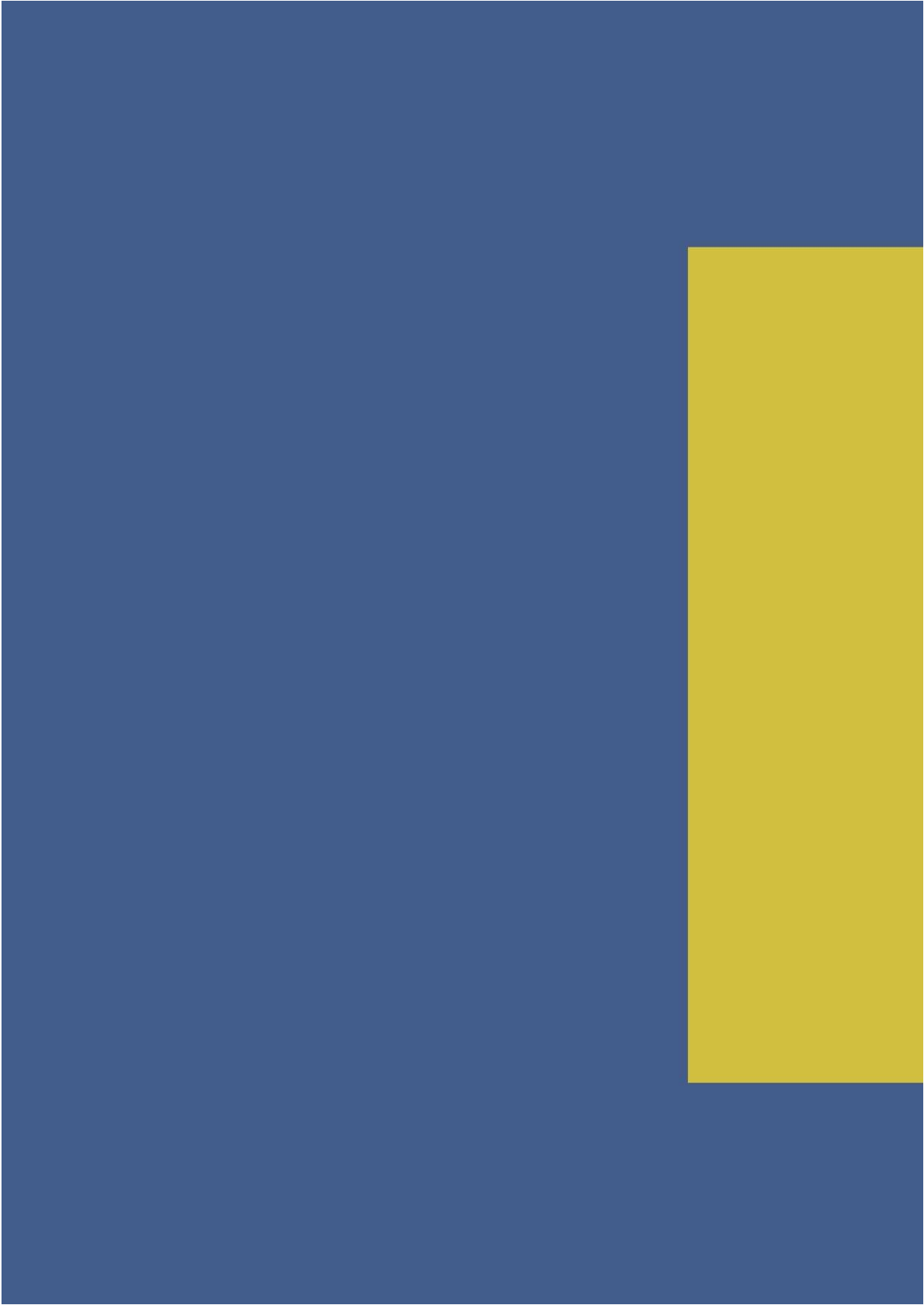


ORIENTADOR

Prof. Dr. Raimundo Nonato Assunção Viana

Graduação em Educação Física e Técnicas Desportivas pela Universidade Federal do Maranhão. Especialista em Ciências e Técnicas da Ginástica Olímpica pela Universidade Gama Filho (1994) Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2003). Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2006). Atualmente é professor associado do Departamento de Educação Física na Universidade Federal do Maranhão. Docente do Mestrado profissional em artes da Universidade Federal do Maranhão, PROFART – UFMA. Docente do Programa de Pós-Graduação em Gestão do Ensino da Educação Básica – (PPGEEB) UFMA. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas Pedagógicas em Educação Física. Pesquisador e Coordenador Adjunto do Centro de Desenvolvimento de Pesquisas em Políticas de Esporte e Lazer da Rede CEDES do Estado do Maranhão. Pós Doutorado em Educação, junto ao grupo de pesquisas; Corpo, Educação e Cultura – COEDUC/PPGE/UFMT. Tem experiência na área de Educação Física, com ênfase nos seguintes temas: Corpo, Educação, Dança na escola, Danças tradicionais, Diversidade étnico-racial, Estética. Autor do Livro “O Bumba meu Boi como fenômeno Estético: Corpo, Estética e Educação/EDUFMA.





ANEXOS

ANEXO A – CARTA DE APRESENTAÇÃO PARA CONCESSÃO DE PESQUISA DE CAMPO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE ENSINO DA EDUCAÇÃO BÁSICA
(PPGEEB)


PPGEEB

CARTA DE APRESENTAÇÃO PARA CONCESSÃO DE PESQUISA DE CAMPO

Prezado(a) Senhora(a) Maria da Paz Carvalho Barros


 RESOLUÇÃO
 173 /2008 C. E. E -MA
 de 17 07/2008
 2º Grau
 Rua da Caema S. N.
 São Mateus do Maranhão - MA

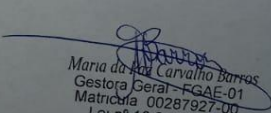
Vimos por meio desta apresentar-lhe o(a) estudante JOAO FERREIRA DA PASCOA FILHO, regularmente matriculado(a) no Mestrado Profissional Gestão de Ensino da Educação Básica, da Universidade Federal do Maranhão para desenvolver uma pesquisa de conclusão de curso, intitulada: ENSINO DE FILOSOFIA E A CONTRIBUIÇÃO DAS ARTES VISUAIS CONTEMPORÂNEAS: Uma metodologia interdisciplinar no contexto de uma escola pública maranhense.

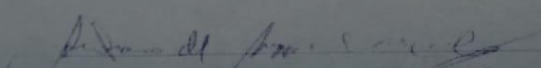
Na oportunidade, solicitamos autorização de Vossa Senhoria em permitir a realização da pesquisa neste recinto educacional para que o(a) referido(a) estudante possa coletar dados por meio de observações, entrevistas, questionários e outros meios metodológicos que se fizerem necessários.

Solicitamos ainda a permissão para a divulgação desses resultados e suas respectivas conclusões, preservando sigilo e ética, conforme termo de consentimento livre que será assinado pelos sujeitos envolvidos na pesquisa. Esclarecemos que tal autorização é uma pré-condição.

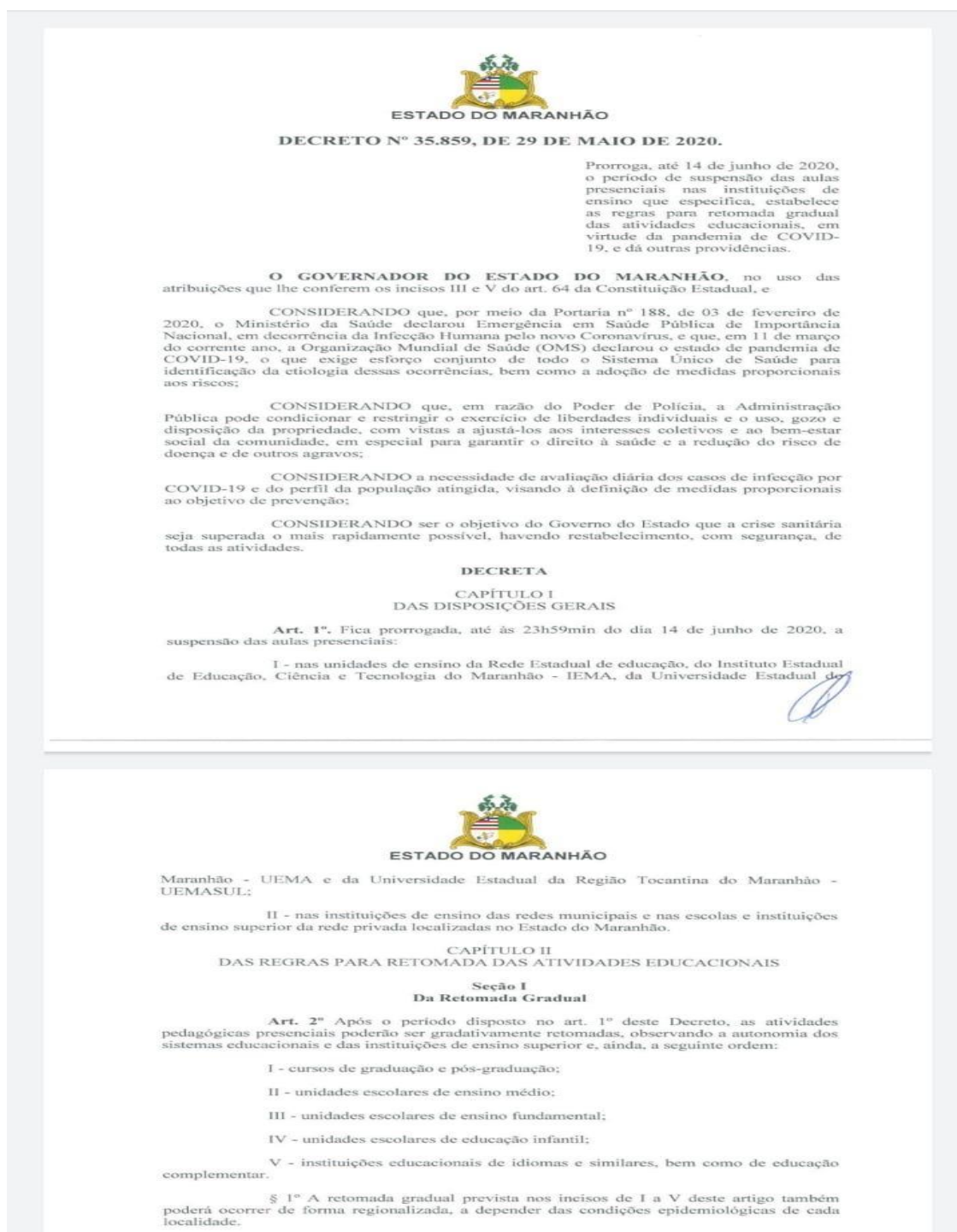
Colocamo-nos à disposição de V. Sª para quaisquer esclarecimentos.

São Luís, ____ / ____ / ____


 Maria da Paz Carvalho Barros
 Gestora Geral - PPGEEB-01
 Matrícula 00287927-00
 Lei nº 10.216/2015


Prof. Dr. ANTONIO DE ASSIS CRUZ NUNES
 Coordenador do PPGEEB/UFMA

ANEXO B – DECRETO EXPEDIDO PELO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO FAZENDO ALUSÃO A CONTINUAÇÃO DA SUSPENSÃO DAS AULAS PRSENCIAIS



ANEXO C – DECRETO EXPEDIDO PELO PREFEITO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO, FAZENDO ALUSÃO A CONTINUAÇÃO DA SUSPENSÃO DAS PRESENCIAIS.



ESTADO DO MARANHÃO
MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO
GABINETE DO PREFEITO
CNPJ Nº 06.019.491/001-07

DECRETO Nº 11, DE 05 DE ABRIL DE 2021.

DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS ESPECÍFICAS DESTINADAS À PREVENÇÃO DO CONTÁGIO E AO COMBATE À PROPAGAÇÃO DA TRANSMISSÃO DA COVID-19, INFECÇÃO HUMANA CAUSADA PELO CORONAVÍRUS (SARS-COV-2), NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO, ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições conferidas por Lei,

CONSIDERANDO a classificação pela Organização Mundial, no dia de 11 de março de 2020, como pandemia do Novo Coronavírus (Covid-19);

CONSIDERANDO a Portaria nº 188, de 03 de fevereiro de 2020, do Ministério da Saúde, que dispõe sobre Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus, especialmente a obrigação de articulação dos gestores do SUS como competência do Centro de Operações de Emergência em Saúde Pública;

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever dos entes federativos, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem a redução do risco de doença e de outros agravos e acessos universais e igualitários às ações e serviços para sua proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal em seu artigo 23 estabelece como competência comum da União, Estados e Municípios cuidar da saúde (inciso II), competindo aos mesmos entes legislar concorrentemente sobre a defesa da saúde (art. 24, inciso XII);

CONSIDERANDO que o Supremo Tribunal Federal reconheceu a competência concorrente da União, Estados, Distrito Federal e Municípios para adotar medidas de polícia sanitária, como isolamento social, quarentena e restrição de locomoção, em razão da pandemia da COVID-19;

CONSIDERANDO que o Supremo Tribunal Federal, nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6625, prorrogou a vigência das medidas sanitárias excepcionais para enfrentamento da COVID-19 previstas na Lei 13.979/2020;



Praça da Matriz nº 42 – Centro
 São Mateus do Maranhão – MA - CEP. 65.470-000



ESTADO DO MARANHÃO
MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO
GABINETE DO PREFEITO
CNPJ Nº 06.019.491/001-07

CONSIDERANDO que a última declaração de estado de calamidade pública no Estado do Maranhão se deu por meio do Decreto nº 35.597, de 17 de março de 2021, com vigência de 180 (cento e oitenta) dias, prorrogáveis mediante novos Decretos;

CONSIDERANDO o Decreto nº 36.643, de 31 de março de 2021, que altera o Decreto nº 36.531, de 03 de março de 2021, que suspende a autorização para realização de reuniões e eventos em geral, para aulas presenciais em instituições de ensino, dispõe sobre o funcionamento de atividades comerciais na Ilha de São Luís, sobre o funcionamento do Poder Executivo Estadual e dá outras providências;

DECRETA:

SEÇÃO I
DA PRORROGAÇÃO DA SUSPENSÃO DE EVENTOS E REUNIÕES

Art. 1º - Em observância ao Decreto nº 36.643, de 31 de março de 2021, editado pelo Governo do Estado do Maranhão, e, com objetivo de resguardar a saúde da coletividade, fica prorrogada a suspensão de autorização para realização de reuniões e eventos, em todo o território do Município de São Mateus do Maranhão, prevista no art. 1º do Decreto nº 03, de 04 de março de 2021, **ATÉ O DIA 11 DE ABRIL DE 2021,**

§ 1º - Incluem-se na vedação a que se refere o caput reuniões e eventos em geral, a exemplo de festas, shows, jantares festivos, confraternizações, eventos científicos e afins, inaugurações, bem como lançamentos de produtos e serviços.



ESTADO DO MARANHÃO
MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO
GABINETE DO PREFEITO
CNPJ Nº 06.019.491/001-07

Art. 3º - O acesso aos autos físicos dos processos administrativos que tramitam no âmbito do Poder Executivo Municipal fica condicionado a prévio agendamento pelo email: padsmt2021@gmail.com.

**SEÇÃO III
DAS AULAS PRESENCIAIS**

Art. 4º - Fica prorrogada a suspensão das aulas presenciais nas escolas da rede pública municipal, prevista no artigo 4º do Decreto Municipal n.º 003/2021, até dia 11 de abril de 2021.

**SEÇÃO IV
DAS MEDIDAS SANITÁRIAS GERAIS**

Art. 5º - As medidas sanitárias municipais destinadas à contenção do Coronavírus (SARS-CoV-2) são as estabelecidas neste Decreto, as quais têm por objetivo a preservação da vida e a promoção da saúde pública, em compatibilidade com os valores sociais do trabalho.

Art. 6º - Fica reiterada a obrigatoriedade da utilização de máscara de proteção facial, para circulação em espaços públicos e privados acessíveis ao público.

§1º São considerados espaços públicos e comuns:

- I - vias públicas;
- II - praças;
- III - rodoviárias e terminais de embarque/desembarque de passageiros;
- IV - veículos de transporte coletivo, de táxi e mototáxi;
- V - repartições públicas;
- VI - estabelecimentos comerciais, de serviços, industriais, bancários, empresas e quaisquer estabelecimentos congêneres;
- VII - outros locais em que possa haver aglomeração de pessoas.

Art. 7º - São de cumprimento obrigatório por todos os estabelecimentos comerciais, bancários, de prestação de serviços, farmácias, supermercados e similares abertos ao público em geral, no âmbito do Município de São Mateus do Maranhão, para fins de prevenção à pandemia causada pelo COVID-19, as seguintes medidas:

Praça da Matriz nº 42 – Centro
São Mateus do Maranhão – MA - CEP. 65.470-000

07:00